

Resumo Executivo **Dez/2014**

FICHA TÉCNICA

Coordenador Geral

Alexis Vargas

Coordenadora Adjunta

Baiena Feijolo Souto

Equipe Técnica

Eduardo Pannunzio

Euclides Pedrozo

Guilherme Kater

Lincoln Koyama

Patricia Mendonça

Sergio Goldbaum

Victor Azevedo

Sumário

FICHA TÉCNICA.....	2
Introdução.....	4
Notas metodológicas.....	6
Desenvolvimento da base de dados e matriz de indicadores sobre as oscs no brasil.....	6
Levantamento e Análise de Dados sobre Parcerias de Organizações da Sociedade Civil com a União	8
1. Caracterizando as OSCs no Brasil e suas relações com o governo federal	10
1.1 Quem são?	10
1.2 Onde estão?	16
1.3 Qual o porte das OSCs?	18
1.4 Relações com o governo federal	22
1.4.1 Os títulos e as certificações	24
1.4.2 Recursos públicos	27
1.4.3 Participação social	31
1.5 Considerações finais.....	34
2. Fatos Estilizados sobre as Organizações da Sociedade Civil e suas relações com o Governo Federal .	35

INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2013 a FGV apoiou a Secretaria Geral da Presidência da República no desenvolvimento da “**Pesquisa sobre Organizações da Sociedade Civil e suas Parcerias com o governo federal**”, estruturada em três módulos. O primeiro consiste em análise de dados secundários com o objetivo de caracterizar as Organizações da Sociedade Civil. O segundo é composto de levantamento e análise de dados sobre parcerias entre as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e o governo federal com base no Sistema de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV). Partindo das análises dos dois módulos, o terceiro e último módulo constituiu a construção de uma Matriz de Informações e Indicadores que subsidiou o desenvolvimento de um “Mapa das OSCs” disponibilizado através de portal georreferenciado.

Para o desenvolvimento da matriz, previa-se a identificação, no primeiro módulo, de um perfil geral das **Organizações da Sociedade Civil** que serviria como subsídio para a qualificação daquelas que firmaram parcerias com o governo federal através do SICONV. Nesse sentido, o trabalho voltou-se inicialmente para organização de variáveis que compuseram um banco de dados com características das organizações tais como vínculos de trabalho, área de atuação, localização geográfica, bem como titulações federais. Tais informações foram fornecidas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelo Cadastro Nacional de Entidades (CNES) do Ministério da Justiça.

Contudo, a partir de oficina de trabalho realizada com a presença de vários órgãos do governo federal para apresentação da proposta de trabalho firmada entre a **FGV** e a **SGPR**, a pesquisa foi contextualizada no interior da agenda do novo **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)** que, entre seus objetivos, busca promover “iniciativas para a melhoria do conhecimento sobre o universo das organizações”. Nesse sentido, durante as discussões, identificou-se a oportunidade de ampliação da análise proposta, com a incorporação de variáveis que identificassem, para além das parcerias previstas no SICONV e as titulações federais do Ministério da Justiça, outras formas de relacionamento entre o governo federal e as OSCs. Para tanto, foi realizado levantamento de outras bases de dados e informações oriundas de órgãos do governo federal e incorporadas contribuições de 14 (catorze) ministérios e de um órgão da administração indireta. Estes dados são apresentados na seção 2 deste documento – Notas metodológicas.

Para a execução do segundo módulo da pesquisa – análise aprofundada das **Organizações da Sociedade Civil (OSCs)** que firmaram convênios, termos de parceria ou contratos de repasse com órgãos da

administração direta federal – foram realizados estudos quantitativos e qualitativos com base em dados extraídos do SICONV. Os dados permitiram sistematizar um conjunto amplo de informações que desvendaram particularidades nas relações entre as organizações da sociedade civil e o governo federal. As principais conclusões da pesquisa foram sumarizadas através de 10 (dez) tópicos no artigo intitulado “Fatos estilizados sobre as Entidades Privadas sem Fins Lucrativos e suas relações com o Governo Federal”.

O presente **Resumo Executivo** 1 apresenta de forma sintetizada a metodologia e os principais resultados dos primeiros módulos da “**Pesquisa sobre Organizações da Sociedade Civil e suas Parcerias com o governo federal**”.

1 No Anexo 2 são apresentadas tabelas resultantes das análises da Pesquisa sobre Organizações da Sociedade Civil e suas Parcerias com o governo federal e que constam nos Produtos entregues pela FGV à SGPR.

DESENVOLVIMENTO DA BASE DE DADOS E MATRIZ DE INDICADORES SOBRE AS OSCS NO BRASIL

A caracterização das Organizações da Sociedade Civil no Brasil, esbarra, em primeiro lugar, no fato de que não há parâmetros ou conceitos consolidados que sejam capaz de definir o conjunto de tais organizações. Atualmente, os dados governamentais que servem como subsídio para orientação de discussões em torno desse tema, incluindo-se o novo Marco Regulatório, são provenientes da pesquisa sobre as Fundações e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil)², principal referência na área.

Para fins de comparabilidade internacional, a Fasfil adota a classificação reconhecida pela Divisão de Estatísticas da ONU – *Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households* (COPINI). Esta classificação identifica as OSCs cadastradas no Cadastro de Empresas (CEMPRE), construído a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e de informações do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Receita Federal. Por razão do sigilo estatístico não foi possível o acesso à base de dados do CEMPRE o que fez com que a presente pesquisa utilizasse como base as informações da RAIS do ano de 2011, obtidas junto ao MTE.

Com intuito de promover certa comparabilidade aos dados publicados pela Fasfil 2010, foi realizada inicialmente a classificação das organizações a partir dos microdados da RAIS. Assim como explicitado nas notas metodológicas da Fasfil, essa atividade demanda de um exercício bastante artesanal que, para além da aplicação de diversos filtros e testes de consistência, exige extensa análise e busca de inconsistências tais como a incompatibilidade entre a razão social, a natureza jurídica e área de atuação das organizações. Nesse sentido foram excluídas principalmente as entidades que, embora estivessem classificadas como “associações” são pertencentes a outras naturezas jurídicas tais como sindicatos, serviços sociais autônomos, condomínios, entre outros.

² Pesquisa realizada por meio de parceria entre Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE). A última publicação da Pesquisa foi em 2012 e refere-se ao ano de 2010.

A partir da limpeza da base de dados da RAIS obteve-se um conjunto de organizações que atendiam, além dos parâmetros apresentados nas notas metodológicas da FASFIL, critérios³ discutidos em oficinas de trabalho que tiveram a presença de órgãos públicos federais, estudiosos do tema e representantes de organizações.

Com a possibilidade de inclusão de diversas bases que expressassem relações das OSCs com o governo federal, além da já prevista base do Cadastro Nacional de Entidades (CNES) do Ministério da Justiça, foram coletadas informações de 22 bases de dados (Anexo 1), provenientes de 14 órgãos. As bases foram identificadas através de pesquisas da própria SPR e por meio reuniões com diversos órgãos federais entre abril e junho de 2013.

Esse trabalho resultou na construção de um modelo de base de dados e informações sobre as OSCs formais no Brasil, especialmente as que mantêm algum tipo de relação com o Estado. Como dito, o desenvolvimento desse modelo exigiu um trabalho meticuloso que incluiu a análise individualizada das bases, realização de testes de consistência e construção de filtros para seleção das informações até consolidação em uma base de dados única.

Destaca-se, no entanto, que embora tenha sido realizada uma criteriosa revisão teórica sobre a construção de indicadores e de sistemas de indicadores, que pressupõem a avaliação de suas características e relevância de determinadas propriedades, durante o processo de desenvolvimento do trabalho observou-se que as bases utilizadas foram construídas para diferentes finalidades e períodos, e por isso possuem estruturas internas bastante distintas. Além disso, encontram-se em diferentes graus de maturidade, o que em certa medida trouxe limitações ao trabalho.

Contudo, a partir da análise individual ou agrupada dessas bases, procurou-se observar suas potencialidades para a geração de conhecimento acerca das relações das OSCs com diferentes parceiros governamentais, ainda pouco exploradas no país. Entende-se, ainda, que a utilização dessas informações

3 A Realização das Oficinas teve como objetivo estabelecer critérios para o recorte das bases de dados que comporiam a Matriz de Indicadores, tais como:

1 - Natureza Jurídica - Das 14 (catorze) Naturezas Jurídicas relativas à Entidades Privadas sem Fins Lucrativos foram selecionadas 6 (seis) como OSCs - 306-9 - Fundação Privada, 320-4 - Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras, 321-2 - Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior, 322-0 - Organização Religiosa, 323-9 - Comunidade Indígena, 399-9 - Associação Privada.

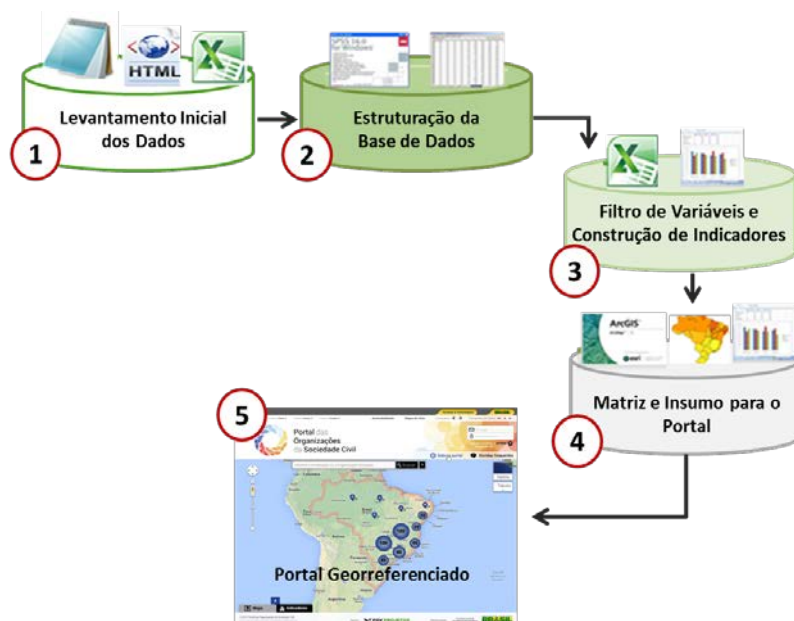
2- Indicador de Atividade – Organizações na RAIS que tivessem declarado atividade no ano, ou que estivessem inativas, mas mantivessem vínculos ativos de trabalho

3 – Temporalidade – A pesquisa sobre Parcerias com a União, teve como corte temporal inicial a criação e implementação do Portal de Convênios - SICONV, que data de 2008, nesse sentido não foram analisadas bases de dados de anos anteriores.

pode alimentar de forma contínua a produção do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento de análises aprofundadas sobre as OSCs. Para tal é fundamental que haja um processo contínuo de aprimoramento, que tem entre seus objetivos a conquista da equidade da qualidade de dados e informações.

Os resultados do levantamento de dados e informações sobre as OSCs foi apresentado inicialmente a partir de relatórios técnicos, com informações e indicadores extraídos da matriz de informações e indicadores sobre as OSCs, posteriormente consolidadas em um “Mapa das OSCs”, disponibilizado através do portal georreferenciado, conforme estrutura metodológica, abaixo:

FIGURA 1 - Estrutura metodológica de construção da base de dados da Matriz e do Portal



Fonte: Elaboração própria, 2011.

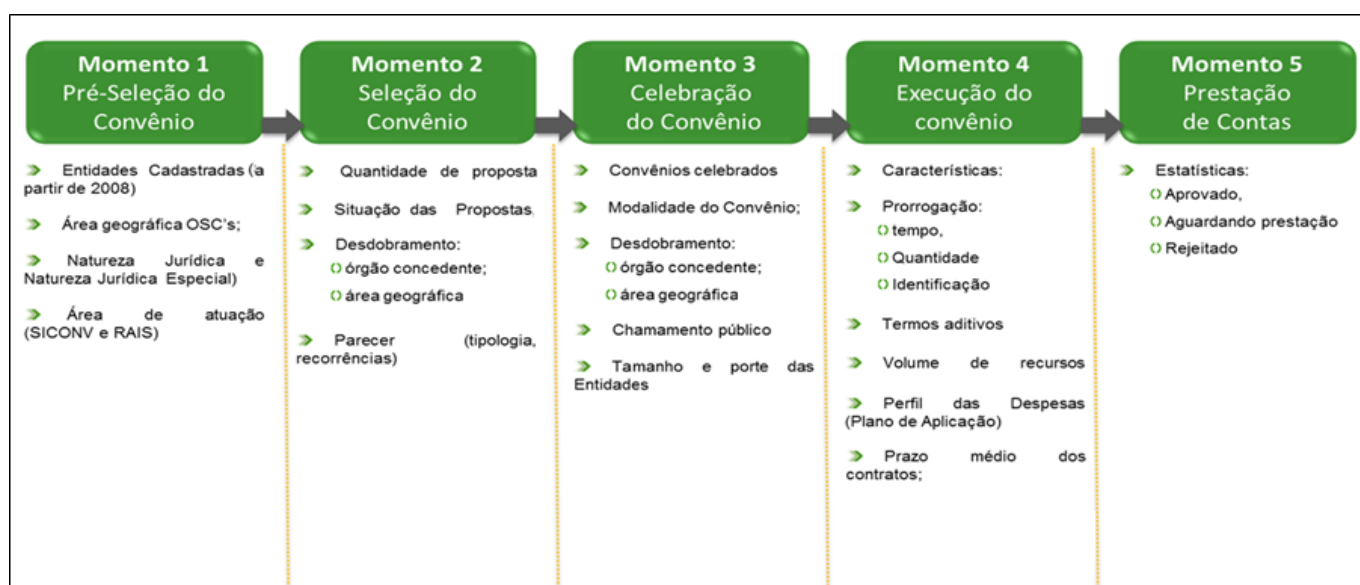
LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DADOS SOBRE PARCERIAS DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS COM A UNIÃO

O **Levantamento e análise de dados sobre parcerias das Entidades Privadas sem Fins Lucrativos com a União** consiste no desenvolvimento de análises quantitativas e qualitativas sobre as parcerias e seus dados disponíveis no SICONV. O objetivo desta seção é o de mostrar a estratégia de levantamento de dados para a realização de dois tipos de análises:

- Análise quantitativa de dados de parcerias com entidades, cuja esfera administrativa foi classificada como privada no SICONV; e
- Análise qualitativa em profundidade das parcerias.

A análise quantitativa foi realizada a partir das estatísticas descritivas extraídas da base de dados do SICONV. Essa análise abrangeu diversos aspectos e características dos repasses, bem como das entidades proponentes e dos órgãos concedentes, de acordo com os momentos relativos ao processo de celebração de uma parceria com o governo federal, conforme representado no esquema da Figura 2

Figura 2 - Estrutura para análise dos momentos de uma parceria com o governo federal



Elaboração: Elaboração própria, 2011.

A estrutura de dados da análise quantitativa envolveu todos os registros de parcerias com Entidades Privadas disponíveis no SICONV entre 2008 e 2012, excluindo-se os dados de legado⁴. Esta análise foi efetuada por duas frentes de trabalho:

- Uma primeira frente de trabalho produziu a sistematização e classificação do banco de dados. A partir daí, foram geradas estatísticas globais sobre os Momentos 1 a 5 da Figura 2 que não dependiam de amostragem específica. Essas estatísticas

⁴ Dados de legado são aqueles relativos às operações realizadas antes do início do SICONV, mas que são importados do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (SIAFI).

representam as principais características das parcerias firmadas entre governo federal e organizações da sociedade civil; e

- Uma segunda frente de trabalho detalhou os aspectos estatísticos produzidos pela primeira frente de trabalho. Nesse caso, foram efetuadas análises econômicas mais aprofundadas dos dados produzidos pela frente anterior.

Conforme descrito anteriormente, as duas seções a seguir apresentam de forma resumida os principais achados e resultados da pesquisa realizada.

1. CARACTERIZANDO AS OSCS NO BRASIL E SUAS RELAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL

1.1 Quem são?

Como destacado na metodologia do trabalho, após metucioso trabalho para a construção da base de dados da Matriz de informações e indicadores foram identificadas cerca de 303 mil OSCs em atividade em 2011. A identificação desse universo de organizações conjuga as classificações utilizadas para definição das pessoas jurídicas no Brasil que são definidas pela Comissão Nacional de Classificações (CONCLA) – Natureza Jurídica e Atividade Econômica (CNAE).

As OSCs classificadas representam mais de 50% das Entidades Privadas sem Fins Lucrativos ativas no Brasil (545.475), proporção semelhante à encontrada na Fasfil de 2010.

As EPSFLs são distribuídas em 14 (catorze) naturezas jurídicas distintas⁵ e, de acordo com os já descritos critérios metodológicos adotados, a presente pesquisa, considera como OSCs o conjunto de organizações identificadas através de 6 (seis) naturezas jurídicas: associação privada, organização religiosa, fundação

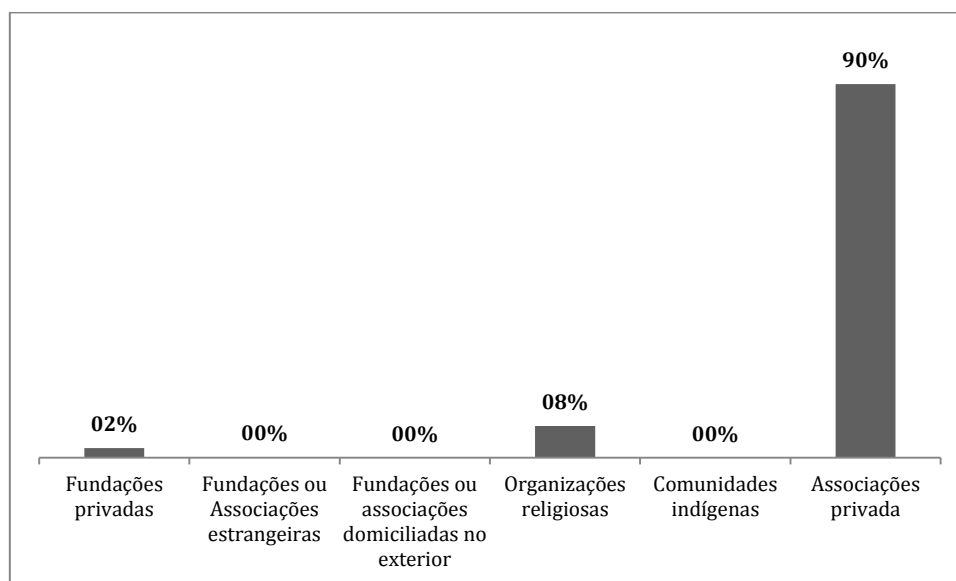
⁵ Na categoria de entidades privadas sem fins lucrativos encontram-se as seguintes naturezas jurídicas: serviço notarial e registral (cartório), fundação privada, serviço social autônomo, condomínio edilício, comissão de conciliação prévia, entidade de mediação e arbitragem, partido político, entidade sindical, estabelecimento, no brasil, de fundação ou associação estrangeiras, fundação ou associação domiciliada no exterior, organização religiosa, comunidade indígena, fundo privado e associação privada.

privada, fundação ou associação estrangeira, fundação ou associação domiciliada no exterior e comunidade indígena.

Sobre essa seleção, cabe ressaltar que na Fasfil, para a classificação segundo a COPINI, as organizações são trabalhadas observando-se conjuntamente as naturezas jurídicas, atividade econômica e razão social, que resultam na publicação em 10 (dez) grupos com 25 (vinte e cinco) subtipos. Embora partindo da base de dados seja possível fazer um exercício semelhante, a partir das notas metodológicas apresentadas na Fasfil os resultados aqui obtidos seriam aproximações tendo em vista a impossibilidade de acesso à base utilizada pelo IBGE. Por outro lado, deve-se ressaltar que a pesquisa realizada, diferentemente da Fasfil, agregou uma série de bases que vão além da caracterização das organizações, mas revelam grupos que mantêm relações com o governo federal dentro do universo das OSCs formalizadas. Nesse sentido, julgou-se pertinente a apresentação detalhada de suas características, não por meio de uma reclassificação, mas sim como são registradas oficialmente.

Observa-se no do Gráfico 1.1.1 a distribuição das OSCs segundo sua natureza jurídica. É possível observar que quase 90% das OSCs são constituídas juridicamente como associações privadas, seguidas por organizações religiosas (cerca de 8%) e fundações privadas (2%).

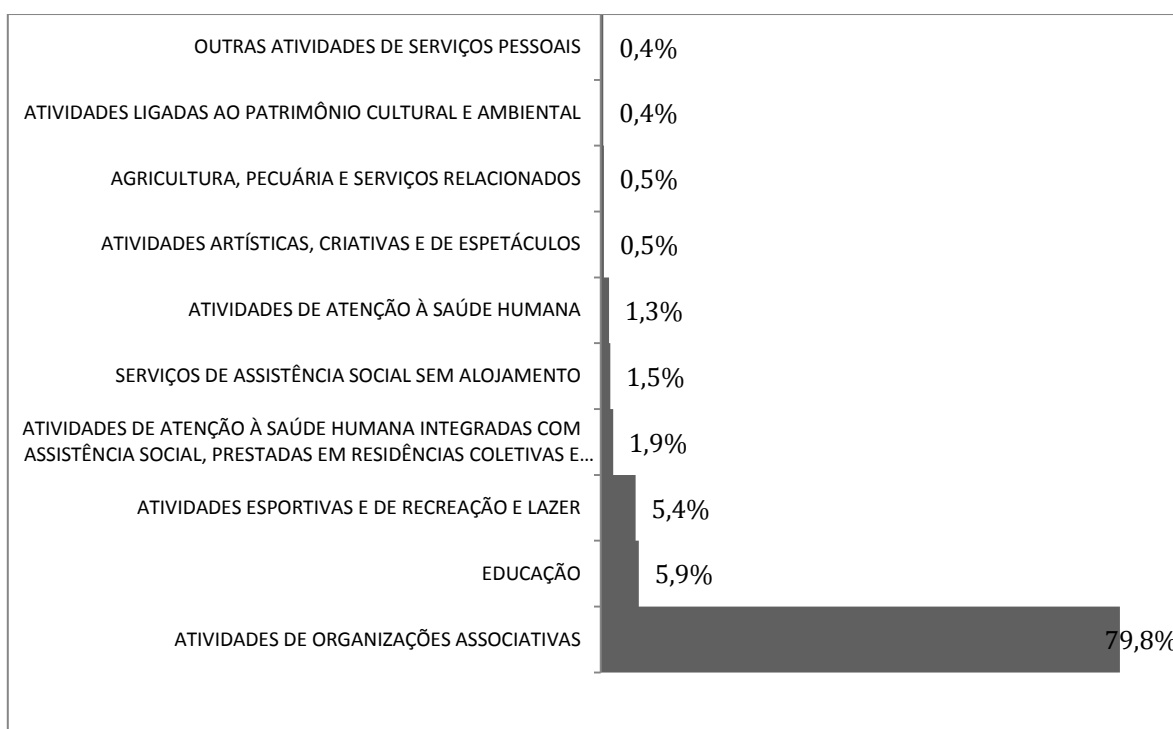
Gráfico 1.1.1. Organizações da sociedade civil no Brasil por natureza jurídica, 2011



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011.

Observando-se a área de atividade econômica dessas organizações, tal como descrito na RAIS, observa-se que quase a totalidade das OSCs (98%) estão representadas nas 10 primeiras posições de subclasses CNAE. O gráfico 1.2 mostra que cerca de 80% das OSCs atuam como organizações associativas (categoria que engloba as atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais, de defesa de direitos sociais, de organizações religiosas, políticas e ligadas à cultura e à arte). Em segundo lugar estão OSCs que atuam na área de educação (5,9%), seguidas das com atividades ligadas ao esporte, recreação e lazer (5,4%). As OSCs ligadas às atividades de assistência social e saúde somam cerca de 5%. Atividades artísticas, ligadas à agricultura e pecuária e ao meio ambiente representam menos de 1% cada no universo das OSCs.

Gráfico 1.1.2. Organizações da sociedade civil no Brasil por atividade econômica segundo subclasses CNAE, 2011



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011.

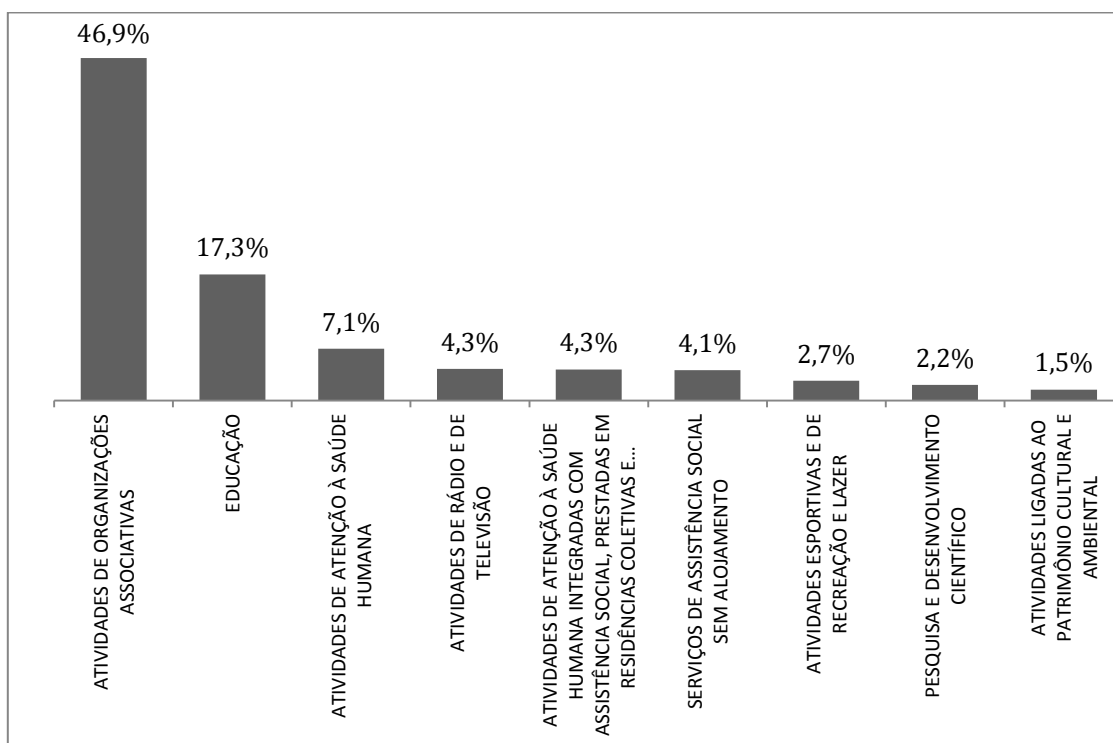
Observando as atividades econômicas do ponto de vista da natureza jurídica das OSCs, vemos que entre as associações e organizações religiosas predominam as atividades voltadas a organização associativa ⁶(79% e

⁶ Segundo a definição da Comissão Nacional de Classificação as Organizações cuja Atividade Econômica é denominada como "Atividades de Organizações Associativas" compreende as atividades das organizações associativas que representam os interesses

98% respectivamente). Entre as fundações, 50% estão voltadas a esta atividade. e, nesse grupo, há uma porcentagem elevada de organizações que atuam na área de Educação e Saúde. Entre elas encontram-se OSCs de atuação bastante consolidada no País, como por exemplo, na área de educação, as Pontifícias Universidades Católicas e, na saúde, as Santas Casas de Misericórdia. Demais atividades econômicas atreladas às fundações não ultrapassam 5% cada.

É interessante destacar ainda que, diferentemente das associações e organizações religiosas, as fundações apresentam um maior leque de atividades, tais como organizações que têm atuação preponderante na área de comunicação (rádio e televisão) e em pesquisa e desenvolvimento científico.

Gráfico 1.1.3 – Fundações no Brasil por atividade econômica segundo subclasses CNAE, 2011



de grupos especiais ou que defendem ideias e causas diante da opinião pública. As atividades dessas organizações podem envolver ou beneficiar indivíduos que não pertencem a essas organizações

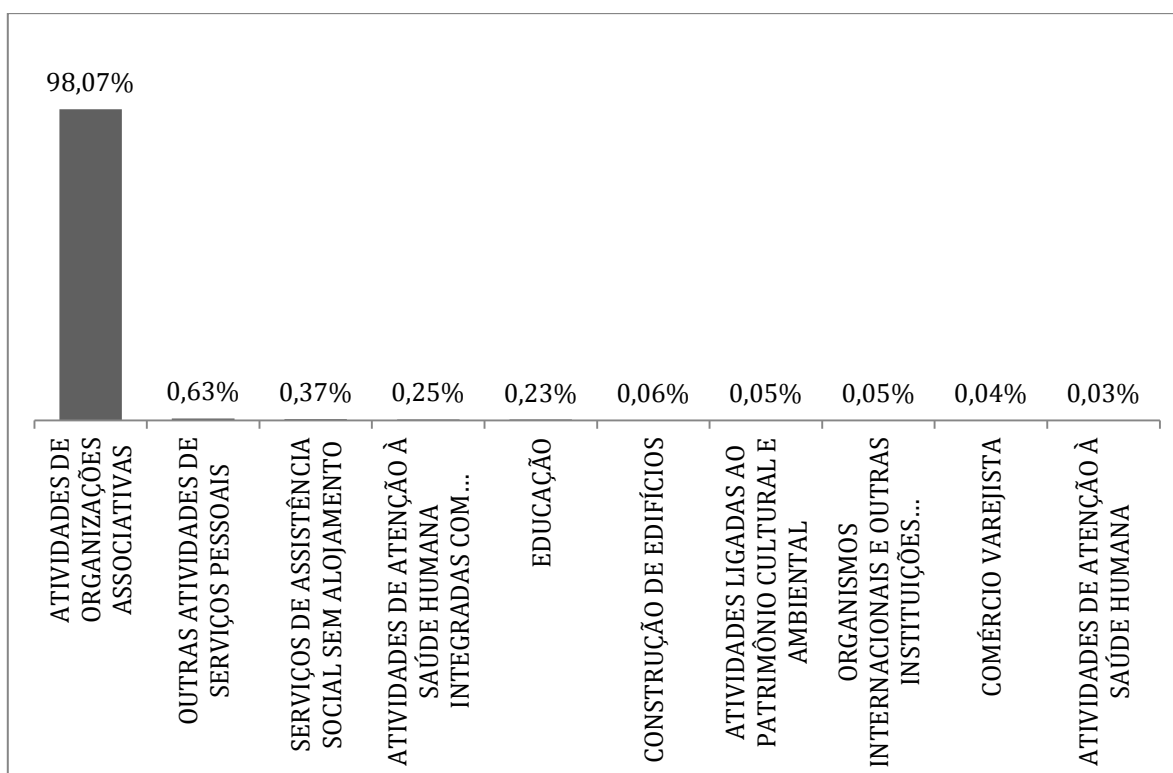
As atividades das organizações associativas estão agrupadas de acordo com o tipo de finalidade desenvolvida, tais como: as voltadas para os interesses dos empregadores, de grupos de profissionais, da comunidade científica, dos empregados, de grupos religiosos, políticos, culturais, etc.” Disponível em:

http://www.cnae.ibge.gov.br/divisao.asp?coddivisao=94&CodSecao=S&TabelaBusca=CNAE_201@CNAE%202.1%20-%20Subclasses@0@cnaefiscal@0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011.

Observando as OSCs juridicamente constituídas como organizações religiosas, quase a totalidade (98%) atuam preponderantemente em atividades de organizações associativas que se referem a diferentes grupos religiosos. Dos 2% restantes são mais expressivas atividades voltadas à assistência social e à educação. Importante destacar que a análise referente à Natureza Jurídica não é capaz de captar todas as organizações no Brasil que se configuram com Organizações Religiosas, pois há essas podem não se estruturar a partir da Natureza Jurídica Organizações Religiosas, mas podem ter como código de atividade econômica “Atividades de organizações Religiosas”, o que nesse caso tratam cerca de 72 mil organizações, sendo apenas 22 mil com Natureza Jurídica “Organizações Religiosas”.

Gráfico 1.1.4 – Organizações religiosas no Brasil por atividade econômica segundo subclasses CNAE, 2011

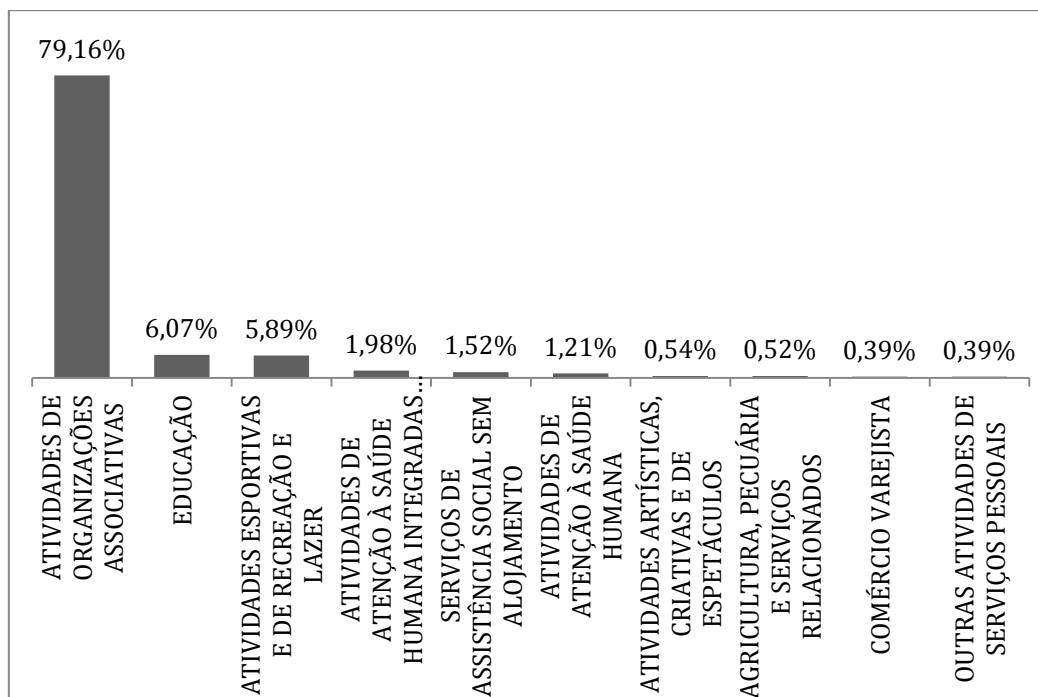


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011.

Entre as associações privadas, que representam a maior parte das OSCs no Brasil, as atividades voltadas a organizações associativas chegam a quase 80% de seu total, seguido das atividades nas áreas de educação

(6%), esporte e lazer (5,9%), assistência social (3,4%) e saúde (1,2%). Outras atividades estão abaixo de 1% cada.

Gráfico 1.1.5 – Associações no Brasil por atividade econômica segundo subclasses CNAE, 2011



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011.

A caracterização das OSCs através de sua atividade econômica tal como classificado na RAIS destaca sua atividade principal formalmente cadastrada. No entanto, é importante ressaltar que a atuação dessas organizações pode ser muito mais ampla e complexa do que o que consta no cadastro. Organizações classificadas como atuantes na área de educação, por exemplo, podem também ter ações ligadas à área de assistência social ou saúde, fato que pôde ser observado ao longo do desenvolvimento da pesquisa no decorrer de cruzamentos com outras bases como o SICONV e o Censo SUAS, que continham esse tipo de informação.

Uma quantidade expressiva de registros de OSCs encontradas nessas bases mostra que além de sua atividade preponderante ou formalmente cadastrada, as organizações atuam em um amplo espectro de atividades, ainda que na maior parte dos casos, em áreas próximas e afins. Esse fato mostra a complexidade da definição das atividades das organizações em apenas uma categoria formal, exercício que

pode limitar o conhecimento sobre a abrangência da atuação das OSCs, em geral mais amplo. Esse fato também expressa a necessidade de disponibilização de mais informações sobre esse a atuação das OSCs que permitiriam e análises específicas e profundas sobre esse universo. Como exemplo ilustrativo desse tipo de situação está no cruzamento de informações de uma Associação Privada que está registrada tanto no Censo SUAS, quanto no SICONV e que tem como código CNAE primário 9430800 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais, contudo, em seu registro no SICONV, para além das atividades de defesa a associação declara estar apta a realizar convênios em outras áreas como - Fomento ao Trabalho / Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico / Difusão Cultural / Habitação Rural / Habitação Urbana / Desporto de Rendimento / Desporto Comunitário / Lazer.

1.2 Onde estão?

Um aspecto central na caracterização do universo das OSCs no Brasil diz respeito a sua distribuição territorial. Os dados coletados mostram que cerca de 45% das OSCs estão sediadas na região Sudeste do país, seguidas do Sul e Nordeste (presença de mais de 20% das OSCs em cada região). As Regiões Norte e Centro-Oeste, por outro lado, não chegam a 6% em termos de concentração de OSCs.

Tabela 1.2.1. Distribuição geográfica das sedes das OSCs no Brasil nas grandes regiões por natureza jurídica, 2011

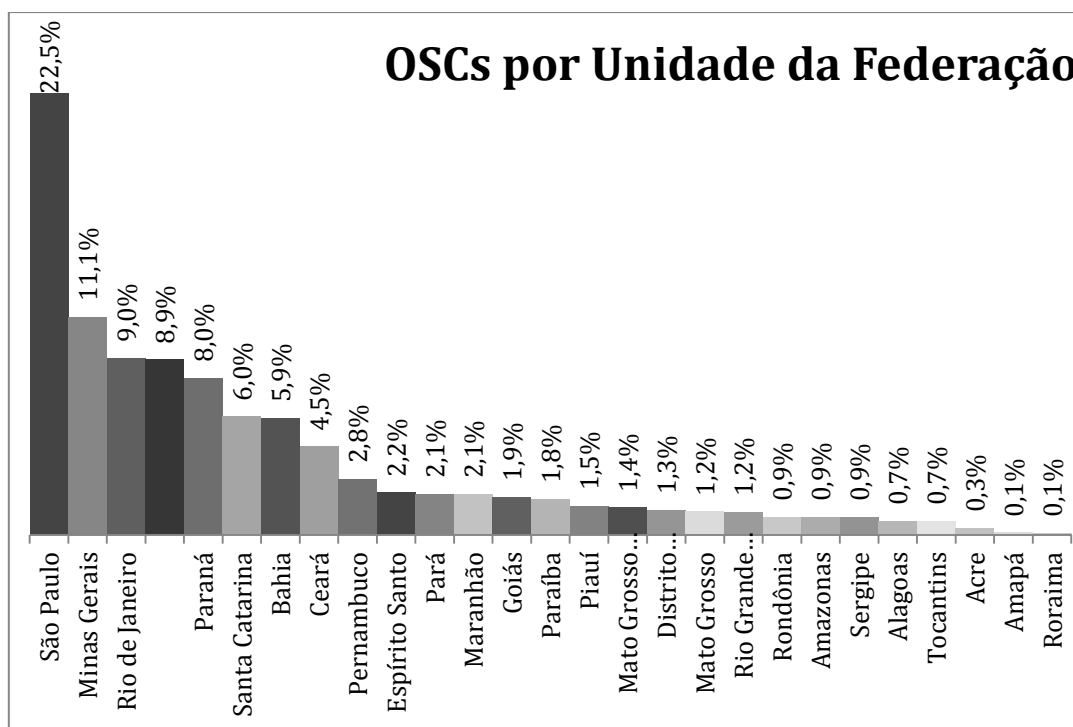
Região	3069	3204	3212	3220	3239	3999	Total
Norte	3,88%	4,56%	27,23%	5,22%	27,78%	5,15%	5,14%
Nordeste	19,95%	24,13%	9,90%	13,49%	5,56%	22,11%	21,40%
Sudeste	48,72%	39,68%	48,02%	61,20%	50,00%	43,24%	44,74%
Sul	19,42%	22,52%	8,42%	13,50%	11,11%	23,86%	22,96%
Centro-Oeste	8,03%	9,12%	6,44%	6,59%	5,56%	5,64%	5,77%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011.

Observando a distribuição das OSCs por Unidades da Federação, vemos que São Paulo (22,5%) mantém a maior porcentagem de organizações com uma presença que expressa pouco mais que o dobro de Minas Gerais (11,1%), estado que ocupa a segunda colocação no *ranking*. Os 10 (dez) estados com maior proporção de OSCs representam mais de 80% do total de organizações e abarcam as regiões Sul e Sudeste

e 3 (três) estados do Nordeste – Bahia, Ceará e Pernambuco. De acordo com gráfico a seguir, vemos que, no outro extremo, e com porcentagens abaixo de 1%, estão todos os estados da Região Norte, com exceção do Pará (2,1%). Além desses, Sergipe e Alagoas (no Nordeste) também apresentam uma quantidade reduzida de OSCs.

Gráfico 1.2.2 .Distribuição geográfica das sedes das OSCs no Brasil por Unidades da Federação (UF), 2011



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011

As informações dos dados cadastrais ou da RAIS que permitem compor essa distribuição geográfica das OSCs estão baseadas na localização geográfica da unidade física de uma organização. Em função disso, ainda que essa seja uma variável relativamente fácil de ser operacionalizada, é também limitadora já que, centrada no dado sobre a sede da organização, não possibilita uma avaliação da amplitude espacial de atuação das OSCs, ou seja, se atuam em outras localidades para além do local de localização da sede. É sabido que, na prática, o universo das OSCs é composto tanto por pequenas organizações de atuação local, quanto por organizações de grande porte que possuem uma enorme capilaridade, como é o caso, da Pastoral da Criança que trabalha com projetos de âmbito nacional. Considerando esse fato, o resultado do

trabalho mostrou o quanto é restrito e difícil a interpretação dessa realidade através das bases de dados existentes.

Ressalta-se que para as organizações que possuem relações de parceria com o Estado há a possibilidade de inclusão de informações de localidade ou abrangência geográfica de seus projetos, ações ou equipamentos. Um bom exemplo que revela a importância da disponibilidade de informações sobre a capilaridade das OSCs assim como a complexidade do tema, é a atuação da organização Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)., Além de se caracterizar como uma organização que agrega cerca de mil OSCs em uma estrutura de rede, a ASA possui uma sede principal em Pernambuco e representações em mais 6 (seis) estados. Sua ação mais conhecida – o programa “1 milhão de Cisternas”, realizada em parceria com pessoas físicas, empresas privadas, agências de cooperação e com o governo federal – abrange uma extensa área do país que engloba mais de mil municípios em 10 (dez) estados segundo a última classificação feita em 2005. Nesse caso específico, as informações sobre a parceria feita com o governo federal para a realização do programa, cujos dados podem ser observados por meio da base pública do SICONV, permitem a observação da abrangência territorial desta ação a partir do conhecimento da justificativa e objeto do convênio. No entanto, ainda não há como captar a informação de forma direta sem a leitura de textos muitas vezes extensos, sendo ainda necessário a criação de filtros no sistema ou mesmo a inclusão de um item específico sobre abrangência da ação, programa ou projeto.

1.3 Qual o porte das OSCs?

Os dados referentes as relações de trabalho e emprego nas OSCs é um tema de suma relevância para o aprofundamento das atuais análises e discussões. Essas informações tornam-se ainda mais relevantes quando observado o crescimento da profissionalização entre as organizações da sociedade civil.

De acordo com a RAIS de 2011 – cujos dados se referem aos vínculos formais – a quantidade de vínculos de trabalho nas OSCs é de cerca de **2,1 milhões**, valor semelhante ao identificado pela Fasfil em 2010. Observa-se que mais de 70% das OSCs, no entanto, não possuem nenhum vínculo de trabalho formal.

A ausência de vínculos em uma proporção elevada não é, na realidade, um fato desconhecido dadas especificidades da própria natureza de atividades desenvolvidas pelas organizações. O envolvimento de um grau significativo de participação voluntária, (trabalho não remunerado) é bastante característico entre as

entidades sem fins lucrativos não só no Brasil, mas em todo o mundo. Contextualizando o desenvolvimento do universo de organizações da sociedade civil no que tange à estrutura de trabalho, remete-se às organizações mais tradicionais que se consolidaram ao longo da história do país, especialmente até meados do século XX. Formadas majoritariamente por entidades filantrópicas religiosas, atuantes principalmente nas áreas de assistência, educação e saúde, foram fortemente estruturadas a partir do trabalho voluntário.

Contudo, mesmo diante de evidências históricas desse panorama de alta participação voluntária, há um grande hiato ainda no levantamento de informações que permitam a mensuração desse fenômeno. Durante o desenvolvimento da presente pesquisa, apenas a base do Censo SUAS dentre as analisadas, traz informações sobre trabalho voluntário.

Analisando o quadro atual e a distribuição de vínculos pro natureza jurídica das organizações, o peso do trabalho voluntário pode ser observado na pequena presença de vínculos entre as organizações religiosas. .

Tabela 1.3.1 – Número médio de vínculos de trabalho entre as OSCs no Brasil por natureza jurídica

Oscs por natureza jurídica		Número médio de vínculos de trabalho pro organização	Proporção de vínculos em relação ao total
3069	Fundações privadas	47,1	15,8%
3204	Fundações ou Associações estrangeiras	4,4	0,1%
3212	Fundações ou associações domiciliadas no exterior	4,0	0,0%
3220	Organizações religiosas	1,2	1,3%
3239	Comunidades indígenas	0,3	0,0%
3999	Associações privada	6,3	82,7%
Total		6,9	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011

Entre as fundações, observa-se proporcionalmente número médio de vínculos maior o que suscita inicialmente a hipótese de que se tratam de OSCs com maior grau de institucionalização.

A partir do recorte entre naturezas jurídicas e faixas de vínculos observa-se como já descrito a elevada porcentagem de OSCs sem vínculos, apenas as Fundações estão abaixo de 50%. Para além da forte presença do voluntariado discutido anteriormente, outro fato que contribui para entender a alta proporção de organizações que não possuem vínculos de trabalho está relacionado à contratação de serviços de

terceiros, prática bastante comum no Brasil em vários setores, mas que tem uma forte presença na atuação das OSCs. Sob a forma de “prestadores de serviços autônomos, microempreendedores individuais e empresas de diferentes portes” (Fasfil, 2010, p. 48), o corpo de terceiros é comumente acionado na execução de projetos e celebração de convênios (parcerias). Dentre as bases analisadas, a do Censo SUAS e a de Estabelecimentos de Saúde identificam ainda outros tipos de vínculos trabalhistas presentes entre as OSCS, tais como autônomos, cooperados, cedidos e estagiários.

Tabela 1.3.2 – Distribuição das OSCs por faixas de vínculos, segundo Natureza Jurídica

Faixas de Vínculos	3069	3204	3212	3220	3239	3999	Total Geral
0	42,8%	62,5%	67,8%	82,7%	94,4%	73,9%	73,9%
1 a 4	20,2%	22,3%	18,8%	13,0%	0,0%	14,4%	14,5%
5 a 19	16,5%	11,5%	9,4%	3,4%	5,6%	7,0%	7,0%
20 a 99	12,8%	2,9%	3,0%	0,8%	0,0%	3,6%	3,6%
Acima de 100	7,7%	0,8%	1,0%	0,1%	0,0%	1,1%	1,1%

Fonte: Base de Dados FGV, a partir dos dados da RAIS

O universo das OSCs que possuem mais de 100 vínculos – as consideradas organizações de grande porte – é composto apenas por 1% das organizações. Embora no volume total de organizações as associações privadas possuam a maior representatividade de grandes OSCs em termos absolutos, na distribuição das faixas de vínculos representam apenas 1% do seu total. As fundações privadas, por outro lado, são proporcionalmente maiores, sendo que mais de 7% de OSCs dessa natureza possuem mais de 100 vínculos. Observando de outra forma, destaca-se que cerca de 83% dos vínculos das fundações são oriundos de OSCs de grande porte.

Ressalta-se que as atividades de Educação, Saúde e atividades de organizações associativas são as mais preponderantes entre as OSCs de grande porte no Brasil (representando 31,8%; 28,1% e 25,5% respectivamente). Destaca-se também que no detalhamento das organizações associativas de grande porte mais de 52% são enquadradas como “associações de defesa de direitos sociais”. Também possuem relevância entre as OSCs de grande porte as voltadas a atividades de assistência social e atividades esportivas e de recreação e lazer ainda que bem abaixo das outras atividades conforme observado na Tabela 1.3.3

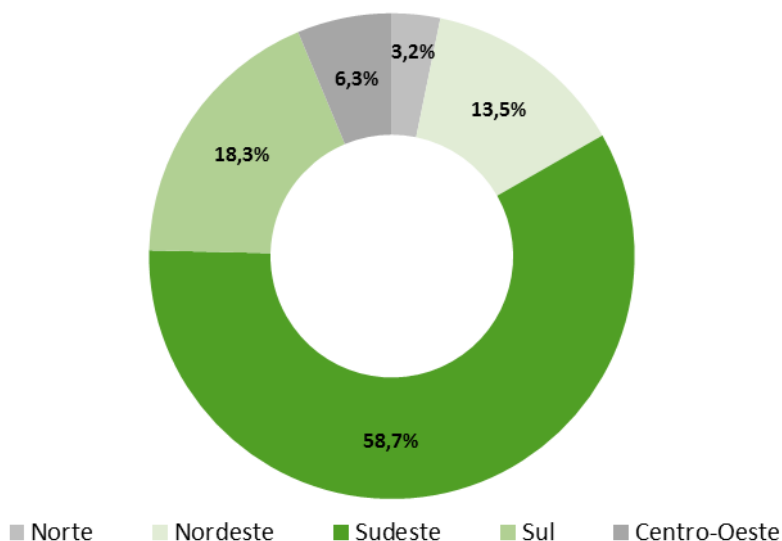
Tabela 1.3.3. OSCs de grande porte (mais de 100 vínculos) no Brasil, por atividade econômica segundo subclasses CNAE, 2011

OSCs por atividade econômica	%
Educação	31,81%
Atividades de atenção à saúde humana	28,05%
Atividades de organizações associativas	25,50%
Assistência social	6,26%
Atividades esportivas e de recreação e lazer	4,13%
Outras	4,25%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011

A respeito da distribuição geográfica dos vínculos, conforme observa-se no gráfico a seguir vemos que, segue a lógica da distribuição da quantidade de organizações. Dessa forma, a Região Sudeste que possui a maior quantidade de organizações, também possui a maior proporção de vínculos ativos, quase 60% do total, seguida do Sul e Sudeste (18,3% e 13,5%).

Gráfico 1.3.1. Distribuição geográfica dos vínculos formais de trabalho entre as OSCs no Brasil por grandes regiões, 2011



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011

Quando se observa o número médio de vínculos por organização segundo grandes regiões, apesar da distribuição de vínculos posicionar as Regiões Sul e Nordeste bem acima do Centro-Oeste e do Norte, a Região Sudeste ainda se apresenta na melhor posição com média de 9 (nove) vínculos. O Centro-Oeste

aparece em segundo lugar com número médio de 7,5 vínculos, cabendo destacar que esse efeito pode ser explicado pela região apresentar, de um lado, a menor porcentagem de OSCs sem vínculos e, de outro, ter a segunda maior porcentagem de OSCs de grande porte. Nesse sentido, segue-se a hipótese anteriormente levantada para as naturezas jurídicas, de que as regiões Sudeste e Centro-Oeste possuem maior profissionalização entre as organizações.

Tabela 1.3.4 – Distribuição geográfica dos vínculos formais de trabalho entre as OSCs no Brasil por grandes regiões (número médio de vínculos), 2011

Região	Número médio de vínculos	Proporção de vínculos em relação ao total
Norte	4,3	3,2%
Nordeste	4,3	13,5%
Sudeste	9,0	58,7%
Sul	5,5	18,3%
Centro-Oeste	7,5	6,3%
Total	6,9	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011

Tabela 1.3.5 – Distribuição geográfica das OSCs no Brasil por grandes regiões e faixas de vínculos formais de trabalho, 2011

Faixas de vínculos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
0	80,4%	83,5%	69,2%	75,1%	63,9%	73,9%
1 a 4	11,3%	9,8%	16,2%	14,2%	22,0%	14,5%
5 a 19	5,1%	4,0%	8,4%	6,8%	9,0%	7,0%
20 a 99	2,3%	2,1%	4,7%	3,0%	3,9%	3,6%
Acima de 100	0,9%	0,7%	1,5%	0,9%	1,2%	1,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011

1.4 Relações com o governo federal

A partir dessa breve caracterização das OSCs ativas no Brasil, a etapa seguinte constituiu na análise das OSCs que possuem algum tipo de relação voluntária com o Estado. As informações sobre esse universo,

cabe ressaltar, referem-se somente às base de dados levantadas pela pesquisa, que não corresponde ao total de bases de dados do governo federal existentes. Por esta razão, seus resultados garantem leituras bastante exploratórias..

A partir do cruzamento de informações das bases – e já observando exclusões de repetições uma vez que algumas OSCs se encontram em várias bases distintas –, foram localizadas cerca de 45 mil OSCs que possuem algum tipo de relacionamento com o Estado, ou seja, cerca de 15% do total das OSCs identificadas na pesquisa. Isso pode ser observado na representação gráfica (Figura 1.4.1), feita por meio do “Diagrama de Venn” com o cruzamento dos 3 (três) blocos de bases. Cada um dos blocos representa uma forma de interação entre OSCs e Estado.

O primeiro bloco é composto pelas informações sobre titulações, certificações e cadastros de programas e políticas públicas e, no seu interior, foram classificadas cerca de 34 mil entidades, por volta de 10% do total de OSCs.

Figura 1.4.1. Organizações da Sociedade Civil que estabelecem relações com o governo federal



Elaboração própria a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – MTE), 2011

Esse bloco foi composto a partir de 14 bases e englobou 10% do volume total de OSCs – proporção que pode ser considerada elevada já que os títulos e certificações não chegam individualmente a representar 5% das OSCs cada um. Nesse campo, as proporções mais significativas são das OSCs com títulos emitidos

pelo Ministério da Justiça – as com o título de Utilidade Pública Federal (4%) e OSCIP (2%). OSCs com título de Entidades Ambientalistas representam apenas 0,2%.

No universo das OSCs com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) – em que faz parte as certificação da área de Educação, Saúde e Assistência Social –, a maior proporção está nas OSCs com CEBAS assistência social certificadas pelo MDS (1%) e que, proporcionalmente representam mais que o dobro do observado para as OSCs certificadas pelo Ministério da Educação (0,4%) e pelo Ministério da Saúde (0,4%).

O segundo bloco é constituído por bases que identificam as OSCs que realizam parcerias (convênios, contratos de repasse e termos de parceria) ou que têm projetos aprovados pelas Leis de Incentivo. Nesse conjunto foram observadas mais de 15 mil OSCs 7 (cerca de 5% do total de OSCs encontradas na pesquisa). Entre elas, a maior representação foi identificada na Lei de Incentivo à Cultura cerca de 2%. Ainda que contenha a maior parte das informações sobre parcerias, as organizações cadastradas no SICONV representam apenas 1% do total, tendo em vista que várias OSCs possuem mais de uma parceria. A base de dados da FINEP foi a que apresentou o menor número de entidades com parcerias ainda que, assim como o SICONV, parte dessas tenham mais de uma parceria, podendo inclusive atuar nessas parcerias de diferentes formas, ou seja, não só como proponentes, mas também podem ser intervenientes, executoras ou co-executoras.

O terceiro e último bloco trata da participação em conselhos, comitês e comissões de políticas públicas e é o bloco que possui menor número de OSCs. Nas bases de dados fornecidas foram identificadas 473 OSCs (0,2% do total), que estão ligadas à **40 (quarenta) Conselhos, Comissões e Comitês de políticas públicas**, atrelados a **20 (vinte) órgãos** da administração pública direta federal.

1.4.1 Os títulos e as certificações

Os títulos e certificações operam como importantes instrumentos de reconhecimento das atividades das organizações da sociedade civil. Em alguns casos podem garantir benefícios como redução ou isenção de tributos – como no caso do CEBAS que prevê a isenção de contribuições para a seguridade social – ou servir

7 O número de 15 mil OSCs encontradas no segundo Bloco não significa que essas mantêm apenas 1 (um) tipo de parceria ou apoio de Lei de Incentivo. Uma parte significativa dessas Organizações possuem mais de um tipo de parceria (convênio, projetos apoiados, etc), inclusive no mesmo período.

como prerrogativa para determinados tipos de parceria, como é o caso das OSCIPs que possuem um instrumento jurídico para recebimento de recursos (Termo de Parceria) acessível apenas para as organizações tituladas como tal.

Nesse sentido, procurou-se aprofundar o conhecimento sobre essas organizações, por meio de cruzamentos com várias bases de dados, a partir das 6 (seis) bases analisadas nesse bloco :

- Títulos:
 - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público/OSCIP – CNES/MJ⁸
 - Utilidade Pública Federal – CNES/MJ
 - Cadastro Nacional de Entidades Ambientais – Ministério do Meio Ambiente
- Certificações:
 - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – Educação;
 - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – Saúde; e
 - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – Assistência Social.

Foram identificadas cerca de 19 mil OSCs (6% das OSCs). Essas organizações estão concentradas de forma preponderante nas regiões Sudeste (58%) e Sul (22%), a Região Norte possui a menor concentração de organizações com títulos e certificados com apenas 2%, sobretudo em função de também ser a região que concentra um menor número de organizações em geral.

Um destaque desse grupo de OSCs está na distribuição por faixas de vínculos de trabalho formal, que diferentemente do universo de organizações, possui uma distribuição mais equilibrada entre faixas. A maior proporção de OSCs certificadas ou tituladas possui entre 5 e 19 vínculos (29%), e as OSCs sem vínculos e as que tem de 20 a 99 representam 24% cada.

Ainda em relação ao tamanho das OSCs tituladas e certificadas, observando-se separadamente cada uma das titulações e certificações, destaca-se que entre as tituladas as UPFs são proporcionalmente maiores, cerca de 31% possuem entre 20 a 99 vínculos formais, ou seja, são consideradas de médio porte, e 13% são grandes OSCs, ou seja possuem mais de 100 vínculos. Por outro lado, as OSCIPs e as Entidades

⁸ Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça

Ambientalistas (CNEA) são organizações proporcionalmente menores com uma alta proporção de organizações sem vínculos (53,6% e 47%).

Tabela 1.4.1.1 – OSCs Tituladas segundo Faixas de Vínculos

OSCs Tituladas segundo Faixas de Vínculos			
Faixas de Vínculos Ativos	UPF	OSCIP	CNEA
0	9,1%	53,6%	47,0%
1 a 4	14,5%	22,7%	24,0%
5 a 19	32,4%	14,3%	18,9%
20 a 99	30,9%	6,7%	7,5%
100 e mais	13,0%	2,6%	2,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir da Base de Dados FGV, Base de dados da Matriz de Indicadores.

Quanto as OSCs com certificações (CEBAS), observa-se que aquelas que possuem o CEBAS Saúde são proporcionalmente maiores, já que as que as OSCs médias ou grandes, representam mais de 80% do total desse grupo. As certificadas na educação e assistência possuem estrutura bastante parecida concentrando-se nas faixas entre 5 e 19 e 20 a 99 vínculos (75,9% e 75,3%).

Tabela 1.4.1.2 – OSCs Certificadas segundo Faixas de Vínculos

OSCs com CEBAS segundo Faixas de Vínculos			
Faixas de Vínculos Ativos	Saúde	Educação	Assistência
0	2,5%	4,8%	4,2%
1 a 4	4,4%	9,2%	12,0%
5 a 19	10,1%	37,5%	39,5%
20 a 99	40,5%	38,4%	35,9%
100 e mais	42,5%	10,0%	8,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Base de Dados FGV, a partir dos dados do CNES-MJ, CEBAS – MEC, CEBAS – MS e CEBAS - MDS

Faz-se necessário ressaltar novamente que as informações sobre o tamanho das OSCs referem-se a vínculos formais de trabalho, nesse sentido, não é possível estabelecer afirmações como por exemplo, que as organizações com títulos ou certificações sem vínculos ou pequenas são pouco estruturadas, pois para além do voluntariado essas podem estabelecer outras formas de contratação. No entanto, é interessante destacar que a natureza do título ou certificação pode influenciar na estrutura das organizações. Nota-se,

por exemplo, que há uma proporção muito baixa de entidades com CEBAS sem vínculos, o que provavelmente é resultado da isenção nas contribuições sociais sobre a remuneração dos seus trabalhadores.

Outro aspecto importante desse grupo de OSCs é que do total das organizações tituladas ou certificadas, 73% possuem títulos (UPF, OSCIP ou CNEA) e 27% são detentoras do CEBAS. Dentre as tituladas, as UPFs são as mais numerosas já que representam 63% do total. Entre elas há uma parcela significativa que acumula certificações (42,3%) – sendo 23% certificadas como CEBAS MDS; 10% como CEBAS MEC e 9% como CEBAS Saúde e uma pequena proporção acumula o título de entidade ambiental 0,3%. Por outro lado as OSCIPs tem um baixo percentual de acúmulo (2,7%), sendo 2,6% de OSCs com título de entidade ambiental (CNEA) e 0,1% com CEBAS Saúde.

Do ponto de vista das parcerias firmadas por OSCs tituladas ou certificadas no SICONV, foram identificadas 4.741 parcerias, com 1.406 OSCs com certificações ou títulos, que representa pouco mais de 7% do total desse grupo de organizações. Por outro lado, observa-se a partir da base do SICONV que organizações com títulos ou certificações representam 41% do total de OSCs com parcerias, e 51% do número total de parcerias firmadas, entre 2008 e 2012.

1.4.2 Recursos públicos

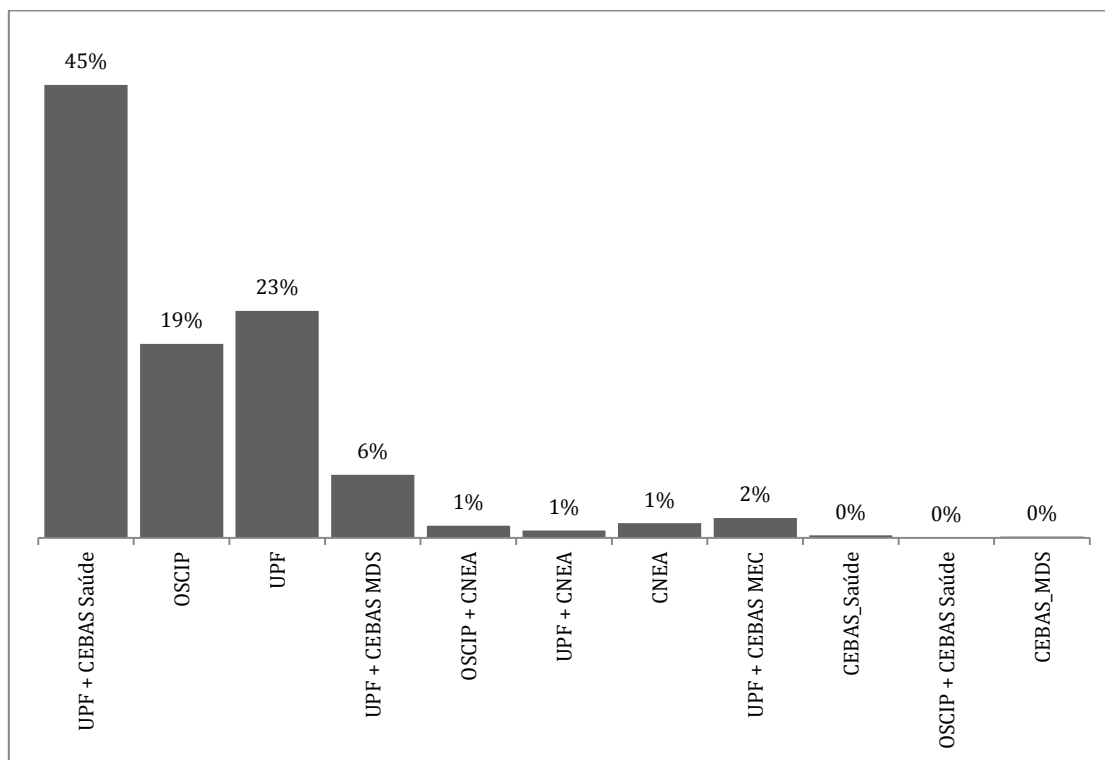
O bloco relativo aos recursos públicos incluiu análises de 04 bases de dados que destacam as relações de parcerias entre o Estado e as OSCs em projetos, e a captação de recursos, através das Leis de Incentivo, a saber:

- Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV);
- Sistema de Convênios da FINEP;
- Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura; e
- Sistema da Lei de Incentivo ao Esporte – SLIE.

Aprofundando-se a análise do SICONV já iniciada na seção anterior, observa-se que a maior proporção de parcerias firmadas com OSCs tituladas ou certificadas se dá entre aquelas que acumulam o título de UPF e a

Certificação de CEBAS Saúde (45%). As OSCs que possuem apenas o título de UPF ou de OSCIP também têm uma proporção significativa das parcerias 23% e 19% respectivamente.

Gráfico 1.4.2.1 – OSCs tituladas e certificadas conveniadas pelo SICONV, 2011



Fonte: FGV, Construção própria, a partir da Base de dados da Matriz de Indicadores

Quanto ao volume de recursos, nota-se que as parcerias com OSCs tituladas e certificadas chega a quase 5 bilhões de reais (entre 2008 e 2012), cerca de 57% do volume total de recursos das parcerias firmadas com OSCs no mesmo período no SICONV.

Como já destacado, as parcerias com OSCs que possuem certificação na área de saúde representam o maior número de parcerias (451, representando 46%) e também o volume de recursos – cerca de 45% do montante entre tituladas e certificadas e 26% do total de parcerias com OSCs. Contudo, convém observar que das organizações com CEBAS Saúde com parcerias que possuem maior relevância, em termos de volume de recursos, são as que também acumulam o título de UPF. As UPFs sem acúmulo de certificação e OSCIPs também são bastante significativas dentro das parcerias com OSCs no SICONV (11,7% e 10%). Contudo, cabe destacar que, embora as UPFs tenham firmado mais parcerias, o volume total do valor

global das parcerias com as OSCIPs é bastante superior, representando mais que o dobro do que o das UPFs (18% e 8%).

Tabela 1.4.2.1 – OSCs tituladas e certificadas conveniadas pelo SICONV, 2011

OSCs por títulos e certificações	CNPJ (?)	OSCs que celebram Parcerias	Valor da parceria (R\$ Milhões)
UPF	8,5%	11,7%	665,21
OSCIP	10,8%	10,0%	1.543,91
CNEA	1,1%	0,8%	38,46
CEBAS Saúde	0,3%	0,1%	3,53
CEBAS MDS	0,1%	0,1%	3,28
UPF + CNEA	0,4%	0,4%	39,85
UPF + CEBAS MEC	1,3%	1,0%	28,81
UPF + CEBAS Saúde	12,8%	23,3%	2.219,32
UPF + CEBAS MDS	4,7%	3,3%	254,92
OSCIP + CNEA	0,8%	0,6%	131,14
OSCIP + CEBAS Saúde	0,0%	0,0%	3,51
Total OSCs certificadas e tituladas	40,8%	51,2%	4.931,95
OSCs sem Títulos ou Certificação	59,2%	48,8%	3.656,81
Total	100%	100%	8.588,75

Fonte: FGV, Construção própria, a partir das Bases OSCIPs, UPFs, CEBAS, CNEA e SICONV

Analisando ainda as parcerias firmadas no SICONV pode-se identificar através do cruzamento com as informações da RAIS, o tamanho das OSCs com ou sem títulos e certificações. Nota-se que as UPFs com CEBAS Saúde, que possuem a maior proporção de parcerias e também volume do valor global, são organizações de maior porte sendo que mais de 64% possuem mais de 100 vínculos ativos. Outro fato relevante está nas organizações sem vínculos que firmam parceria, que são proporcionalmente menos numerosas entre as que possuem títulos ou certificações, exceto pelas OSCIPs que possuem uma porcentagem similar às demais OSCs encontradas no SICONV (quase 40%).

Tabela 1.4.2.2 – OSCs com parcerias no SICONV, por tipo de OSCs e faixas de vínculos formais de trabalho, 2011

Faixas de Vínculos	0	1 a 4	5 a 19	20 a 99	Acima de 100
UPF	8,7%	10,4%	16,6%	32,5%	31,8%
OSCIP	39,3%	21,1%	20,7%	11,9%	7,0%
CNEA	19,0%	26,2%	26,2%	21,4%	7,1%
CEBAS Saúde	12,5%	0,0%	12,5%	50,0%	25,0%
CEBAS MDS	0,0%	33,3%	33,3%	33,3%	0,0%
UPF + CNEA	0,0%	0,0%	20,0%	60,0%	20,0%
UPF + CEBAS MEC	14,3%	0,0%	14,3%	35,7%	35,7%
UPF + CEBAS Saúde	0,5%	0,7%	3,1%	31,4%	64,3%
UPF + CEBAS MDS	3,5%	3,5%	11,8%	49,3%	31,9%
OSCIP + CNEA	19,2%	26,9%	34,6%	11,5%	7,7%
OSCIP + CEBAS Saúde	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras OSCs	39,3%	22,0%	15,9%	11,9%	10,9%

Fonte: FGV, Construção própria, a partir das Bases OSCIPs, UPFs, CEBAS, CNEA e SICONV

Analisando as demais bases do bloco de recursos públicos (FINEP, Leis de Incentivo), observa-se que diferentemente dos dados encontrados no SICONV, há uma proporção bem menor de OSCs com títulos e certificações que celebraram parcerias ou recebem recursos: cerca de 30,30% na FINEP (Financiamento de Estudos e Projetos de Ciência e Tecnologia), 31,40% por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) e 23,30% e Lei de Incentivo à Cultura (LIC). Dentro desse grupo as UPFs são mais significativas nos projetos da FINEP, enquanto nas Leis de Incentivo são as OSCIPs que mantêm maior proporcionalidade (15,1% LIE e 12,5% LIC).

Tabela 1.4.2.3 – OSCs que recebem recursos por tipo e fonte de recurso (FINEP, Lei de Incentivo ao Esporte e Lei de Incentivo à Cultura), 2011

OSCs	FINEP (%)	Lei de Incentivo ao Esporte (%)	Lei de Incentivo à Cultura (%)
UPF	12,2%	11,4%	6,0%
OSCIP	8,4%	15,1%	12,5%
CNEA	0,3%	0,0%	0,0%
CEBAS MS	3,8%	0,5%	0,6%
CEBAS MEC	4,8%	0,5%	0,7%
CEBAS MDS	0,8%	3,8%	0,0%
OSCIP + CEBAS Saúde	0,0%	0,0%	0,0%
UPF + CEBAS MDS	0,0%	0,0%	3,4%
OSCs com títulos ou certificações	30,3%		
Outras OSCs	69,7%	68,6%	76,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: FGV, Construção própria, a partir das Bases OSCIPs, UPFs, CEBAS, CNEA, FINEP, LIE e LIC

Quanto à estrutura das OSCs encontradas nessas bases, nota-se que há uma diferença bastante expressiva na distribuição de faixas de vínculos: as organizações que fazem parcerias com a FINEP são de maior porte, quase 40% têm mais de 100 vínculos. Por outro lado, uma grande parcela das OSCs com projetos aprovados pelas Leis de Incentivo não possui vínculos formais (41,6% LIE e 49,2% LIC).

Tabela 1.4.2.4 – OSCs que recebem recursos por tipo e fonte de recurso (FINEP, Lei de Incentivo ao Esporte e Lei de Incentivo à Cultura) por faixa de vínculos formais de trabalho, 2011

Faixas de vínculos	FINEP (%)	LIE (%)	LIC (%)
0	7,9%	41,6%	49,2%
1 a 4	12,7%	15,1%	17,8%
5 a 19	15,8%	18,9%	14,3%
20 a 99	25,2%	12,4%	11,6%
100 e mais	38,4%	11,9%	7,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Construção própria, a partir das Bases OSCIPs, UPFs, CEBAS, CNEA, FINEP, LIE e LIC

As informações obtidas nesse bloco mostram que há diferenças no perfil das OSCs que fazem parcerias por meio do SICONV e da FINEP, especialmente no que tange à títulos e certificações. Nota-se também que, proporcionalmente, as OSCs na FINEP são maiores que aquelas no SICONV, o que provavelmente seja resultado do objeto específico de inovação e pesquisa da entidade.

Ainda estabelecendo comparações entre as bases, observa-se que as OSCs presentes nas bases de Lei de Incentivo destoam ainda mais das identificadas da base do SICONV, principalmente no que se refere ao seu tamanho: a maior parte das OSCs não tem vínculos ou é muito pequena – 1 a 4 vínculos (57% na LIE e 67% na LIC).

1.4.3 Participação social

O terceiro bloco de bases de dados analisado faz referência à participação social, que é entendida por meio da participação das OSCs em conselhos, comissões e comitês de políticas públicas. Os resultados evidenciaram a ocupação de 553 assentos por parte das organizações distribuídos pelos 40 conselhos de políticas existentes. Uma parcela significativa das 473 organizações enquadradas neste bloco estão ligadas a mais de um conselho e quatro organizações possuem participação superior a 10 (dez) assentos.

Contudo, é necessário destacar que as OSCs podem também ter exercido papel de suplentes ou de convidadas nos conselhos. Foram observadas 185 suplências, realizadas por 173 OSCs, isto porque 11 dessas possuíam mais de uma suplência. É interessante destacar ainda que 125 OSCs que são suplentes não possuem nenhum assento.

Pouco significativa a modalidade de participação como convidada que conta com apenas 3 OSCs, sendo que duas dessas organizações não possuíam nenhum assento e a outra apenas um. Dessa forma, ressalta-se que mais de 50% das OSCs do bloco de participação social possui 1 (um) assento em algum conselho, comissão ou comitê de política pública. Menos de 1% possui alta participação, ou seja, mais de 10 assentos.

Tabela 1.4.3.1 – Distribuição de Entidades em Conselhos e Comitês de Políticas Públicas, segundo Papel da Organização

Assentos	Suplência				OSCs	Convidadas		OSCs	Total	Proporção (%)
	0	1	2	3		0	1			
0	2	119	4	-	125	2	-	2	127	26,8%
1	240	21	3	-	264	-	1	1	265	56,0%
2	32	10	-	-	42	-	-	-	42	8,9%
3	11	3	1	-	15	-	-	-	15	3,2%
4	4	2	-	1	7	-	-	-	7	1,5%
5	4	2	1	-	7	-	-	-	7	1,5%
7	-	2	1	-	3	-	-	-	3	0,6%
8	-	1	-	-	1	-	-	-	1	0,2%
9	2	-	-	-	2	-	-	-	2	0,4%
10	1	-	-	-	1	-	-	-	1	0,2%
11	-	1	-	-	1	-	-	-	1	0,2%
12	1	-	-	-	1	-	-	-	1	0,2%
16	-	1	-	-	1	-	-	-	1	0,2%
Total	297	162	10	1	470	2	1	3	473	100,0%

Fonte: FGV, Construção própria, a partir da Base de Participação Social

Com o intuito de aprofundar o conhecimento sobre as OSCs que têm participação nos conselhos, comissões e comitês de políticas públicas, destaca-se que se tratam, na maioria, de organizações sem vínculos formais de trabalho ou pequenas com até 19 vínculos ativos (quase 80%), apenas 6,3% são grandes, ou seja, possuem mais de 100 vínculos.

Tabela 1.4.3.2 – OSCs com participação em conselhos comissões e comitês de políticas públicas por faixas de vínculos formais de trabalho, 2011

Faixas de Vínculos Ativos	(%)
0	28,0%
1 a 4	30,2%
5 a 19	20,1%
20 a 99	15,3%
100 e mais	6,3%
Total	100,0%

Fonte: Construção própria, a partir das Bases da RAIS e da base de Participação Social

Observa-se também que menos de 30% das OSCs com assentos nas instâncias de participação que possuem títulos e certificados e, nesse conjunto, as organizações com CEBAS MDS têm a maior porcentagem chegando a 11,1%, incluindo-se as que possuem somente o CEBAS e as que acumulam o título de UPF. Pouco abaixo as OSCIPs também possuem uma proporção significativa (10,1%).

Tabela 1.4.3.3 – OSCs com participação em conselhos, comitês e comissões com títulos e certificações

OSCs com títulos e certificações	OSCs que possuem assento em instâncias de participação (%)
UPF	4,8%
OSCIP	10,1%
UPF + CEBAS MS	1,6%
UPF + CEBAS MDS	5,8%
OSCIP + CNEA	1,6%
CEBAS MDS	5,3%
OSCs sem títulos ou certificações	70,9%
Total	100,0%

Fonte: Construção própria, a partir das Bases OSCIPs, UPFs, CEBAS, CNEA e Participação Social.

Quanto aos recursos, observados através do SICONV, foram identificadas 78 OSCs com participação que firmaram parcerias no período entre 2008 e 2012, ou seja, mais de 16% do total dessas organizações.

As 78 OSCs que receberam recursos representam, dessa forma, cerca de 2,4% do total de OSCs analisadas durante a pesquisas na base do SICONV tendo firmado 303 parcerias em 2011, o que equivale à 3,2% do total de parcerias analisado. Embora, em relação à quantidade de organizações e de parcerias seja baixa a proporção de OSCs com participação em instâncias em relação ao total, nota-se que o volume de recursos,

através do valor global é bem mais expressivo, ultrapassando 10%. Contudo, essa observação resulta do alto valor médio de parcerias com uma pequena parcela dessas organizações, cerca de 4% delas possuem um valor global médio acima de R\$ 10 milhões, e 27% acima de R\$ 1 milhão.

Tabela 1.4.3.4 – OSCs com assento em instâncias de participação que celebram parcerias por meio do SICONV, 2011

Descrição	(%)	Celebram parcerias	(%)	Valor das parcerias (R\$ milhões)	(%)	
OSCs com assento em instâncias de participação	78	2,4%	303	3,2%	889,31	10,4%
OSCs sem assento em instâncias de participação	3.214	97,6%	9.168	96,8%	7.699,44	89,6%
Total	3.292	100,0%	9.471	100,0%	8.588,75	100,0%

Fonte: Construção própria, a partir das Bases do SICONV e Participação Social

1.5 Considerações finais

As análises aqui apresentadas compõe sumário executivo dos resultados da Pesquisa sobre Organizações da Sociedade Civil e suas parcerias com o governo federal com foco no módulo de análise de dados secundários, que culminou na organização de Base de Dados e Informações sobre as OSCs e suas relações com o governo federal.

Priorizou-se nessa versão caracterizar inicialmente o universo das OSCs formalizadas no país, e posteriormente àquelas que mantêm relações com o governo federal em suas diferentes formas. Destaca-se que a construção da Base de Dados que também estará disponibilizada por meio do Mapa das OSCs, ferramenta que possibilita uma infinidade de cruzamentos e análises pouco exploradas neste documento. Nesse sentido, entende-se que a análise através de dados secundários, para além da caracterização dessas organizações, permite o aprofundamento de questões e temas específicos sobre a atuação das OSCs.

O desenvolvimento de análises a partir dos dados secundários pode contribuir para a sistematização e o aprofundamento do conhecimento sobre a atuação das OSCs, principalmente nas relações e parcerias, legalmente previstas, estabelecidas com os entes públicos, podendo assim subsidiar os debates que envolvem a melhoria dos instrumentos jurídicos e normativos que gerem tais relações.

2. FATOS ESTILIZADOS SOBRE AS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS E SUAS RELAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL

Com o intuito de aprimorar o atendimento às demandas da sociedade, a União criou mecanismos de descentralização dos recursos federais para outras esferas de governo (estados e municípios) ou para entidades privadas sem fins lucrativos. Uma fração desses recursos é de repasse obrigatório por lei, como, por exemplo, os fundos de participação de estados e municípios. Outra parte é representada por transferências voluntárias mediante convênios, contratos de repasse e termos de parceria, que constituem o sistema de cooperação entre a União e as outras esferas de governo, além de entidades privadas sem fins lucrativos, para a execução de ações de políticas públicas de interesse mútuo.⁹

O objetivo deste artigo é contribuir para a desmitificação de algumas ideias comumente difundidas sobre as parcerias firmadas entre as administrações diretas e indiretas pertencentes ao Governo Federal e as Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos (EPSFLs). A avaliação é efetuada à luz da análise do levantamento de informações extraídas do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse da União (Siconv) – sistema informatizado do Governo Federal, no qual são registrados todos os atos relativos ao processo de operacionalização das transferências voluntárias de recursos por meio de convênios e outras modalidades, desde a sua proposição e análise, passando pela celebração, liberação de recursos e acompanhamento da execução, até a prestação de contas.¹⁰

O Siconv foi criado com o objetivo de gerir as transferências voluntárias do Governo Federal, gerenciamento que ocorre tanto pelos repassadores (órgãos concedentes) quanto pelos recebedores (entidades convenentes), resultando em maior transparência e igualdade de oportunidades no acesso à parcela discricionária dos recursos públicos federais. No entanto, esse sistema de cooperação – em particular as parcerias entre a União e as EPSFLs – tem sido alvo de críticas e debates em seus mais diversos aspectos. Muitas dessas críticas se relacionam a ideias difundidas na sociedade, às vezes equivocadas por ausência de fundamento empírico.

Foram identificadas dez ideias comumente difundidas, e que são apresentadas no presente artigo a partir de fatos estilizados¹¹, que as fundamentam empiricamente, a fim de melhor compreendê-las. Para tanto,

⁹ Ver *Brasil, Tribunal de Contas da União: Convênios e outros repasses. 2. ed. Brasília, Secretaria Geral de Controle Externo, 2008, pg. 13.*

¹⁰ *ibid.*, pg. 20.

¹¹ O termo "fato estilizado" é usado nas ciências sociais para apresentar de forma simplificada evidências empíricas. Um fato estilizado é uma aproximação da realidade, essencialmente verdadeira, utilizado para apontar se determinadas ideias relacionadas a uma variável estudada se aproximam ou não do fenômeno observado.

foram selecionadas, a partir do Siconv, 9.471 parcerias efetivamente celebradas com 3.609 EPSFLs no período entre 2008 e 2012.

As EPSFLs selecionadas compreendem uma extensa relação de naturezas jurídicas, que incluem, majoritariamente, entidades classificadas como Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Entretanto, optou-se, nesse artigo, por analisar todas as EPSFLs em conjunto. Mas embora os resultados apresentados compreendam todos os tipos de EPSFLs, eles retratam, de fato, a importância das OSCs tanto no número de contratações quanto no volume total de recursos envolvidos. Assim, de modo geral, os fatos estilizados apresentados a seguir propõem um quadro mais complexo e dinâmico da realidade das parcerias entre a União e as EPSFLs do que em geral se considera.

Neste Módulo da pesquisa, o universo é constituído não apenas pelas Organizações da Sociedade Civil, mas por todo o universo das Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, no qual estas estão inseridas.

1.6 Fato 1: apenas uma pequena parcela das EPSFLs realiza parcerias com o Governo Federal.

A primeira ideia comumente difundida sobre convênios é que as EPSFLs são dependentes dos recursos do Governo Federal. Entretanto, o que se observa é que apenas uma fração ínfima de EPSFLs realizam parcerias com a União.

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho, em 2011 havia 542.137 entidades classificadas como EPSFL ativas, ou seja, que declararam atividade, independentemente da quantidade de vínculos ativos. Outras 3.338 EPSFLs estavam com status de inativas, mas com vínculos ativos. Dessa forma, chegou-se a um total de 545.475 EPSFLs com vínculos ativos em 2011. Ainda conforme a Rais, nesse mesmo ano foram identificadas 349.421 organizações que se enquadraram no perfil de OSCs, ou seja: 64% das entidades poderiam ser classificadas desta forma, de acordo com a sua natureza jurídica.

A Tabela 1 apresenta a quantidade de EPSFLs e o número de parcerias que essas entidades celebraram com a União entre 2008 e 2012, levantadas a partir do Siconv. Foram registrados repasses para 3.609 EPSFLs, que constituem menos de 1% do total de entidades que constam na Rais 2011.¹² Considerando apenas as OSCs, foram observadas 3.292 entidades (91,2% das EPSFLs) que firmaram parcerias com o Governo Federal nesse período. Esse número representa aproximadamente 1% do universo de OSCs verificadas na Rais 2011.

¹² Esse total inclui repasses a 166 cooperativas que, embora tenham a natureza jurídica de entidades empresariais, fizeram parte do universo de entidades sem fins lucrativos pesquisados, pois, no Siconv, possuem classificação de esfera administrativa privada.

Outras 317 EPSFLs (Cooperativas, Entidades Sindicais, Entidades do Serviço Social Autônomo – Sistema "S" –, fundos privados, etc.) também celebraram parcerias com o Governo Federal. Esse grupo de entidades representa 8,8% do total de EPSFLs. Elas realizaram 492 parcerias (apenas 5% do total analisado), cujo montante não passa de 6% do total firmado por todas as EPSFLs. Os dados relativos a essas outras EPSFLs revelam que as OSCs representam o grupo mais importante com parcerias junto à União, compreendendo 95% dos contratos firmados entre 2008 e 2012.

Tabela 2.1.1: Quantidades e valor global das parcerias por natureza jurídica das proponentes, 2008-2012

Natureza jurídica	Número de entidades	% do total	Quantidade de parcerias	% do total	Valor global das parcerias (R\$ mil)	% do total
Organizações da Sociedade Civil	3.292	91,2%	8.979	94,8%	8.202.033,1	94,2%
Fundação Privada	304	8,4%	1.587	16,8%	2.047.622,9	23,5%
Fundação ou Associação Estrangeira com sede no Brasil	1	0,0%	6	0,1%	1.091,6	0,0%
Organização Religiosa	5	0,1%	6	0,1%	1.051,6	0,0%
Associação Privada	2.982	82,6%	7.380	77,9%	6.152.266,9	70,7%
Organizações da Soc. de Interesse Público (Oscip) *	403	11,2%	984	10,4%	1.678.567,5	19,3%
Outras formas de associação privada	2.579	71,5%	6.396	67,5%	4.473.699,5	51,4%
Outras EPSFLs	317	8,8%	492	5,2%	504.787,0	5,8%
Serviço Social Autônomo	33	0,9%	76	0,8%	197.113,6	2,3%
Entidade Sindical	112	3,1%	178	1,9%	150.908,6	1,7%
Fundo Privado	1	0,0%	3	0,0%	2.438,2	0,0%
Cooperativa	166	4,6%	229	2,4%	143.135,4	1,6%
Entidades mal classificadas quanto à natureza jurídica **	5	0,1%	6	0,0%	11.191,2	0,1%
Total	3.609	100%	9.471	100%	8.706.820	100%

Fonte: Elaborado pela FGV Projetos, a partir de dados do Siconv.

Notas:

*A classificação das Associações Privadas como Oscip ou em outra forma de associação foi obtida a partir de dados cedidos pelo pesquisador do Ipea Félix G. Lopez, utilizados no artigo publicado com Leonardo S. Barone: *As Organizações da Sociedade Civil e as Políticas Públicas Federais (2003-2011)*, in: *Boletim de Análise Político-Institucional*, nº. 3, Brasília, Ipea, 2013.

**As cinco entidades "mal classificadas" referem-se à possibilidade de, durante o período analisado, sua natureza jurídica ou sua classificação como EPSFLs ter sido equivocada no Siconv.

Adicionalmente, ao contrário do que imagina o senso comum, o total de 9.471 parcerias celebradas com EPSFLs representa apenas 15% do total de 63.209 parcerias firmadas pelo Governo Federal no período em

questão, considerando-se todas as esferas administrativas, inclusive estados e municípios. Dos recursos repassados pela União na forma de parcerias, 74,8% foram destinados aos governos municipais. As parcerias com governos estaduais englobam 9,5% do total, e apenas um resíduo de 0,7% foi destinado a parcerias com empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos.

Além de pequena, a participação das EPSFLs no total de parcerias celebradas junto ao Governo Federal vem diminuindo nos últimos anos.¹³ No triênio 2008-2010, essas parcerias representavam 16% do total; no biênio 2011-2012, essa participação caiu para 13%. Proporcionalmente, a desaceleração na celebração de parcerias com EPSFLs foi maior na comparação entre os dois períodos em destaque: enquanto a quantidade de parcerias firmadas com as demais esferas administrativas caiu quase 50%, entre 2008-2010 e 2011-2012 os contratos com EPSFLs foram reduzidos em cerca de 59%.

1.7 Fato 2: a maior parte dos recursos é destinada a EPSFLs com mais de 100 vínculos formais de trabalho.

Contrariamente à ideia comum de que falta às EPSFLs estrutura técnica e organizacional para administrar recursos oriundos de parcerias com o Governo Federal, a combinação dos dados do Siconv com os dados da Rais (Tabela 2) mostra que uma parte importante dos recursos é destinada a EPSFLs que têm 100 ou mais vínculos formais ativos, o que pode caracterizar maior capacidade de recursos técnicos.

No que concerne a quantidade de vínculos formais das EPSFLs, de um total de 2.949 entidades analisadas,¹⁴ 1.600 EPSFLs (54,3% do total) possuem até nove vínculos formais de trabalho, classificadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) como microempresas de serviços. Essas entidades contrataram R\$ 2,1 bilhões (ou 25,7% do volume total analisado aqui). Ainda segundo a classificação do Sebrae, 204 pequenas entidades – que possuem entre 10 e 19 vínculos formais de trabalho, conforme a classificação do Sebrae – celebraram parcerias no montante de R\$ 306 milhões (ou 3,8% do total).

No outro extremo, 610 são EPSFLs constituídas de 100 ou mais vínculos formais de trabalho, envolvendo 3.370 parcerias (41,1% do total), e constituem parte importante dos valores globais contratados. Esses recursos totalizam quase R\$ 4,2 bilhões, em valores históricos, o que representa aproximadamente 52% do volume global contratado.

Tabela 2.2.1 – Distribuição de parcerias celebradas pelo Governo Federal (2008-2012) por faixa de vínculos formais ativos das proponentes em 2011

¹³ Esse dado também foi constatado por Félix G. Lopez e Leonardo S. Barone em "As Organizações da Sociedade Civil e as Políticas Públicas Federais (2003-2011)". Nessa publicação, observa-se que as transferências voluntárias provenientes das esferas estadual e municipal cresceram substancialmente entre 2003 e 2011. Entre 2005 e 2011, entretanto, o volume de transferências da União via modalidade 50 caiu cerca de 77%.

¹⁴ Não foi possível identificar 660 EPSFLs na Rais de 2011; em particular, aquelas cujas parcerias foram celebradas apenas em 2012.

Faixa de vínculos em 2011 *	Quantidade de entidades	Quantidade de parcerias	Montante de valor global contratado (R\$ 1.000)	Valor médio das parcerias (R\$ 1.000)
0 a 9	1.600	3.127	2.066.472	1.303
10 a 19	204	494	305.671	1.498
20 a 49	306	657	607.027	1.984
50 a 99	229	542	894.475	3.906
100 a 249	249	806	721.379	2.897
250 a 499	166	940	926.523	5.581
500 ou mais	195	1.624	2.531.824	12.984
Total	2.949	8.190	8.053.371	2.731

Fonte: Elaborado pela FGV Projetos, a partir de dados do Siconv e da MTE/Rais (2011).

Nota: * A quantidade de vínculos das entidades que celebraram parcerias foi identificada na Rais de 2011, não significando dizer que essa quantidade se reproduz nos demais anos.

Entretanto, deve-se registrar que 1.740 parcerias, que totalizaram R\$ 962 milhões, foram contratadas, entre 2008 e 2012, com 933 EPSFLs que não possuíam *nenhum* vínculo formal. Assim, embora parte significativa dos recursos (R\$ 4,2 bilhões) seja encaminhada a EPSFLs com mais de 100 vínculos formais ativos, é também verdade que parte importante desses recursos (quase R\$ 1 bilhão) é destinada a EPSFLs sem vínculos formais de trabalho.

1.8 Fato 3: mesmo facultativa, a contrapartida está presente na maior parte das parcerias.

A terceira ideia diz respeito à facultatividade da contrapartida – parcela de colaboração financeira do conveniente para a execução do objeto da parceria. Embora legalmente a exigência desse tipo de colaboração seja facultativa, ela está presente na maior parte das parcerias analisadas (pouco mais de 68%).

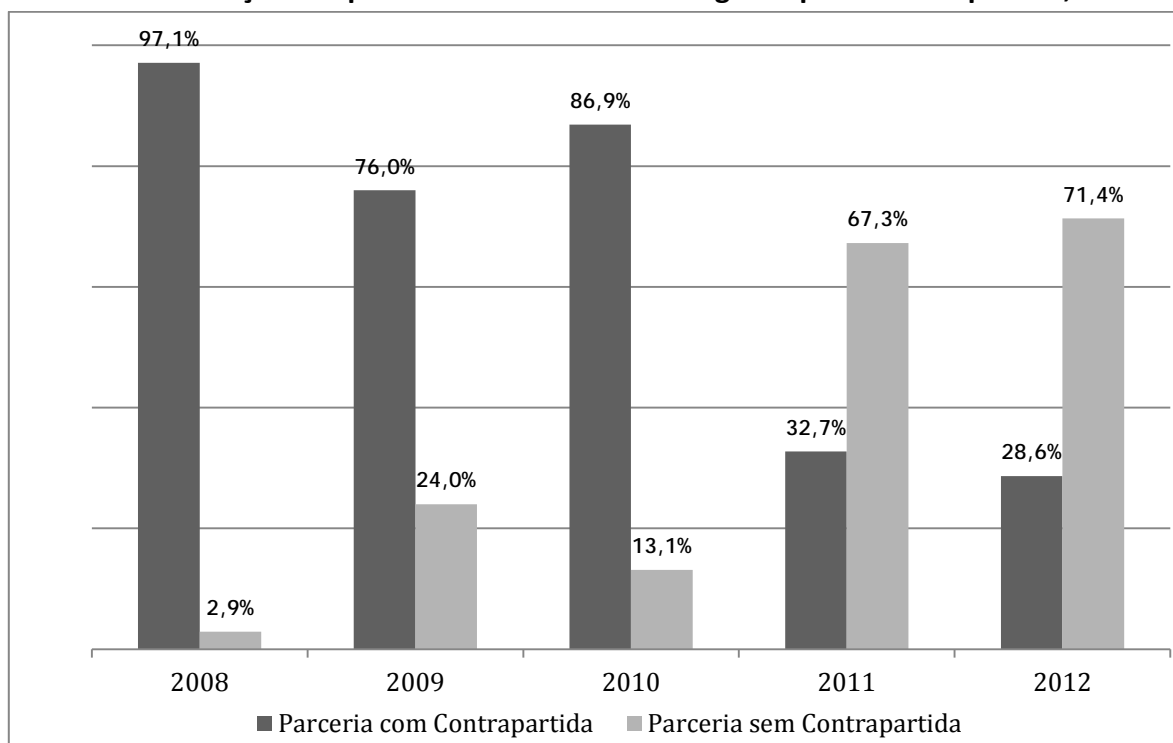
Entre os órgãos concedentes da administração direta com maior número de parcerias celebradas, podem ser destacados, por exemplo, os casos dos Ministérios da Cultura, Turismo e Esportes, em que mais de 90% das parcerias requereram contrapartidas. Por outro lado, há os exemplos de dois outros importantes órgãos concedentes em celebração de parcerias com EPSFLs – Ministérios da Saúde e da Educação – que fizeram essa requisição em menos da metade dos contratos firmados. Em cerca de 60% das parcerias vinculadas ao Ministério da Saúde, não foi verificada a exigência de contrapartidas, e, no Ministério da Educação, esse número sobe para 97%.

A contrapartida pode ser atendida por meio de recursos financeiros e de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis. Do total de parcerias celebradas dessa forma entre 2008 e 2012,

prevaleceram aquelas de natureza exclusivamente financeira (61,1% do total), seguidas por bens e serviços (32,4%). Ainda foram identificadas algumas que incluem ambos os tipos (6,5%), o que eleva a participação das contrapartidas em bens e serviços para 38,9%.

Vale ressaltar que na proposta do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) não serão mais exigidas contrapartidas financeiras, sendo facultada a exigência em bens e serviços economicamente mensuráveis. Observa-se na Figura 1 que, de acordo com os dados do Siconv, a participação de parcerias com essa exigência realmente tem diminuído nos últimos anos. Se, em 2008, 97% das parcerias celebradas exigiram contrapartida, em 2012 essa participação caiu para apenas 28,6%. Além disso, a proporção de contrapartidas financeiras, que atingiu 57,1% em 2012, caiu em relação à média do período analisado.

Gráfico 2.3.1: Evolução das parcerias celebradas com algum tipo de contrapartida, 2008-2012



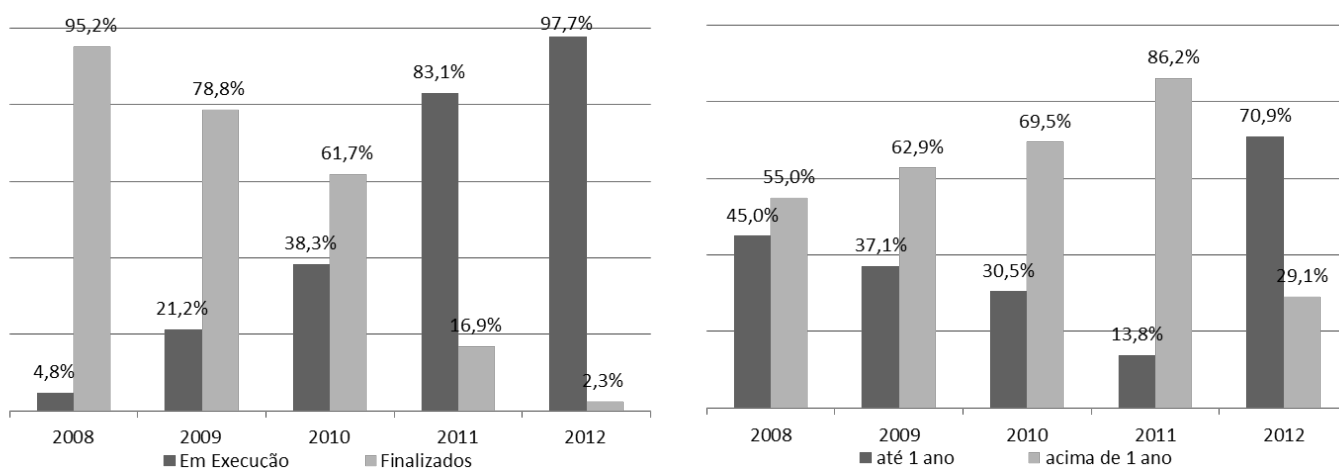
Fonte: Elaborado pela FGV Projetos, a partir de dados do Siconv.

1.9 Fato 4: a maior parte das parcerias celebradas entre 2008 e 2010 já foi finalizada e não recorreu a termos aditivos.

A quarta ideia comumente difundida é a de que as EPSFLs não executam os recursos recebidos. No entanto, os dados do Siconv sintetizados no primeiro painel da Figura 2 mostram que a maior parte das parcerias celebradas nos três primeiros anos do sistema (2008 a 2010) já foi finalizada. Adicionalmente, das 3.776 parcerias finalizadas, 73% não incluíram termos aditivos. Isso denota que o objeto da maioria das parcerias é executado sem a necessidade de prorrogações de prazo.

Ainda segundo o primeiro painel da Gráfico 2.4.1, observa-se que quase todas as parcerias celebradas em 2012 ainda estavam em execução no início de 2013, o que é esperado. O tempo de vigência da maioria das parcerias celebradas em 2012, entretanto, é menor (segundo painel da Gráfico 2.4.1), com predominância de até um ano, invertendo a tendência de aumento do tempo de vigência, que foi verificada entre 2008 e 2011. Esse fato mostra uma mudança no perfil das parcerias, que passaram a conter objetivos mais precisos e de fácil execução em curto espaço de tempo.

Gráfico 2.4.1– Evolução da distribuição das parcerias, por situação (Painel 1) e por tempo de vigência do contrato (Painel 2), 2008-2012



Fonte: Elaborado pela FGV Projetos, a partir de dados do Siconv.

1.10 Fato 5: o valor global da maioria das parcerias está abaixo de R\$ 400 mil.

A quinta ideia difundida no senso comum refere-se ao alto valor das parcerias. No entanto, os dados analisados mostram que, embora o valor global médio das parcerias seja de R\$ 919 mil (valores históricos), o valor contratado observado na grande maioria delas está abaixo de R\$ 400 mil, e quase metade não passa de R\$ 200 mil.

No que tange à evolução do valor global médio das parcerias, o montante global dos recursos permaneceu relativamente estável nos últimos anos, apesar da redução do número de parcerias celebradas pelo Governo Federal a partir de 2011. O resultado foi o aumento do valor global médio nos últimos dois anos, de R\$ 665 mil em 2010 para R\$ 1,38 milhão em 2011, e para R\$ 1,59 milhão em 2012.

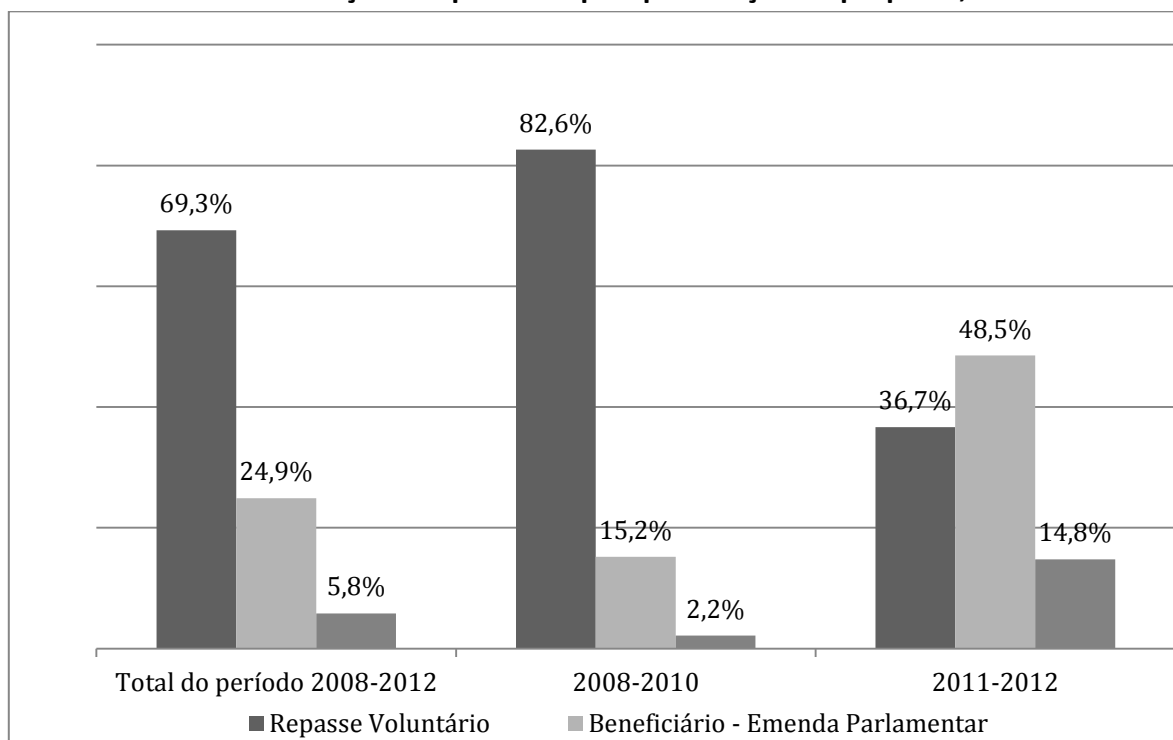
Pode-se dizer, ainda, que as parcerias cujos contratos vão até R\$ 100 mil representam cerca de 20% do total celebrado entre 2008 e 2012. Por outro lado, quase 59% apresentam valores médios entre R\$ 100 mil e R\$ 600 mil. Já para valores acima de R\$ 600 mil, esse valor cai para 18% – ou seja, quase 80% das parcerias participaram com menos de 20% do montante de recursos repassados às EPSFLs.

1.11 Fato 6: na média do período 2008-2012, apenas 25% das parcerias celebradas pelo Governo Federal foram direcionadas por emenda parlamentar. No entanto, observa-se aumento significativo desse tipo de parceria no biênio 2011-2012.

A afirmação de que os recursos das parcerias são direcionados principalmente por emendas parlamentares não representa completamente a realidade. A Figura 3 mostra que apenas 25% das parcerias celebradas pelo Governo Federal entre 2008 e 2012 tiveram origem em emendas parlamentares. A maioria das parcerias é efetuada a partir de propostas de repasses voluntários, ou seja, aquelas condicionadas à transferência por processo seletivo.

Entretanto, a figura também retrata que a participação de beneficiários por emenda parlamentar aumentou nos últimos dois anos pesquisados. Assim, se no triênio 2008-2010 esse valor era de 15,2%, no biênio 2011-2012 ele chegou a 48,5%. Nessa mesma base de comparação, a participação de repasses voluntários caiu de 82,6% para 36,7% nos dois últimos anos.

Gráfico 2.6.1: Evolução das parcerias por qualificação da proposta, 2008-2012



Fonte: Elaborado pela FGV Projetos, a partir de dados do Siconv.

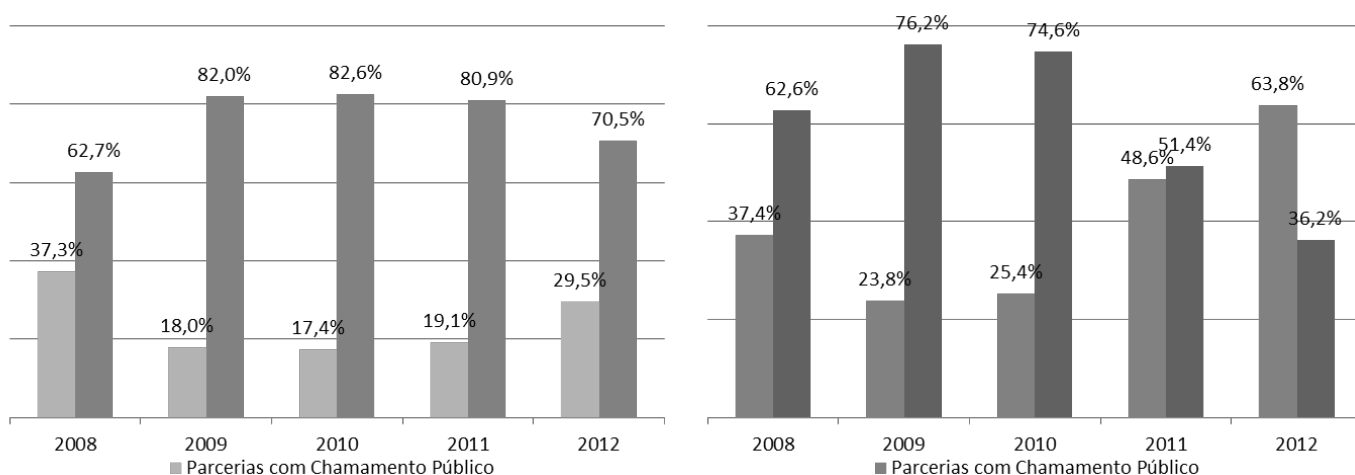
1.12 Fato 7: a participação de parcerias com chamamento público em 2012 passou para quase 2/3 do total.

No senso comum, outra ideia ainda difundida é de que a maioria das parcerias não se inicia por chamamento público, apesar de a lei assim o exigir. Em sua redação original, o Decreto nº 6.170/07 estabelecia como facultativa a presença de chamamento. No entanto, seu artigo 4º foi modificado pelo Decreto nº 7.568/11, passando a indicar que a celebração de convênios ou contratos de repasse com EPSFLs deverá ser precedida de chamamento público a ser realizado pelo órgão ou entidade concedente.

Na Gráfico 2.7.1 (Painel 1) pode-se observar que, em 2012, pouco tempo após a publicação do decreto, apenas 29,5% das parcerias celebradas foram precedidas de chamamento público. Por outro lado, se compararmos os anos de 2011 e 2012, há uma tendência de aumento desse percentual. Essa evolução, apesar de lenta, pode estar refletindo uma readequação dos programas à nova regulamentação.

É importante frisar que o chamamento público obrigatório não se aplica às transferências do Ministério da Saúde destinadas a serviços de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao retirarmos as parcerias relativas a essas ações orçamentárias (Painel 2 da Figura 4), a participação de parcerias com chamamento entre 2008 e 2012 passa de 21% para 32%. Portanto, em 2012, quando a exigência passou a ser efetiva, quase 2/3 das parcerias (cerca de 64%) passaram a ser provenientes de chamamento público.

Gráfico 2.7.1: Evolução da participação do total de parcerias (Painel 1) e parcerias exclusive SUS (Painel 2) precedidos por chamamento público, 2008-2012



Fonte: Elaborado pela FGV Projetos, a partir de dados do Siconv.

É importante observar, ainda, que existem outras exceções ao chamamento público, como em casos de emergência ou calamidade pública, ou quando caracterizada uma situação que demande a realização ou

manutenção da parceria pelo prazo máximo de 180 dias. Essas exceções, no entanto, não podem ser detectadas nos dados do Siconv. Caso pudessem ser auferidas, certamente a proporção aumentaria.

1.13 Fato 8: as EPSFLs estão concentradas nas principais cidades e regiões do país.

A ideia de que as EPSFLs estão concentradas nas principais cidades e regiões do país é confirmada pelos dados do Siconv. Por um lado, mais de 40% das entidades que firmaram parcerias estão sediadas em cidades com população acima de um milhão de habitantes, o que corresponde a 1,5% das cidades brasileiras. Por outro, apenas 13,9% das entidades com parcerias junto ao Governo Federal estão sediadas em cidades com população de até 25 mil habitantes, que representam 41% dos municípios.

Pode-se dizer, também, que as principais cidades do país concentram a maior parte das parcerias em quantidade e em valores globais: 48% das parcerias e 61,9% do montante global dos recursos dessas parcerias foram contratados com EPSFLs sediadas em municípios com mais de um milhão de habitantes.

Mais do que isso, verificou-se que, do total de 9.471 parcerias, 8.632, ou seja, 91% do total, foram celebradas com entidades sediadas em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) alto ou muito alto. Municípios com IDHM médio sediam entidades que firmaram 784 parcerias (cerca de 8% do total) com o governo federal e apenas 106 parcerias (pouco mais de 1% do total) foram efetuadas com entidades localizadas em municípios com IDHM baixo e nenhuma em municípios com IDHM muito baixo.

O valor global *per capita* das parcerias – considerando-se a população de 2010 dos municípios onde estão localizadas as entidades – é maior quanto maior for o IDHM. Utilizando, além dos dados do Siconv, os do Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/PNUD, percebe-se que o valor global *per capita* das parcerias celebradas nos municípios de IDHM muito alto é de R\$ 59,10, mais de 70% maior do que o mesmo valor observado nos municípios de IDHM baixo, que é de R\$ 33,83.

É importante enfatizar, no entanto, que a área de atuação de uma EPSFL não coincide necessariamente com a área de sua sede. Um exemplo conhecido é a área de atuação da Pastoral da Criança, uma das dez maiores EPSFLs em volume de recursos transferidos via parcerias com o Governo Federal, que transcende em muito a área de seu município-sede (Curitiba), por atuar em todo o território nacional.

1.14 Fato 9: apenas 11% das EPSFLs que celebraram parcerias com a União eram Oscips.

Esse fato contrasta com a ideia normalmente difundida de que, para uma entidade celebrar parcerias com a União, é necessário que seja uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Recorrendo-se aos dados da Tabela 1, verifica-se, ao contrário disso, que das 3.609 EPSFLs proponentes que celebraram parcerias com o Governo Federal entre 2008 e 2012, apenas 403 (11,2%) eram Oscips. E

estas firmaram 984 parcerias (ou 10,4% do total), envolvendo 19,3% do montante global de recursos contratados.

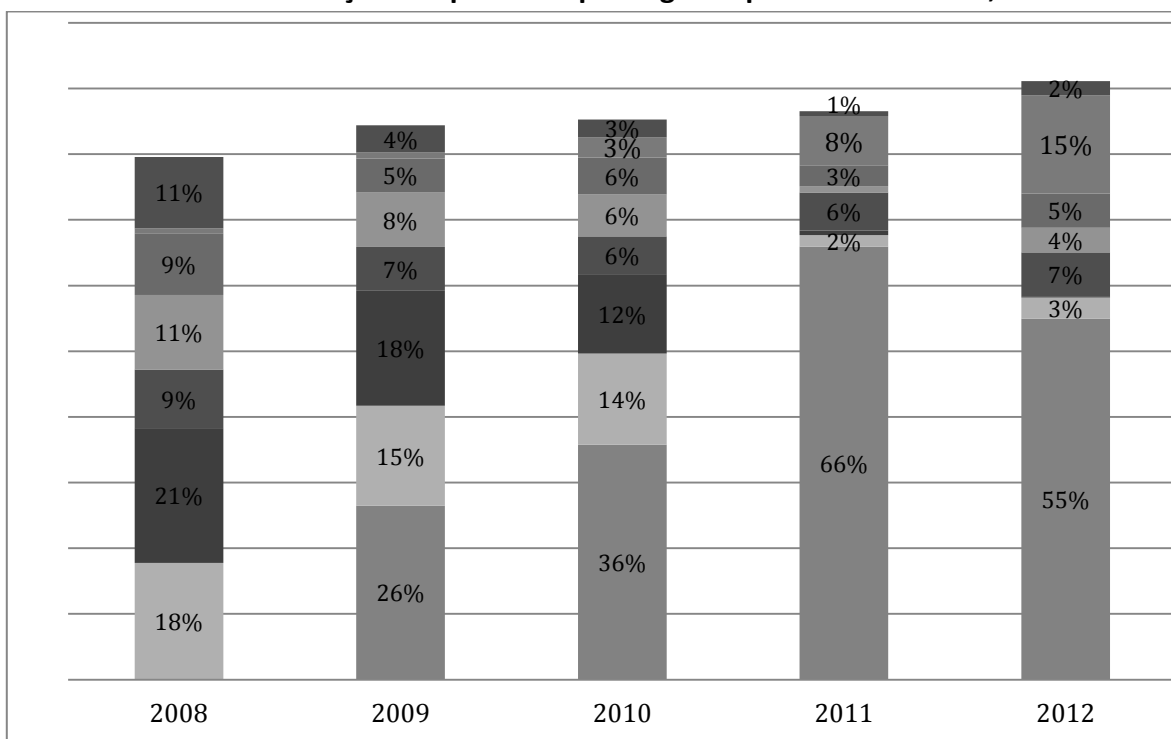
Observa-se, portanto, que a maior parte das parcerias e do montante global dos recursos celebrados pelo Governo Federal foi contratada com outras formas de associações privadas, que incluem associações profissionais ou de classe, organizações não governamentais de nacionalidade brasileira, quando assumem a natureza jurídica de associação e organizações sociais de direito privado, entre outras.

1.15 Fato 10: a participação de parcerias envolvendo programas de órgãos da administração direta com pautas sociais ultrapassou 90% em 2012.

A última ideia destacada neste artigo é a de que as parcerias não atendem aos interesses da população. Ao contrário disso, observa-se que grande parte delas é efetuada a partir de programas cujo órgão gestor é de natureza social. Um indício disso é que a participação de parcerias celebradas junto a ministérios com pautas sociais cresceu de quase 80% em 2008 para mais de 90% em 2012.

Os dados da Gráfico 2.10.1 incluem as parcerias concedidas por Secretarias Especiais ligadas à Presidência da República (Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas para as Mulheres e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). Sozinhas, elas contribuíram para aproximadamente 7% das parcerias concedidas entre 2008 e 2012. Além disso, as parcerias envolvendo especificamente os programas do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação ultrapassaram os 70% em 2011 e 2012. Nota-se, ainda, que essa proporção se ampliou significativamente, se compararmos o período de 2008 a 2010 com o biênio 2011-2012.

Gráfico 2.10.1 – Evolução das parcerias por órgão superior concedente, 2008-2012



Fonte: Elaborado pela FGV Projetos, a partir de dados do Siconv.

1.16 Considerações Finais

Notícias na mídia referentes a casos isolados, e muitas vezes mal sucedidos, de convênios e contratos de repasse, ajudam a alimentar e difundir ideias generalizadas e equivocadas sobre as EPSFLs e suas relações com o Estado. No entanto, a partir da análise dessas ideias, organizadas em fatos estilizados, pode-se observar que o resultado é um quadro bem mais complexo e dinâmico. Espera-se, assim, que os dados citados neste trabalho sirvam de orientação para as lacunas existentes na organização e na fiscalização das parcerias celebradas, e para o aperfeiçoamento da cooperação entre a União e as OSCs.

ANEXO 1 – BASES DE DADOS RECEBIDAS

Base de Dados da Matriz _ MAPA OSC's (Tamanho, formato e acesso)

Bloco	Ministério	Bases de Dados	Formato Arquivo	Data	Fonte Publicação
Perfil das Organizações	MTE	Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	Texto (.txt)	mar/13	Dados com CNPJ não disponíveis publicamente
	MJ	Organizações Sociais de Interesse Público - OSCIPs	Excel (.xls)	abr/13	Disponível em: http://portal.mj.gov.br/main.asp?VidewID=%7BAFE5E30D-EE44-4EC7-B535-10F6F53FC483%7D
		Utilidade Pública Federal - UPFs	Excel (.xls)	abr/13	
	MEC	Organizações Estrangeiras Oes	Excel (.xls)	mai/13	Disponível em : http://cebas.mec.gov.br/visao-publica
		CEBAS Educação	Excel (.xls)	abr/13	
	MS	CEBAS Saúde	Excel (.xls)	abr/13	Disponível em : http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=38693&janela=1
		Estabelecimentos Saúde	Excel (.xls)	abr/13	
	MDS	Censo SUAS	SPSS (.sav)	abr/13	Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/TabSocial/censo_suas.php
Formulário Eletrônico Entidades de Assistência Social		Excel (.xls)	abr/13		

Base de Dados da Matriz _ MAPA OSC's (Tamanho, formato e acesso)

Bloco	Ministério	Bases de Dados	Formato Arquivo	Data	Fonte Publicação
		CEBAS_MDS	Excel (.xls)	out/13	Disponível em: http://www.mds.gov.br/assistencia-social/entidades-de-assistencia-social/acompanhamento-de-processos
	MMA	Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (CNEA)	Excel (.xls)	mai/13	Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cneaenti.cfm?
	MDA	Investimento nos Territórios Rurais - PROINF	Excel (.xls)	jun/13	
		Atividades de qualificação Colegiados territoriais	Excel (.xls) Excel (.xls)	jun/13 jun/13	
MCID	Minha Casa, Minha Vida Entidades - Entidades organizadoras	Excel (.xls)	jun/13	Disponível em: http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=137&Itemid=55	
Recursos	MPOG	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos - SICONV	SPSS (.sav)	mar/13	Disponível em: https://www.convenios.gov.br/portal/informacoesGerenciais
	MCTI FINEP	Entidades sem fins lucrativos com projetos cadastrados	Excel (.xls)	jun/13	Disponível em: http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/jsp/convenios/convenioPorUnidadeGestora.jsf
	MF Tesouro Nacional	SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira - Modalidade 50 (Convênios EPSFL)	Excel (.xls)	jun/13	

Base de Dados da Matriz _ MAPA OSC's (Tamanho, formato e acesso)

Bloco	Ministério	Bases de Dados	Formato Arquivo	Data	Fonte Publicação
		Observação: Não Utilizado por sobreposição SICONV			
	MINC	Pontos e Pontões de Cultura Observação: Não utilizado por não conter CNPJs, que foram a chave para a Matriz	Excel (.xls)		
		Sistema de Apresentação das Leis de Incentivo à Cultura (SALICweb)	html	jul/13	Disponível em: http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php
	MEsportes	Projetos Aprovados na Lei de Incentivo ao Esporte (Entidades sem Fins Lucrativos)	Excel (.xls)	mai/13	Disponível em: http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte/projetos-aprovados-aptos-a-captacao

Base de Dados da Matriz _ MAPA OSC's (Tamanho, formato e acesso)

Bloco	Ministério	Bases de Dados	Formato Arquivo	Data	Fonte Publicação
Participação: Conselhos de Políticas Públicas	Vários (construção SPR)	Entidades por Conselhos	Excel (.xls)	Ago/13	Planilha desenvolvida pela Secretaria Geral da Presidência da República - Informações públicas sobre assentos em Conselhos e Comissões

ANEXO 2 – TABELAS DA PESQUISA

Tabelas dos Produtos 4, 6 e 8 – Índice:

Tabelas do Produto 4	58
Tabela 2.5.1.1 - Entidades por condição de atividade e naturezas jurídicas das OSCs	58
Tabela 2.5.1.2 - Quantidade de Entidades sem Fins Lucrativos no CEMPRE.....	58
Tabela 2.5.2.1 - Quantidade de Duplicidades	59
Tabela 2.5.2.2 - Resultado do Teste de Duplicidade	59
Tabela 2.6.1 - Cruzamento dos Blocos das Bases	60
Tabela 2.6.1.1 - Distribuição Entidades encontradas no Bloco Perfil das OSCs, segundo Natureza Jurídica.....	61
Tabela 2.6.2.1 - Distribuição Entidades Encontradas no Bloco Recursos Públicos, segundo Natureza Jurídica	61
Tabela 2.6.3.1 - Distribuição de Entidades em Conselhos e Comitês de Políticas Públicas, segundo Papel da Organização	62
Tabela 2.6.4.1 - Distribuição Geográfica das OSCs, segundo Natureza Jurídica, RAIS 2011.....	62
Tabela 2.6.4.2 - OSCs, segundo natureza jurídica e quantidade de vínculos ativos	63
Tabela 2.6.4.3 - Tamanho das OSCs, por quantidade de Vínculos Ativos, por Natureza Jurídica.....	63
Tabela 2.6.4.4 - Proporção de OSCs por porte e Vínculos Ativos, por Natureza Jurídica	63
Tabela 2.6.4.5 - Proporção de OSCs de grande porte por Classe CNAE e Natureza Jurídica	64
Tabela 2.6.4.6 - <i>Ranking</i> com as 10 maiores OSCs por Classe CNAE , Natureza Jurídica, quantidade de Vínculos ativos e localização geográfica.....	65
Tabela 2.6.4.7 - <i>Ranking</i> com as Unidades da Federação com maior proporção de vínculos ativos (Número de Vínculos).....	65
Tabela 2.7.1.2.1 - Tamanho das OSCIPs, segundo Quantidade de Vínculos por Unidade da Federação	66
Tabela 2.7.2.1 - Número e proporção de Processos por ano de publicação, e tipo de processo.....	66
Tabela 2.7.2.2 - Tempo Médio de Publicação dos Processos, por ano de protocolo	67
Tabela 2.7.2.3 - Tempo Médio de Publicação dos Processos por faixas	67
Tabela 2.7.2.4 - Processos CEBAS Educação, por Tipo e Secretaria de Origem.....	67
Tabela 2.7.2.5 - Processos Publicados, segundo Decisão, por Ano	68
Tabela 2.7.3.1 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Tipo de Certificação.....	68
Tabela 2.7.3.2 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Combinação de Certificações	69
Tabela 2.7.3.3 - Médias de entidades, parcerias celebradas e valores por tipo de certificação	69
Tabela 2.7.3.4 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Parcerias Firmadas.....	70
Tabela 2.7.3.5 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Vínculos e por Modalidade	70
Tabela 2.7.3.6 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Parcerias Firmadas.....	71
Tabela 2.7.3.7 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Vínculos e por Modalidade	71
Tabela 2.7.3.8 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Parcerias Firmadas.....	71
Tabela 2.7.3.9 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Vínculos e por Modalidade	72
Tabela 2.7.3.10 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Parcerias Firmadas.....	72
Tabela 2.7.3.11 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Vínculos e por Modalidade	73

Tabela 2.7.4.1 - Estimativa do Déficit Habitacional por Estado calculado pelo IPEA, com base no censo demográfico de 2010..	73
Tabela 2.7.4.2 - Número de Unidades Habitacionais de Projetos e Propostas contratados no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.....	74
Produto 6	75
Tabela 2.1.1 - Propostas Registradas por Entidades Privadas, por Modalidade de Parceria, 2008-2012.....	75
Tabela 2.1.2 - Situação das Propostas de Entidades Privadas Registradas entre 2008-2012.....	75
Tabela 2.1.3 - Parcerias Efetivamente Celebradas com Entidades Privadas, por Modalidade, 2008-2012.....	76
Tabela 2.1.4 - Distribuição das Despesas Compreendidas nos Planos de Aplicação por Elemento, 2008-2012	76
Tabela 4.1.1 Características Gerais: Evolução Total das Parcerias, 2008-2012.....	77
Tabela 4.1.2 - Situação das Parcerias: Evolução Total, 2008-2012	77
Tabela 4.1.3 - Quantidade de Termos Aditivos: Evolução por Modalidade, 2008-2012	77
Tabela 4.1.4 - Quantidade de Prorrogações de Ofício: Evolução por Modalidade, 2008-2012.....	78
Tabela 4.1.5 - Qualificação da Proposta: Evolução Total das Parcerias, 2008-2012	78
Tabela 4.1.6 - Distribuição dos Municípios-Sede de Entidades com Parcerias por Unidade da Federação, 2008-2012	79
Tabela 4.1.7 - UF de Origem do Proponente: Quantidade de Parcerias Efetuadas por Modalidade, 2008-2012	80
Tabela 4.1.8 - UF de Origem do Proponente: Evolução das Parcerias, 2008-2012	81
Tabela 4.1.9 - Órgãos Superiores Concedentes: Quantidade de Parcerias Efetuadas por Modalidade, 2008-2012	82
Tabela 4.1.10 - Órgãos Superiores Concedentes: Evolução das Parcerias, 2008-2012	83
Tabela 4.2.1 - Faixa de Valores Globais dos Contratos: Evolução das Parcerias por Modalidade, 2008-2012.....	84
Tabela 4.2.2 - Valores Globais por Modalidade de Parceria: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor (R\$) e Valores Firmados, 2008-2012	84
Tabela 4.2.3 - Valores Globais por Situação da Parceria: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor (R\$) e Valores Firmados, 2008-2012	85
Tabela 4.2.4 - Valores Globais por UF de Origem do Proponente: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor (R\$) e Valores Firmados, 2008-2012.....	86
Tabela 4.2.5 - Valores Globais por Órgão Superior Concedente: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor (R\$) e Valores Firmados, 2008-2012.....	87
Tabela 4.3.1 - Parcerias com Contrapartidas por Modalidade: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor e Participação Média de Contrapartidas Totais, 2008-2012	88
Tabela 4.3.2 - Parcerias com Contrapartidas por Modalidade: Evolução da Participação Média de Contrapartidas Totais (%)*, 2008-2012	88
Tabela 4.3.3 - Parcerias com Contrapartidas por Órgão Concedente: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor e Participação Média de Contrapartidas, 2008-2012.....	89
Tabela 4.4.1 - Distribuição das Despesas por Categoria de Despesa: Quantidade de Parcerias, Montantes Totais e Valores Médios, 2008-2012.....	90
Tabela 4.4.2 - Distribuição das Despesas por Categoria: Montantes Totais por Modalidade de Parceria, 2008-2012	90
Tabela 4.4.3 - Distribuição das Despesas por Categoria: Quantidade de Parcerias e Valores Médios por Modalidade, 2008-2012	91

Tabela 4.4.4 - Distribuição das Despesas por Categoria: Montantes Totais (em R\$ mil) por UF de origem do Proponente, 2008-2012	92
Tabela 4.4.5 - Distribuição das Despesas por Categoria: Quantidade de Parcerias e Valores Médios (R\$ mil) por UF de origem do Proponente, 2008-2012.....	93
Tabela 4.4.6 - Distribuição das Despesas por Categoria: Montantes Totais(em R\$ mil) por Órgão Superior Concedente, 2008-2012	95
Tabela 4.4.7 - Distribuição das Despesas por Categoria: Quantidade de Parcerias e Valores Médios (R\$ mil) por Órgão Superior Concedente, 2008-2012	97
Tabela 4.5.1 - Vigência por Faixa de Tempo e Tempo Médio: Quantidade de Parcerias por Modalidade, 2008-2012.....	99
Tabela 4.5.2 - Tempo de Vigência por Faixa de Tempo: Evolução da Quantidade de Parcerias, 2008-2012	99
Tabela 4.5.3 - Vigência por Faixa de Tempo: Quantidade de Parcerias por UF de origem do Proponente e Tempo Médio de Vigência, 2008-2012	100
Tabela 4.5.4 - Vigência por Faixa de Tempo: Quantidade de Parcerias por Órgão Superior Concedente e Tempo Médio de Vigência, 2008-2012	101
Tabela 4.6.1 - Distribuição dos Municípios-Sede de Entidades com Parcerias por IDHM, 2008-2012	102
Tabela 4.7.1 - Entidades Privadas por Natureza Jurídica: Quantidade de Parcerias e Valor Global por Natureza Jurídica, 2008-2012	103
Tabela 4.7.2 - Entidades Privadas por Natureza Jurídica: Evolução da Quantidade de Parcerias, 2008-2012	104
Tabela 4.7.3 - Entidades Privadas por Natureza Jurídica: Quantidade de Parcerias por Modalidade, 2008-2012.....	104
Tabela 4.7.4 - Entidades Privadas por Natureza Jurídica: Quantidade de Parcerias por Órgão Superior Concedente, 2008-2012	105
Tabela 4.7.5 - Entidades Privadas por Natureza Jurídica: Evolução do Número de Entidades Considerando o Ano da Primeira Parceria no SICONV, 2008-2012	106
Tabela 4.7.6 - Entidades Privadas por Natureza Jurídica: Quantidade de Parcerias por Unidade da Federação, 2008-2012	107
Tabela 1.A - Esquema de Transferência de Recursos: Evolução dos Valores, 2008-2013 (R\$ mil).....	108
Tabela 1.B - Esquema de Transferência de Recursos: Comparação entre parcerias dentro e fora do SICONV, 2008-2013.....	108
Tabela 1.C - Parcerias com Entidades Privadas sem Fins Lucrativos: Resumo por Órgão Concedente, 2008-2013	109
Tabela 3.A - Localização das 100 Maiores Parcerias por Unidade da Federação: Quantidade de parcerias e Montante de Valor Global	110
Tabela 3.B - Localização das 100 Maiores Parcerias por Unidade da Federação: Quantidade de parcerias e Montante de Valor Global	111
Tabela A.1 - Características Gerais: Evolução das Parcerias por Modalidade, 2008-2012	112
Tabela A.2 - Situação das Parcerias: Evolução das Parcerias por Modalidade, 2008-2012	113
Tabela A.3 - Qualificação da Proposta: Evolução das Parcerias por Modalidade, 2008-2012.....	114
Tabela A.4 - Órgãos Concedentes: Quantidade de Parcerias por Modalidade, 2008-2012	114
Tabela B.1 - Faixa de Valores Globais dos Contratos: Evolução das Parcerias por Modalidade, 2008-2012.....	116
Tabela B.2 - Evolução das Parcerias: Valor Global Histórico por Modalidade (Valor Total e Médio em R\$ mil), 2008-2012	117
Tabela B.3 - Evolução das Parcerias: Valor Global Histórico por UF de origem do Proponente (Valor Total e Médio em R\$ mil), 2008-2012	117

Tabela B.5 - Valores Globais por Órgão Concedente: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor (R\$) e Valores Firmados, 2008-2012	119
Tabela C.2 - Parcerias com Contrapartidas por Órgão Concedente: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor e Participação Média de Contrapartidas, 2008-2012	122
Tabela C.3 - Evolução das Parcerias: Participação Média de Contrapartidas sobre o Valor Global das Parcerias por Órgão Concedente, 2008-2012	125
Tabela D.2 - Evolução das Parcerias: Quantidade e Valor Histórico (Total e Médio em R\$ mil) das Despesas por Elemento de Despesa - 2008-2012	127
Tabela D.3 - Distribuição das Despesas por Categoria: Montantes Totais (em R\$ mil) por Órgão Concedente, 2008-2012.....	128
Tabela D.4 - Distribuição das Despesas por Categoria: Quantidade de Parcerias e Valores Médios (R\$ mil) por Órgão Concedente, 2008-2012	133
Tabela E.1 - Vigência das Parcerias por Faixa de Tempo: Evolução da Quantidade de Parcerias por Modalidade, 2008-2012 ..	137
Tabela E.2 - Evolução das Parcerias: Prazo Médio de Vigência das Parcerias (em meses) por UF de origem do Proponente, 2008-2012	137
Tabela E.3 - Vigência das Parcerias por Faixa de Tempo: Quantidade de Parcerias por Órgão Concedente e Tempo Médio de Vigência (2008-2012).....	138
Tabela E.4 - Evolução das Parcerias: Prazo Médio de Vigência das Parcerias (em meses) por Órgão Concedente, 2008-2012 .	140
Tabela F.1 - Características das Parcerias com Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Fora do Siconv (Portal da Transparência), 2008-2013, por Órgão Superior Concedente	143
Tabela F.2 - Características das Parcerias com Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Dentro do Siconv, 2008-2013, por Órgão Superior Concedente.....	145
Produto 8	2
Tabela 1.1.1 Características Gerais das Ações Orçamentárias: Evolução 2008 a 2012	2
Tabela 1.2.1 Quantidades e valor global das parcerias por natureza jurídica das proponentes, 2008-2012	2
Tabela 1.3.1 Programas Orçamentários acessados por Órgão Superior Concedente, 2008-2012	3
Tabela 2.1 Chamamento Público: Quantidades de Parcerias por Natureza Jurídica do Proponente, exclusive programas orçamentários vinculados ao SUS, 2008-2012.....	4
Tabela 2.2 Chamamento Público: Quantidades de Parcerias por Situação, exclusive programas orçamentários vinculados ao SUS, 2008-2012	4
Tabela 2.4 Chamamento Público: Quantidades de Parcerias por Órgão Superior Concedente, exclusive programas orçamentários vinculados ao SUS, 2008-12.....	5
Tabela 3.1 Qualificação da Proposta: Quantidades de Parcerias por Natureza Jurídica do Proponente, 2008-2012	6
Tabela 3.2 Qualificação da Proposta: Quantidades de Parcerias por Órgão Superior Concedente, 2008-2012	7
Tabela 3.3 Qualificação da Proposta: Quantidades de Parcerias por Programa Orçamentário SUS, 2008-2012	8
Tabela 4.1 Distribuição de parcerias celebradas pelo Governo Federal (2008-2012) por faixa de vínculos formais ativos das proponentes em 2011. *	8
Tabela 5.1 Situação das Parcerias que Aguardam Prestação de Contas, 2008-2012	9
Tabela 5.2 Parcerias em Execução: Situação da Entidade em relação à Prestação de Contas, Total do Período (2008-2012) e parcerias efetuadas apenas em 2012	9

Tabela 5.3 Parcerias em Execução: Situação da Entidade em relação à Prestação de Contas e Órgão Superior Concedente, 2008-2012.	10
Tabela 3.1.1 Parcerias selecionadas para análise por modalidade, 2009-2012	11
Tabela 4.1 Aproveitamento das Parcerias para Fins de Análise.....	11
Tabela 4.1 Distribuição da Amostra por Órgão Concedente - Convênios	12
Tabela 4.2 Distribuição da Amostra por Órgão Concedente - Termos de Parceria	12
Tabela 4.3 Distribuição da amostra por órgão concedente - contratos de repasse.....	13

Artigo I. Tabelas do Produto 4

Seção 1.01 Tabela 2.5.1.1 - Entidades por condição de atividade e naturezas jurídicas das OSCs

	3069	3204	3212	3220	3239	3999	
Condição de Atividade	Fundação Privada	Fundação ou Associação Estrangeiras (Sede no Brasil)	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior	Organização Religiosa	Comunidade Indígena	Associação Privada	Total
Ativas	7.366	422	255	23.362	25	316.853	348.283
Inativas com Vínculos	162	3	-	45	-	928	1.138
Total	7.528	425	255	23.407	25	317.781	349.421

Seção 1.02 Tabela 2.5.1.2 - Quantidade de Entidades sem Fins Lucrativos no CEMPRE

CEMPRE - Entidades sem Fins Lucrativos								
Brasil e Regiões	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação 2006-2011	Variação Anual Média
Brasil	460.812	478.784	483.660	498.378	509.603	499.518	8,4%	1,5%
Norte	18.375	19.496	19.649	20.335	21.721	20.982	14,2%	2,5%
Nordeste	97.890	102.065	103.262	106.368	107.618	103.578	5,8%	1,1%
Sudeste	214.971	223.372	226.604	232.440	236.509	235.513	9,6%	1,7%
Sul	102.290	105.332	105.588	109.350	112.775	109.394	6,9%	1,3%
Centro-Oeste	27.286	28.519	28.557	29.885	30.980	30.051	10,1%	1,8%

Fonte: IBGE, Cadastro das Empresas – CEMPRE

Seção 1.03 Tabela 2.5.2.1 - Quantidade de Duplicidades

Qdt. de Duplicações	CNPJs
2	648
3	35
4	6
5	2
6	1
7	1
9	1
10	2
14	1
17	1
66	1
Total	699

Seção 1.04 Tabela 2.5.2.2 - Resultado do Teste de Duplicidade

Categorias do Teste	Ocorrências	%
A	67	9,59%
B	386	55,22%
C	92	13,16%
D	5	0,72%
E	11	1,57%
F	6	0,86%
G	76	10,87%
H	56	8,01%
Total	699	100%

Seção 1.05 Tabela 2.6.1 - Cruzamento dos Blocos das Bases

Tipo	COD		Quantidade de ESFLs	Proporção
	Natureza Jurídica	Natureza Jurídica		
OSCs	3069	Fundação Privada	1.855	4,1%
	3204	Fundação ou Associação Estrangeiras	33	0,1%
	3212	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior	15	0,0%
	3220	Organização Religiosa	279	0,6%
	3999	Associação Privada	26.129	57,1%
Outras ESFLs	3034	Serviço Notarial e Registral (Cartório)	8	0,0%
	3077	Serviço Social Autônomo	303	0,7%
	3085	Condomínio Edilício	35	0,1%
	3107	Comissão de Conciliação Prévia	1	0,0%
	3115	Entidade de Mediação e Arbitragem	5	0,0%
	3123	Partido Político	2	0,0%
	3131	Entidade Sindical	606	1,3%
	3247	Fundo Privado	4	0,0%
Não encontrado na RAIS			16.489	36,0%
Total			45.764	100,0%

Fonte: FGV construção própria, a partir da base de dados da Matriz de Indicadores

Seção 1.06 Tabela 2.6.1.1 - Distribuição Entidades encontradas no Bloco Perfil das OSCs, segundo Natureza Jurídica

Tipo	COD Natureza Jurídica	Natureza Jurídica	ESFLs Perfil	Proporção
OSCs	3069	Fundação Privada	1.506	4,3%
	3204	Fundação ou Associação Estrangeiras	26	0,1%
	3212	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior	13	0,0%
	3220	Organização Religiosa	262	0,8%
	3999	Associação Privada	22.674	65,4%
Outras ESFLs	3034	Serviço Notarial e Registral (Cartório)	6	0,0%
	3077	Serviço Social Autônomo	235	0,7%
	3085	Condomínio Edifício	32	0,1%
	3107	Comissão de Conciliação Prévia	1	0,0%
	3115	Entidade de Mediação e Arbitragem	4	0,0%
	3123	Partido Político	2	0,0%
	3131	Entidade Sindical	497	1,4%
	3247	Fundo Privado	3	0,0%
Não identificada na RAIS			9.415	27,2%
Total			34.676	100%

Fonte: FGV construção própria, a partir das bases de Perfil das OSCs.

Seção 1.07 Tabela 2.6.2.1 - Distribuição Entidades Encontradas no Bloco Recursos Públicos, segundo Natureza Jurídica

Tipo	COD Natureza Jurídica	Natureza Jurídica	ESFLs Recursos	Proporção
OSCs	3069	Fundação Privada	706	4,5%
	3204	Fundação ou Associação Estrangeiras	8	0,1%
	3212	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior	6	0,0%
	3220	Organização Religiosa	31	0,2%
	3999	Associação Privada	6.985	44,1%
Outras ESFLs	3034	Serviço Notarial e Registral (Cartório)	3	0,0%
	3077	Serviço Social Autônomo	90	0,6%
	3085	Condomínio Edifício	4	0,0%
	3115	Entidade de Mediação e Arbitragem	2	0,0%
	3131	Entidade Sindical	140	0,9%
	3247	Fundo Privado	1	0,0%
	Não identificada na RAIS			7.860
Total			15.836	100,0%

Fonte: FGV construção própria, a partir das bases de Recursos Públicos.

Seção 1.08 Tabela 2.6.3.1 - Distribuição de Entidades em Conselhos e Comitês de Políticas Públicas, segundo Papel da Organização

Assentos em Conselhos e Comitês	Suplência				OSCs	Convidadas		OSCs	Total	Proporção (%)
	0	1	2	3		0	1			
0	2	119	4	-	125	2	-	2	127	26,8%
1	240	21	3	-	264	-	1	1	265	56,0%
2	32	10	-	-	42	-	-	-	42	8,9%
3	11	3	1	-	15	-	-	-	15	3,2%
4	4	2	-	1	7	-	-	-	7	1,5%
5	4	2	1	-	7	-	-	-	7	1,5%
7	-	2	1	-	3	-	-	-	3	0,6%
8	-	1	-	-	1	-	-	-	1	0,2%
9	2	-	-	-	2	-	-	-	2	0,4%
10	1	-	-	-	1	-	-	-	1	0,2%
11	-	1	-	-	1	-	-	-	1	0,2%
12	1	-	-	-	1	-	-	-	1	0,2%
16	-	1	-	-	1	-	-	-	1	0,2%
Total	297	162	10	1	470	2	1	3	473	100,0%

Fonte: FGV construção própria, a partir da base de Participação Social

Seção 1.09

Seção 1.10 Tabela 2.6.4.1 - Distribuição Geográfica das OSCs, segundo Natureza Jurídica, RAIS 2011

Região	3069	3204	3212	3220	3239	3999	Total
	Fundação Privada	Fundação ou Associação Estrangeiras	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior	Organização Religiosa	Comunidade Indígena	Associação Privada	
Norte	3,8%	4,5%	25,3%	5,2%	24,0%	5,5%	5,4%
Nordeste	19,6%	26,1%	9,3%	13,5%	16,0%	23,8%	23,0%
Sudeste	48,2%	38,8%	51,1%	61,2%	44,0%	42,3%	43,7%
Sul	19,5%	22,4%	8,0%	13,5%	12,0%	22,3%	21,7%
Centro-oeste	8,9%	8,2%	6,2%	6,6%	4,0%	6,2%	6,3%

Fonte: FGV construção própria, a partir dos dados da RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego.

Seção 1.11 Tabela 2.6.4.2 - OSCs, segundo natureza jurídica e quantidade de vínculos ativos

CÓD_ Natureza Jurídica	Natureza Jurídica	Quantidade de Vínculos Ativos	Proporção (%)
3069	Fundação Privada	333.770	15%
3204	Fundação ou Associação Estrangeiras	1.830	0%
3212	Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior	814	0%
3220	Organização Religiosa	28.486	1%
3239	Comunidade Indígena	7	0%
3999	Associação Privada	1.806.999	83%
Total		2.171.906	100%

Fonte: FGV construção própria, a partir dos dados da RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego

Seção 1.12 Tabela 2.6.4.3 - Tamanho das OSCs, por quantidade de Vínculos Ativos, por Natureza Jurídica

Faixas de Vínculos Ativos	OSCs por Natureza Jurídica e Faixas Vínculos Ativos						Total
	Natureza Jurídica						
	3069	3204	3212	3220	3239	3999	
0	42%	63%	69%	83%	92%	75%	74%
1 a 4	22%	21%	19%	13%	4%	15%	15%
5 a 19	17%	12%	9%	3%	4%	7%	7%
20 a 99	12%	5%	4%	1%	0%	3%	3%
100 e mais	7%	0%	1%	0%	0%	1%	1%

Fonte: FGV, construção própria com dados da RAIS-MTE.

Seção 1.13 Tabela 2.6.4.4 - Proporção de OSCs por porte e Vínculos Ativos, por Natureza Jurídica

Natureza Jurídica	OSCs Grande Porte		OSCs Micro, Pequeno e Médio Porte	
	OSCs (%)	Vínculos Ativos	OSCs (%)	Vínculos Ativos
3069	7,2%	82,9%	92,8%	17,1%
3204	0,7%	37,4%	99,3%	62,6%
3212	0,9%	40,3%	99,1%	59,7%
3220	0,1%	30,7%	99,9%	69,3%
3239	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
3999	0,9%	60,2%	99,1%	39,8%
Total Geral	1,0%	63,3%	99,0%	36,7%

Fonte: FGV, construção própria com dados da RAIS- MTE

Seção 1.14 Tabela 2.6.4.5 - Proporção de OSCs de grande porte por Classe CNAE e Natureza Jurídica

Ranking	Grupo CNAE	Natureza Jurídica					Total	Proporção (%)
		3069	3204	3212	3220	3999		
1	Atividades de atendimento hospitalar	136	0	0	0	723	859	25,9%
2	Educação superior	162	2	1	0	402	567	17,1%
3	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	35	0	0	1	442	478	14,4%
4	Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente	11	0	0	19	339	369	11,1%
5	Outras atividades de ensino	23	0	0	0	61	84	2,5%
6	Serviços de assistência social sem alojamento	15	0	0	1	141	157	4,7%
7	Ensino médio	15	0	0	4	186	205	6,2%
8	Educação infantil e ensino fundamental	15	0	0	1	156	172	5,2%
9	Serviços combinados para apoio a edifícios	0	0	0	0	7	7	0,2%
10	Atividades de organizações sindicais	0	0	0	0	4	4	0,1%
	Outras atividades	56	0	1	1	355	413	12,5%
	Total	468	2	2	27	2.816	3315	100,0%

Fonte: FGV, construção própria com dados da RAIS-MTE.

Seção 1.15 Tabela 2.6.4.6 - Ranking com as 10 maiores OSCs por Classe CNAE , Natureza Jurídica, quantidade de Vínculos ativos e localização geográfica

Natureza Jurídica	CNAE_Descrição	Vínculos Ativos	UF
3999	Atividades de atendimento hospitalar	9.791	São Paulo
3999	Atividades de atendimento hospitalar	9.269	São Paulo
3999	Atividades de atendimento hospitalar	6.844	Rio Grande do Sul
3999	Atividades de atendimento hospitalar	6.780	Sergipe
3999	Atividades de atendimento hospitalar	5.977	São Paulo
3999	Atividades de atendimento hospitalar	5.714	São Paulo
3999	Atividades de organizações religiosas	5.643	Mato Grosso do Sul
3999	Serviços auxiliares à educação	5.254	Minas Gerais
3999	Atividades de organizações associativas profissionais	4.986	São Paulo
3999	Atividades de atenção à saúde humana	4.958	São Paulo

Fonte: FGV, construção própria com dados da RAIS- MTE.

Seção 1.16 Tabela 2.6.4.7 - Ranking com as Unidades da Federação com maior proporção de vínculos ativos (Número de Vínculos)

UF	3069	3204	3212	3220	3239	3999	Total	Proporção (%)
São Paulo	112.436	230	39	6.332	-	644.912	763.949	35,2%
Minas Gerais	59.025	380	178	3.985	1	188.983	252.552	11,6%
Rio de Janeiro	32.838	47	341	4.256	-	175.050	212.532	9,8%
Rio Grande do Sul	16.968	187	6	991	-	157.179	175.331	8,1%
Paraná	13.730	87	13	2.907	-	112.420	129.157	5,9%
Santa Catarina	20.725	75	10	456	-	66.796	88.062	4,1%
Bahia	15.254	156	6	1.526	-	68.366	85.308	3,9%
Ceará	4.659	6	-	505	-	56.264	61.434	2,8%
Pernambuco	4.501	439	27	1.000	-	47.122	53.089	2,4%
Goiás	9.223	28	4	676	-	37.181	47.112	2,2%
Outros	44.411	195	190	5.852	6	252.726	303.380	14,0%
Total	333.770	1.830	814	28.486	7	1.806.999	2.171.906	100,0%

Fonte: FGV, construção própria com dados da RAIS-MTE.

Seção 1.17 Tabela 2.7.1.2.1 - Tamanho das OSCIPs, segundo Quantidade de Vínculos por Unidade da Federação

UF	0	1 a 4	5 a 19	20 a 99	100 e mais
Rondônia	42,9%	0,0%	28,6%	14,3%	0,0%
Acre	25,0%	0,0%	25,0%	50,0%	0,0%
Amazonas	52,6%	15,8%	0,0%	5,3%	26,3%
Roraima	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pará	46,4%	25,0%	0,0%	14,3%	0,0%
Amapá	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Tocantins	80,0%	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Maranhão	58,8%	5,9%	11,8%	0,0%	11,8%
Piauí	14,3%	14,3%	0,0%	42,9%	14,3%
Ceará	50,6%	20,3%	6,3%	10,1%	7,6%
Rio Grande do Norte	54,5%	22,7%	13,6%	4,5%	0,0%
Paraíba	62,5%	18,8%	9,4%	3,1%	3,1%
Pernambuco	26,0%	16,0%	26,0%	12,0%	8,0%
Alagoas	23,5%	17,6%	23,5%	11,8%	17,6%
Sergipe	63,0%	18,5%	7,4%	7,4%	3,7%
Bahia	52,9%	12,6%	7,6%	11,8%	5,0%
Minas Gerais	52,9%	26,6%	6,2%	6,6%	2,3%
Espírito Santo	56,2%	24,0%	7,4%	5,8%	0,8%
Rio de Janeiro	52,8%	25,3%	7,0%	6,3%	2,2%
São Paulo	53,1%	24,4%	8,0%	6,4%	1,9%
Paraná	52,0%	25,9%	4,8%	7,8%	4,1%
Santa Catarina	55,5%	19,4%	5,8%	6,5%	1,3%
Rio Grande do Sul	58,9%	22,2%	7,8%	5,0%	2,2%
Mato Grosso do Sul	53,7%	26,8%	14,6%	2,4%	0,0%
Mato Grosso	40,5%	21,6%	16,2%	8,1%	2,7%
Goiás	61,6%	21,9%	4,1%	4,1%	0,0%
Distrito Federal	60,4%	21,3%	6,7%	1,8%	0,6%
Brasil	53,5%	23,0%	7,6%	6,7%	2,6%

Fonte: FGV construção própria, com dados do Ministério da Justiça – CNES.

Seção 1.18 Tabela 2.7.2.1 - Número e proporção de Processos por ano de publicação, e tipo de processo

Ano	Concessão	Decisão Judicial	Renovação	Revisão Administrativa	Total (%)	Total (Absoluto)
2010	0%	0%	34%	0%	34%	535
2011	12%	0%	42%	0%	55%	863
2012	2%	1%	6%	0%	9%	139
2013	1%	0%	1%	0%	2%	33
Total (%)	15%	1%	84%	0%	100%	
Total (Absoluto)	235	18	1314	3		1.570

Fonte: FGV construção própria, com dados do Ministério da Educação – CEBAS.

Seção 1.19 Tabela 2.7.2.2 - Tempo Médio de Publicação dos Processos, por ano de protocolo

Ano Protocolo	Tempo Médio
2000 a 2006	7,05
2007	4,11
2008	2,91
2009	1,73
2011	1,50

Fonte: FGV construção própria, com dados do Ministério da Educação – CEBAS.

Seção 1.20 Tabela 2.7.2.3 - Tempo Médio de Publicação dos Processos por faixas

Tempo publicação	Processos	Processos (%)
até 3 anos	1.390	88,5%
4 a 5 anos	109	6,9%
mais de 5 anos	71	4,5%
Total	1.570	100%

Fonte: FGV construção própria, com dados do Ministério da Educação – CEBAS.

Seção 1.21 Tabela 2.7.2.4 - Processos CEBAS Educação, por Tipo e Secretaria de Origem

Secretaria	Concessão	Decisão Judicial	Renovação	Revisão Administrativa	Total Geral
Secretaria de Educação Básica (SEB)	13%	0%	75%	0%	88%
Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES)	1%	1%	2%	0%	4%
Secretaria de Educação Superior (SESu)	1%	0%	6%	0%	7%
Total (%)	15%	1%	84%	0%	100%
Total (nº de processos)	235	18	1314	3	1.570

Fonte: FGV construção própria, com dados do Ministério da Educação – CEBAS.

Seção 1.22 Tabela 2.7.2.5 - Processos Publicados, segundo Decisão, por Ano

Decisão	2010	2011	2012	2013	Total
Deferido	65,8%	58,3%	36,0%	39,4%	58,5%
Certificado	0,0%	0,2%	2,9%	0,0%	0,4%
Restabelecido	0,0%	0,2%	2,9%	0,0%	0,4%
Indeferido	11,4%	24,3%	38,1%	45,5%	21,6%
Certificado Suspenso	0,0%	0,1%	2,2%	9,1%	0,4%
Deferido Intempestivamente	22,8%	16,9%	20,9%	3,0%	19,0%
Extinto	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%
sem informação	0,0%	0,0%	0,0%	3,0%	0,1%
Total	535	863	139	33	1.570

Fonte: FGV construção própria, com dados do Ministério da Educação – CEBAS.

Seção 1.23 Tabela 2.7.3.1 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Tipo de Certificação

Categoria	OSCIP	UPF	CEBAS-MS	CEBAS-MEC
Entidades	445	1091	573	49
Vínculos	16.660	325.074	209.974	17.655
Convênio - Qtd	921	4.008	2.634	82
Convênio – Valor	R\$ 807.841.416,51	R\$ 3.354.472.421,12	R\$ 2.389.792.289,09	R\$ 34.078.729,27
Contrato de Repasse - Qtd	86	489	291	29
Contrato de Repasse - Valor	R\$ 64.617.919,34	R\$ 254.780.625,46	R\$ 162.362.433,03	R\$ 3.897.977,63
Termo de Parceria - Qtd	125	-	-	-
Termo de Parceria - Valor	R\$ 928.994.158,24	-	-	-

Fonte: FGV construção própria a partir base de dados CNES, CEBAS, SICONV e RAIS

Seção 1.24 Tabela 2.7.3.2 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Combinação de Certificações

Categoria	OSCIP+CEBAS-MS	UPF+CEBAS-MS	UPF+CEBAS-MEC
Entidades	2	553	49
Vínculos	55	207.039	17.655
Convênio - Qtd	4	2.599	82
Convênio – Valor	R\$ 6.707.401,02	R\$ 2.371.190.988,21	R\$ 34.078.729,27
Contrato de Repasse - Qtd	-	287	29
Contrato de Repasse - Valor	-	R\$ 161.590.433,03	R\$ 3.897.977,63
Termo de Parceria - Qtd	-	-	-
Termo de Parceria - Valor	-	-	-

Fonte: FGV construção própria a partir base de dados CNES, CEBAS, SICONV e RAIS

Seção 1.25 Tabela 2.7.3.3 - Médias de entidades, parcerias celebradas e valores por tipo de certificação

Categoria	OSCIP	UPF	CEBAS-MS	CEBAS-MEC
Vínculos	37,44	297,96	366,45	360,31
Qtd Convênio	2,07	3,67	4,60	1,67
Valor Convênio	R\$ 1.815.373,97	R\$ 3.074.676,83	R\$ 4.170.667,17	R\$ 695.484,27
Qtd Contrato de Repasse	0,19	0,45	0,51	0,59
Valor Contrato de Repasse	R\$ 145.208,81	R\$ 233.529,45	R\$ 283.355,03	R\$ 79.550,56
Qtd Termo de Parceria	0,28	-	-	-
Valor Termo de Parceria	R\$ 2.087.627,32	-	-	-

Fonte: FGV construção própria a partir base de dados CNES, CEBAS, SICONV e RAIS

Seção 1.26 Tabela 2.7.3.4 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Parcerias Firmadas

Parcerias	Entidades	Média de Vínculos	Parcerias (Qtd)	Parcerias (Valor)
1	233	30,4	233	R\$ 402.602.177,09
2-5	171	51,8	496	R\$ 562.454.018,48
6-10	31	10,8	230	R\$ 706.267.185,61
11-20	9	43,0	133	R\$ 119.301.960,91
21+	1	-	40	R\$ 10.828.152,00
Total	445	37,4	1.132	R\$ 1.801.453.494,09

Fonte: FGV construção própria a partir base de dados CNES e RAIS

Seção 1.27 Tabela 2.7.3.5 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Vínculos e por Modalidade

Vínculos	Entidades		Convênio		Contrato de Repasse		Termo de Parceria	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
0	126	236	R\$ 125.266.085,71	28	R\$ 18.869.581,80	30	R\$ 28.350.575,15	
1 a 4	71	136	R\$ 190.668.492,33	10	R\$ 3.526.715,79	22	R\$ 22.550.611,64	
5 a 9	29	51	R\$ 41.855.770,42	7	R\$ 3.048.927,98	10	R\$ 54.389.210,28	
10 a 19	44	96	R\$ 69.437.105,92	11	R\$ 11.167.448,70	11	R\$ 19.932.181,12	
20 a 49	23	37	R\$ 46.666.469,44	10	R\$ 6.658.734,50	10	R\$ 8.054.838,65	
50 a 99	16	51	R\$ 94.366.263,52	1	R\$ 518.824,00	17	R\$ 565.419.692,21	
100 a 249	11	46	R\$ 91.596.649,48	1	R\$ 1.642.698,30	6	R\$ 25.569.715,43	
250 a 499	9	15	R\$ 16.985.206,01	1	R\$ 87.000,00	2	R\$ 181.945.402,64	
500 a 999	1	1	R\$ 1.817.000,00	0	R\$ -	0	R\$ -	
1000 ou mais	2	2	R\$ 1.068.742,31	0	R\$ -	2	R\$ 3.525.938,00	
vazio	113	250	R\$ 128.113.631,37	17	R\$ 19.097.988,27	15	R\$ 19.255.993,12	
Total	445	921	R\$ 807.841.416,51	86	R\$ 64.617.919,34	125	R\$ 928.994.158,24	

Fonte: FGV construção própria a partir base de dados CNES e RAIS

Seção 1.28 Tabela 2.7.3.6 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Parcerias Firmadas

Parcerias	Entidades	Média de Vínculos	Parcerias (Qtd)	Parcerias (Valor)
1	455	92,9	455	R\$ 159.195.019,22
2-5	444	289,0	1.307	R\$ 691.737.135,50
6-10	104	469,5	783	R\$ 412.247.363,31
11-20	49	840,3	687	R\$ 489.590.686,98
21+	39	1.654,3	1.265	R\$ 1.856.482.841,57
Total	1.091	298,0	4.497	R\$ 3.609.253.046,58

Fonte: FGV construção própria a partir base de dados CNES e RAIS

Seção 1.29 Tabela 2.7.3.7 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Vínculos e por Modalidade

Vínculos	Entidades	Convênio		Contrato de Repasse		Termo de Parceria	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
0	44	71	R\$ 136.428.756,39	4	R\$ 7.163.888,46	0	-
1 a 4	51	85	R\$ 41.546.130,99	8	R\$ 20.145.610,80	0	-
5 a 9	39	71	R\$ 36.826.608,69	5	R\$ 699.626,73	0	-
10 a 19	68	151	R\$ 44.466.358,01	18	R\$ 2.207.571,45	0	-
20 a 49	194	315	R\$ 139.305.514,30	80	R\$ 28.582.160,18	0	-
50 a 99	169	366	R\$ 110.227.167,57	76	R\$ 32.689.333,03	0	-
100 a 249	180	580	R\$ 245.948.328,46	84	R\$ 35.331.528,37	0	-
250 a 499	131	700	R\$ 396.848.697,52	60	R\$ 24.562.222,48	0	-
500 a 999	82	580	R\$ 276.839.935,32	60	R\$ 18.978.238,84	0	-
1000 ou mais	74	946	R\$ 1.888.436.266,82	77	R\$ 78.629.540,12	0	-
vazio	58	142	R\$ 37.412.797,05	17	R\$ 5.790.905,00	0	-
Total	1.090	4.007	R\$ 3.354.286.561,12	489	R\$ 254.780.625,46	0	-

Fonte: FGV construção própria a partir base de dados CNES e RAIS

Seção 1.30 Tabela 2.7.3.8 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Parcerias Firmadas

Parcerias	Entidades	Média de	Parcerias (Qtd)	Parcerias (Valor)
-----------	-----------	----------	-----------------	-------------------

Vínculos				
1	167	131,2	167	R\$ 80.582.034,46
2-5	273	266,8	831	R\$ 273.295.759,88
6-10	65	413,8	508	R\$ 199.557.502,17
11-20	39	981,1	550	R\$ 375.535.713,05
21+	29	1.726,5	869	R\$ 1.623.183.712,56
Total	573	366,4	2.925	R\$ 2.552.154.722,12

Fonte: FGV construção própria a partir base de dados CEBAS e RAIS

Seção 1.31 Tabela 2.7.3.9 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Vínculos e por Modalidade

Vínculos	Entidades	Convênio		Contrato de Repasse		Termo de Parceria	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
0	5	15	R\$ 6.717.694,68	3	R\$ 1.250.000,00	0	-
1 a 4	7	7	R\$ 1.363.603,00	2	R\$ 19.102.050,00	0	-
5 a 9	5	14	R\$ 3.600.551,02	1	R\$ 100.000,00	0	-
10 a 19	18	23	R\$ 9.545.316,58	6	R\$ 845.395,87	0	-
20 a 49	90	178	R\$ 47.773.218,99	26	R\$ 5.013.951,43	0	-
50 a 99	102	247	R\$ 57.717.480,06	28	R\$ 5.392.330,94	0	-
100 a 249	123	434	R\$ 137.634.679,04	64	R\$ 29.900.728,62	0	-
250 a 499	98	548	R\$ 241.611.172,02	55	R\$ 23.497.526,83	0	-
500 a 999	58	477	R\$ 218.716.714,63	51	R\$ 15.211.880,75	0	-
1000 ou mais	45	616	R\$ 1.644.014.211,26	44	R\$ 56.738.363,59	0	-
vazio	22	75	R\$ 21.097.647,81	11	R\$ 5.310.205,00	0	-
Total	573	2.634	R\$ 2.389.792.289,09	291	R\$ 162.362.433,03	0	-

Fonte: FGV construção própria a partir base de dados CEBAS e RAIS

Seção 1.32 Tabela 2.7.3.10 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Parcerias Firmadas

Parcerias	Entidades	Média de Vínculos	Parcerias (Qtd)	Parcerias (Valor)
1	33	144,9	33	R\$ 5.004.159,28
2-5	12	738,3	34	R\$ 11.231.110,35

6-10	3	718,7	22	R\$ 13.028.087,47
11-20	0	0	0	R\$ 0,00
21+	1	1.856,0	22	R\$ 8.713.349,80
Total	49	360,3	111	R\$ 37.976.706,90

Fonte: FGV construção própria a partir base de dados CEBAS e RAIS

Seção 1.33 Tabela 2.7.3.11 - Entidades, Parcerias Celebradas e Valores por Quantidade de Vínculos e por Modalidade

Vínculos	Entidades	Convênio		Contrato de Repasse		Termo de Parceria	
		Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
0	4	11	R\$ 7.862.062,08	1	R\$ 1.279.785,00	0	-
1 a 4	0	0	-	0	-	0	-
5 a 9	2	2	R\$ 1.065.869,39	0	-	0	-
10 a 19	3	7	R\$ 1.102.040,82	1	R\$ 149.000,00	0	-
20 a 49	14	8	R\$ 1.646.224,48	11	R\$ 699.358,13	0	-
50 a 99	7	3	R\$ 206.366,43	5	R\$ 327.173,91	0	-
100 a 249	8	6	R\$ 3.766.799,66	7	R\$ 807.236,59	0	-
250 a 499	4	4	R\$ 1.603.520,54	1	R\$ 100.000,00	0	-
500 a 999	2	3	R\$ 837.121,28	1	R\$ 131.424,00	0	-
1000 ou mais	5	38	R\$ 15.988.724,59	2	R\$ 404.000,00	0	-
vazio	0	0	-	0	-	0	-
Total	49	82	R\$ 34.078.729,27	29	R\$ 3.897.977,63	0	-

Fonte: FGV construção própria a partir base de dados CEBAS e RAIS

Seção 1.34 Tabela 2.7.4.1 - Estimativa do Déficit Habitacional por Estado calculado pelo IPEA, com base no censo demográfico de 2010

Estados	Domicílios	Déficit	% de Domicílios em déficit
RS	3.653.000	277.166	7,6
SC	2.015.139	161.154	8,0
PR	3.340.516	279.591	8,4
MG	6.111.179	519.493	8,5
ES	1.113.408	99.731	9,0
RJ	5.299.014	483.328	9,1
MS	775.003	79.147	10,2
SP	13.053.253	1.333.821	10,2
GO	1.909.041	210.194	11,0
PE	2.574.137	288.999	11,2
PB	1.090.463	124.851	11,4
RO	468.316	53.982	11,5
MT	932.110	110.259	11,8

Estados	Domicílios	Déficit	% de Domicílios em déficit
RN	906.488	107.617	11,9
CE	2.380.173	298.728	12,6
BA	4.126.224	519.762	12,6
SE	595.769	76.990	12,9
DF	785.733	116.601	14,8
AL	851.101	132.180	15,5
TO	402.257	63.520	15,8
AC	193.692	30.919	16,0
PI	852.506	149.698	17,6
AP	158.453	29.598	18,7
RR	117.965	22.066	18,7
AM	806.974	164.320	20,4
PA	1.877.876	393.486	21,0
MA	1.661.659	517.513	31,1

Fonte: Adaptado de IPEA, 2013

Seção 1.35 Tabela 2.7.4.2 - Número de Unidades Habitacionais de Projetos e Propostas contratados no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades

Estados	Nº de Unidades Habitacionais
AL	200
AM	1200
BA	800
GO	1124
MG	294
PE	500
RJ	76
RS	2016
SP	5016

Fonte: Adaptado MCidades

Artigo II. Tabelas do Produto 6

Seção 2.01 Tabela 2.1.1 - Propostas Registradas por Entidades Privadas, por Modalidade de Parceria, 2008-2012

Modalidade de Parceria	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Convênio	4.914	9.499	9.691	5.462	4.120	33.686
Contrato de Repasse	362	1.135	1.046	603	585	3.731
Convênio ou Contrato de Repasse	0	93	299	118	27	537
Termo de Parceria	470	605	464	400	21	1.960
Termo de Cooperação	0	1	0	0	0	1
Total de Propostas	5.746	11.333	11.500	6.583	4.753	39.915

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.02 Tabela 2.1.2 - Situação das Propostas de Entidades Privadas Registradas entre 2008-2012

Situação da Proposta	2008	2009	2010	2011	2012	Total
<i>Propostas Cadastradas:</i>	2.713	3.864	2.243	1.533	992	11.345
Proposta/Plano de Trabalho em Rascunho	0	0	160	17	18	195
Proposta/Plano de Trabalho Cadastrados	2.713	3.864	2.083	1.516	974	11.150
<i>Proposta/Plano de Trabalho Cancelados</i>	492	862	1.045	559	293	3.251
<i>Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados</i>	404	1.281	1.645	529	188	4.047
<i>Propostas em Análise ou Complementação:</i>	919	2.093	2.686	2.063	1.658	9.419
Proposta/Plano de Trabalho Enviado para Análise	0	4	1.175	1.371	1.075	3.625
Proposta/Plano de Trabalho em Análise	758	1.745	623	189	50	3.365
Proposta/Plano de Trabalho em Complementação	159	318	510	235	231	1.453
Proposta/Plano de Trabalho Complementado Enviado para Análise	0	24	267	200	271	762
Proposta/Plano de Trabalho Complementado em Análise	2	2	111	68	31	214
<i>Propostas Aprovadas, mas não concretizadas:</i>	341	504	690	355	425	2.315
Proposta Aprovada e Plano de Trabalho em Análise	16	61	59	32	171	339
Proposta Aprovada e Plano de Trabalho em Complementação	60	97	58	32	9	256
Proposta Aprovada e Plano de Trabalho Complementado Enviado	0	16	25	5	15	61
Proposta Aprovada e Plano de Trabalho Complementado em Análise	1	6	20	10	7	44
Proposta/Plano de Trabalho Aprovados	264	324	528	276	223	1.615
<i>Propostas Aprovadas concretizadas:</i>	876	2.723	3.185	1.541	1.197	9.522
Em Execução	58	571	1.224	1.292	1.168	4.313
Finalizados	818	2.152	1.961	249	29	5.209

Não Informado

1 6 6 3 0 16

Total de Propostas 5.746 11.333 11.500 6.583 4.753 39.915

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV

Seção 2.03 Tabela 2.1.3 - Parcerias Efetivamente Celebradas com Entidades Privadas, por Modalidade, 2008-2012

Modalidade de Parceria	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Convênio	812	2.411	2.780	1.357	1.082	8.442
Contrato de Repasse	0	258	370	177	109	914
Termo de Parceria	16	39	34	9	17	115
Total	828	2.708	3.184	1.543	1.208	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.04 Tabela 2.1.4 - Distribuição das Despesas Compreendidas nos Planos de Aplicação por Elemento, 2008-2012

Elementos de Despesa	Registros de Despesa	Valores Nominiais (R\$)	Valores Médios (R\$)
Aposentadorias e Pensões	109	3.242.751,88	29.750,02
Vencimentos e Salários	1.099	81.268.468,12	73.947,65
Contratação por Tempo Determinado	562	19.797.376,30	35.226,65
Obrigações Patronais	835	41.603.863,61	49.824,99
Auxílios a Pessoas Físicas	237	17.479.288,39	73.752,27
Auxílios a Estudantes e Pesquisadores	680	146.482.434,36	215.415,34
Diárias	3.850	94.526.866,66	24.552,43
Passagens e Despesas com Locomoção	13.783	277.890.708,81	20.161,84
Premiações	1.173	25.696.446,65	21.906,60
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	24.810	2.432.377.255,14	98.040,20
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	68.134	2.390.745.205,70	35.088,87
Locação de Mão-de-Obra	786	35.345.657,73	44.969,03
Serviços de Consultoria	2.904	131.372.219,69	45.238,37
Obrigações Tributárias e Contributivas	4.065	122.564.297,16	30.151,12
Outras Despesas Administrativas	15.978	313.179.276,74	19.600,66
Material de Consumo	51.798	521.521.979,38	10.068,38
Material de Distribuição Gratuita	2.401	34.067.091,92	14.188,71
Equipamentos e Material Permanente	27.819	1.237.394.924,76	44.480,21
Aquisição de Imóveis, Obras e Instalações	1.408	680.078.377,29	483.010,21
Arrendamento Mercantil	709	18.461.476,80	26.038,75
Empréstimos, Financiamentos e Encargos	316	14.751.115,85	46.680,75
Outras Inversões Financeiras	3.784	72.367.008,82	19.124,47
Reserva de Contingência	22	544.499,98	24.750,00
Total	227.262	8.712.758.591,74	38.337,95

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.05 Tabela 4.1.1 Características Gerais: Evolução Total das Parcerias, 2008-2012

Características *	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Total de Parcerias	828	2.708	3.184	1.543	1.208	9.471
Em Execução	5%	21%	38%	83%	98%	45%
Aditivados	33%	38%	33%	26%	2%	29%
Prorrogas de Ofício	45%	56%	65%	59%	3%	52%
Chamamento Público	37%	18%	17%	19%	29%	21%

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Ver Tabela A.1 do Anexo A para a evolução das características gerais por modalidade.

Seção 2.06 Tabela 4.1.2 - Situação das Parcerias: Evolução Total, 2008-2012

Situação da Parceria *	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Em Execução	40	575	1.218	1.283	1.180	4.296
Finalizados:	788	2.133	1.966	260	28	5.175
Aguardando Prestação de Contas	441	1.236	915	105	13	2.710
Prestação de Contas Enviada para Análise	183	466	548	54	5	1.256
Prestação de Contas em Análise	32	105	141	23	4	305
Prestação de Contas em Complementação	58	109	92	12	4	275
Prestação de Contas Aprovada	66	187	254	61	2	570
Prestação de Contas Aprovada c/ Ressalvas	8	24	12	3	0	47
Prestação de Contas Rejeitada	0	6	4	2	0	12
Total	828	2.708	3.184	1.543	1.208	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Ver Tabela A.2 do Anexo A para a evolução da situação das parcerias por modalidade.

Seção 2.07 Tabela 4.1.3 - Quantidade de Termos Aditivos: Evolução por Modalidade, 2008-2012

Modalidade de Parceria	2008	2009	2010	2011	2012	Total de Termos Aditivos	Total de Parcerias Celebradas
Convênio	568	1.234	1.185	461	25	3.473	8.442

Contrato de Repasse	0	482	442	61	1	986	914
Termo de Parceria	8	39	28	5	2	82	115
Total	576	1.755	1.655	527	28	4.541	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

**Seção 2.08 Tabela 4.1.4 - Quantidade de Prorrogações de Ofício:
Evolução por Modalidade, 2008-2012**

Modalidade de Parceria	2008	2009	2010	2011	2012	Total de Prorrogações de Ofício	Total de Parcerias Celebradas
Convênio	641	2.615	3.192	922	43	7.413	8.442
Contrato de Repasse	0	27	43	5	1	76	914
Termo de Parceria	7	54	13	2	1	77	115
Total	648	2.696	3.248	929	45	7.566	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.09 Tabela 4.1.5 - Qualificação da Proposta: Evolução Total das Parcerias, 2008-2012

Qualificação da Proposta *	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Repasse Voluntário	828	2.707	2.017	481	528	6.561
Beneficiário - Emenda Parlamentar	0	1	1.022	811	524	2.358
Beneficiário Específico	0	0	145	251	156	552
Total	828	2.708	3.184	1.543	1.208	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Ver Tabela A.3 do Anexo A para a evolução das qualificações de proposta por modalidade de parceria.

Seção 2.10 Tabela 4.1.6 - Distribuição dos Municípios-Sede de Entidades com Parcerias por Unidade da Federação, 2008-2012

Unidades da Federação	Total de Municípios da UF	Municípios-Sede de Entidades com Parcerias	
		Número de Municípios	Participação em relação ao Total
Rondônia	52	16	30,8%
Acre	22	4	18,2%
Amazonas	62	8	12,9%
Roraima	15	2	13,3%
Pará	143	16	11,2%
Amapá	16	3	18,8%
Tocantins	139	13	9,4%
Maranhão	217	13	6,0%
Piauí	224	10	4,5%
Ceará	184	38	20,7%
Rio Grande do Norte	167	19	11,4%
Paraíba	223	21	9,4%
Pernambuco	185	21	11,4%
Alagoas	102	17	16,7%
Sergipe	75	18	24,0%
Bahia	417	58	13,9%
Minas Gerais	853	184	21,6%
Espírito Santo	78	22	28,2%
Rio de Janeiro	92	40	43,5%
São Paulo	645	205	31,8%
Paraná	399	66	16,5%
Santa Catarina	293	77	26,3%
Rio Grande do Sul	496	131	26,4%
Mato Grosso do Sul	78	20	25,6%
Mato Grosso	141	13	9,2%
Goiás	246	31	12,6%
Distrito Federal	1	1	100,0%
Brasil	5.565	1.067	19,2%

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios e IBGE/DTB, 2010. Elaboração: FGV.

Seção 2.11 Tabela 4.1.7 - UF de Origem do Proponente: Quantidade de Parcerias Efetuadas por Modalidade, 2008-2012

Unidades da Federação	Convênio	Contrato de Repasse	Termo de Parceria	Total
Rondônia	53	5	0	58
Acre	20	10	0	30
Amazonas	56	11	0	67
Roraima	13	3	0	16
Pará	69	16	1	86
Amapá	15	3	0	18
Tocantins	42	19	1	62
Maranhão	53	11	0	64
Piauí	26	11	0	37
Ceará	257	32	5	294
Rio Grande do Norte	121	29	0	150
Paraíba	100	10	0	110
Pernambuco	519	45	10	574
Alagoas	63	10	0	73
Sergipe	179	15	2	196
Bahia	355	71	5	431
Minas Gerais	910	86	5	1.001
Espírito Santo	167	14	1	182
Rio de Janeiro	776	19	13	808
São Paulo	1.633	232	23	1.888
Paraná	556	63	8	627
Santa Catarina	310	39	2	351
Rio Grande do Sul	935	69	10	1.014
Mato Grosso do Sul	132	15	1	148
Mato Grosso	51	17	2	70
Goiás	284	38	3	325
Distrito Federal	747	21	23	791
Total	8.442	914	115	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.12 Tabela 4.1.8 - UF de Origem do Proponente: Evolução das Parcerias, 2008-2012

Unidades da Federação	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Rondônia	7	13	18	14	6	58
Acre	4	9	10	4	3	30
Amazonas	6	21	31	3	6	67
Roraima	2	3	3	4	4	16
Pará	15	26	27	11	7	86
Amapá	4	5	8	1	0	18
Tocantins	9	11	25	9	8	62
Maranhão	18	16	20	4	6	64
Piauí	4	14	12	3	4	37
Ceará	41	116	84	22	31	294
Rio Grande do Norte	18	49	44	19	20	150
Paraíba	14	40	37	12	7	110
Pernambuco	41	185	221	87	40	574
Alagoas	7	20	28	5	13	73
Sergipe	16	63	77	22	18	196
Bahia	33	117	161	60	60	431
Minas Gerais	67	241	319	202	172	1.001
Espírito Santo	5	45	66	33	33	182
Rio de Janeiro	103	244	278	88	95	808
São Paulo	116	465	663	406	238	1.888
Paraná	40	175	176	112	124	627
Santa Catarina	34	95	110	61	51	351
Rio Grande do Sul	51	225	310	247	181	1.014
Mato Grosso do Sul	15	49	43	32	9	148
Mato Grosso	7	28	21	3	11	70
Goiás	31	131	105	28	30	325
Distrito Federal	120	302	287	51	31	791
Total	828	2.708	3.184	1.543	1.208	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.13 Tabela 4.1.9 - Órgãos Superiores Concedentes: Quantidade de Parcerias Efetuadas por Modalidade, 2008-2012

Órgão Superior Concedente	Convênio	Contrato de Repasse	Termo de Parceria	Total
Presidência da República	585	0	24	609
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	18	0	0	18
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	271	0	24	295
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	164	0	0	164
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	105	0	0	105
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	17	0	0	17
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	10	0	0	10
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	10	0	0	10
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	343	0	0	343
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	186	80	4	270
Ministério da Educação	426	0	1	427
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	75	0	0	75
Ministério da Justiça	166	0	21	187
Ministério de Minas e Energia	32	0	1	33
Ministério da Saúde	3.193	335	8	3.536
Ministério do Trabalho e Emprego	316	0	10	326
Ministério dos Transportes	4	0	0	4
Ministério das Comunicações	17	0	0	17
Ministério da Cultura	1.065	0	3	1.068
Ministério do Meio Ambiente	29	3	0	32
Ministério do Desenvolvimento Agrário	249	324	9	582
Ministério do Esporte	502	6	0	508
Ministério da Defesa	3	0	1	4
Ministério da Integração Nacional	29	0	3	32
Ministério do Turismo	1.018	0	22	1.040
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	19	10	8	37
Ministério das Cidades	5	156	0	161
Ministério da Pesca e Aquicultura	170	0	0	170
Total	8.442	914	115	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Ver Tabela A.4 do Anexo A para análises dos demais órgãos concedentes da administração direta e indireta.

Seção 2.14 Tabela 4.1.10 - Órgãos Superiores Concedentes: Evolução das Parcerias, 2008-2012

Órgão Superior Concedente *	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Presidência da República	74	181	183	89	82	609
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	9	4	3	2	0	18
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	60	80	74	51	30	295
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	0	52	48	24	40	164
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	5	29	47	12	12	105
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	0	14	3	0	0	17
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	0	2	8	0	0	10
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	5	4	0	1	0	10
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	41	114	112	53	23	343
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	29	106	115	8	12	270
Ministério da Educação	7	26	97	116	181	427
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	18	18	9	14	16	75
Ministério da Justiça	6	36	77	44	24	187
Ministério de Minas e Energia	6	17	6	1	3	33
Ministério da Saúde	0	717	1.138	1.017	664	3.536
Ministério do Trabalho e Emprego	90	112	87	11	26	326
Ministério dos Transportes	0	1	1	1	1	4
Ministério das Comunicações	0	0	10	6	1	17
Ministério da Cultura	147	412	443	27	39	1.068
Ministério do Meio Ambiente	2	5	9	12	4	32
Ministério do Desenvolvimento Agrário	94	224	204	15	45	582
Ministério do Esporte	77	140	179	49	63	508
Ministério da Defesa	1	0	2	0	1	4
Ministério da Integração Nacional	5	13	6	6	2	32
Ministério do Turismo	170	474	384	11	1	1.040
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	3	8	12	0	14	37
Ministério das Cidades	1	43	65	49	3	161
Ministério da Pesca e Aquicultura	52	57	45	13	3	170
Total	828	2.708	3.184	1.543	1.208	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Ver Tabela A.5 do Anexo A para análises dos demais órgãos concedentes da administração direta e indireta.

**Seção 2.15 Tabela 4.2.1 - Faixa de Valores Globais dos Contratos:
Evolução das Parcerias por Modalidade, 2008-2012**

Faixa de Valor Global *	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Até 100 mil	101	669	611	323	196	1.900
de 100 mil a 200 mil	244	707	1.063	421	251	2.686
de 200 mil a 600mil	273	823	944	440	400	2.880
Acima de 600 mil	210	509	566	359	361	2.005
Total	828	2.708	3.184	1.543	1.208	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Ver Tabela B.1 do Anexo B para a evolução por modalidade de parceria.

**Seção 2.16 Tabela 4.2.2 - Valores Globais por Modalidade de Parceria:
Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor (R\$) e Valores Firmados,
2008-2012**

Modalidade de Parceria *	Até 100 mil	de 100 mil a 200 mil	de 200 mil a 600mil	Acima de 600 mil	Total	Valor Global das Parcerias (R\$ mil)	Valor Global Médio por Parceria (R\$ mil)
Convênio	1.697	2.476	2.564	1.705	8.442	7.156.390,1	847,7
Contrato de Repasse	200	199	270	245	914	663.435,2	725,9
Termo de Parceria	3	11	46	55	115	886.994,8	7.713,0
Total	1.900	2.686	2.880	2.005	9.471	8.706.820,1	919,3

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Ver Tabela B.2 do Anexo B para a evolução histórica dos valores por modalidade de parceria.

**Seção 2.17 Tabela 4.2.3 - Valores Globais por Situação da Parceria:
Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor (R\$) e Valores Firmados,
2008-2012**

Situação da Parceria	Até 100 mil	de 100 mil a 200 mil	de 200 mil a 600mil	Acima de 600 mil	Total	Valor Global das Parcerias (R\$ Mil)	Valor Global Médio por Parceria (R\$ Mil)
Em Execução	821	1.223	1.225	1.027	4.296	5.141.623,2	1.196,8
Finalizados	1.079	1.463	1.655	978	5.175	3.565.196,9	688,9
Aguardando Prestação de Contas	527	820	904	459	2.710	1.840.518,8	679,2
Prestação de Contas Enviada para Análise	181	341	408	326	1.256	980.653,7	780,8
Prestação de Contas em Análise	51	67	113	74	305	315.219,0	1.033,5
Prestação de Contas em Complementação	53	74	88	60	275	149.752,6	544,6
Prestação de Contas Aprovada	245	142	127	56	570	213.264,5	374,1
Prestação de Contas Aprovada c/ Ressalvas	15	17	12	3	47	64.286,1	1.367,8
Prestação de Contas Rejeitada	7	2	3	0	12	1.502,1	125,2
Total	1.900	2.686	2.880	2.005	9.471	8.706.820,1	919,3

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.18 Tabela 4.2.4 - Valores Globais por UF de Origem do

Proponente: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor (R\$) e Valores

Firmados, 2008-2012

Unidade da Federação *	Até 100 mil	de 100 mil a 200 mil	de 200 mil a 600mil	Acima de 600 mil	Total	Valor Global das Parcerias (R\$ mil)	Valor Global Médio por Parceria (R\$ mil)
Rondônia	17	11	17	13	58	27.389,7	472,2
Acre	1	9	14	6	30	11.560,6	385,4
Amazonas	2	9	25	31	67	141.927,4	2.118,3
Roraima	0	6	3	7	16	19.434,8	1.214,7
Pará	9	20	40	17	86	53.878,1	626,5
Amapá	2	4	9	3	18	8.661,5	481,2
Tocantins	8	18	14	22	62	42.494,7	685,4
Maranhão	6	19	22	17	64	50.639,9	791,2
Piauí	6	6	12	13	37	72.564,4	1.961,2
Ceará	45	77	118	54	294	213.372,6	725,8
Rio Grande do Norte	32	56	42	20	150	64.730,2	431,5
Paraíba	21	43	36	10	110	32.212,9	292,8
Pernambuco	111	151	195	117	574	911.275,1	1.587,6
Alagoas	12	25	23	13	73	35.482,6	486,1
Sergipe	24	78	59	35	196	119.126,9	607,8
Bahia	108	129	115	79	431	234.338,9	543,7
Minas Gerais	196	320	294	191	1.001	758.244,9	757,5
Espírito Santo	29	70	65	18	182	58.723,9	322,7
Rio de Janeiro	114	172	264	258	808	981.239,7	1.214,4
São Paulo	473	521	517	377	1.888	1.647.914,1	872,8
Paraná	175	213	142	97	627	465.350,9	742,2
Santa Catarina	73	99	109	70	351	268.692,2	765,5
Rio Grande do Sul	202	297	296	219	1.014	750.136,6	739,8
Mato Grosso do Sul	38	34	26	50	148	824.311,8	5.569,7
Mato Grosso	13	10	29	18	70	70.922,9	1.013,2
Goiás	59	98	113	55	325	157.662,8	485,1
Distrito Federal	124	191	281	195	791	684.530,0	865,4
Total	1.900	2.686	2.880	2.005	9.471	8.706.820,1	919,3

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Ver Tabela B.3 do Anexo B para a evolução histórica dos valores por unidade da federação.

Seção 2.19 Tabela 4.2.5 - Valores Globais por Órgão Superior

Concedente: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor (R\$) e Valores

Firmados, 2008-2012

Órgão Superior Concedente *	Até 100 mil	de 100 mil a 200 mil	de 200 mil a 600mil	Acima de 600 mil	Total	Valor Global das Parcerias (R\$ mil)	Valor Global Médio por Parceria (R\$ mil)
Presidência da República	74	223	237	75	609	282.742,1	464,3
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	2	3	9	4	18	29.265,6	1.625,9
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	27	101	114	53	295	167.828,0	568,9
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	20	66	68	10	164	44.027,7	268,5
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	19	47	36	3	105	27.404,9	261,0
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	5	4	6	2	17	5.060,0	297,6
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	1	2	4	3	10	9.155,9	915,6
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3	0	4	3	10	4.137,8	413,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	162	100	64	17	343	73.668,5	214,8
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	101	41	51	77	270	475.451,1	1.760,9
Ministério da Educação	54	72	139	162	427	827.456,2	1.937,8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1	7	28	39	75	148.887,7	1.985,2
Ministério da Justiça	30	33	107	17	187	115.801,5	619,3
Ministério de Minas e Energia	14	5	5	9	33	70.682,6	2.141,9
Ministério da Saúde	932	1.248	887	469	3.536	2.798.745,6	791,5
Ministério do Trabalho e Emprego	6	30	75	215	326	553.362,3	1.697,4
Ministério dos Transportes	0	0	1	3	4	19.131,6	4.782,9
Ministério das Comunicações	0	0	11	6	17	19.062,5	1.121,3
Ministério da Cultura	318	288	319	143	1.068	450.270,1	421,6
Ministério do Meio Ambiente	2	4	16	10	32	32.181,4	1.005,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	17	159	231	175	582	553.918,6	951,8
Ministério do Esporte	50	118	123	217	508	627.713,2	1.235,7
Ministério da Defesa	0	0	0	4	4	178.333,6	44.583,4
Ministério da Integração Nacional	2	12	13	5	32	13.357,6	417,4
Ministério do Turismo	82	303	469	186	1.040	619.279,4	595,5
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	1	5	9	22	37	555.512,1	15.013,8
Ministério das Cidades	40	16	25	80	161	167.501,9	1.040,4
Ministério da Pesca e Aquicultura	11	22	66	71	170	119.622,7	703,7
Total	1.900	2.686	2.880	2.005	9.471	8.706.820,1	919,3

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Notas: * Ver Tabelas B.4 e B.5 do Anexo B para a evolução histórica dos valores e análises por órgão concedente da administração direta e indireta.

Seção 2.20 Tabela 4.3.1 - Parcerias com Contrapartidas por Modalidade: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor e Participação Média de Contrapartidas Totais, 2008-2012

Modalidade de Parceria	Até 100 mil	de 100 mil a 200 mil	de 200 mil a 600mil	Acima de 600 mil	Total de Parcerias com Contrapartidas	Participação Média de Contrapartidas sobre o Valor Global (%) *
Convênio	965	1.824	1.833	1.133	5.755	9,84
Contrato de Repasse	98	158	199	205	660	5,92
Termo de Parceria	2	10	28	24	64	5,70
Total de Parcerias com Contrapartidas	1.065	1.992	2.060	1.362	6.479	9,40
Total de Parcerias Celebradas	1.900	2.686	2.880	2.005	9.471	-

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Para o cálculo da participação média, foram excluídas as parcerias sem contrapartidas.

Seção 2.21 Tabela 4.3.2 - Parcerias com Contrapartidas por Modalidade: Evolução da Participação Média de Contrapartidas Totais (%)*, 2008-2012

Modalidade de Parceria **	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Convênio	11,77	11,04	8,98	6,83	8,83	9,84
Contrato de Repasse	-	7,55	5,57	3,18	4,41	5,92
Termo de Parceria	6,60	6,36	3,40	5,69	3,86	5,70
Total	11,69	10,59	8,56	6,32	8,20	9,40

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Notas: * Para o cálculo da participação média, foram excluídas as parcerias sem contrapartidas. ** Ver Tabela C.1 do Anexo C para evolução dos valores totais de contrapartidas.

Seção 2.22 Tabela 4.3.3 - Parcerias com Contrapartidas por Órgão
Concedente: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor e Participação
Média de Contrapartidas, 2008-2012

Órgão Superior Concedente *	Até 100 mil	de 100 mil a 200 mil	de 200 mil a 600 mil	Acim a de 600 mil	Total de Parcerias com Contrapartidas	Participação Média de Contrapartidas Totais sobre o Valor Global (%)
Presidência da República	54	200	208	59	521	7,92
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	2	3	9	4	18	12,49
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	7	78	86	37	208	6,52
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	20	66	67	10	163	11,30
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	19	47	36	3	105	4,81
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	5	4	6	2	17	8,01
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	1	2	4	3	10	6,45
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2	0	0	3	5	7,05
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	162	100	64	17	343	10,64
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	52	35	45	65	197	7,81
Ministério da Educação	0	4	3	5	12	13,20
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1	7	28	39	75	20,03
Ministério da Justiça	8	25	57	10	100	9,84
Ministério de Minas e Energia	13	5	5	9	32	18,55
Ministério da Saúde	299	693	376	96	1.464	5,46
Ministério do Trabalho e Emprego	3	29	69	200	301	6,10
Ministério dos Transportes	0	0	0	2	2	10,00
Ministério das Comunicações	0	0	0	6	6	7,55
Ministério da Cultura	266	258	267	120	911	18,45
Ministério do Meio Ambiente	2	4	14	10	30	10,26
Ministério do Desenvolvimento Agrário	17	158	230	173	578	6,54
Ministério do Esporte	50	118	123	206	497	9,44
Ministério da Defesa	0	0	0	2	2	9,34
Ministério da Integração Nacional	2	11	9	4	26	6,07
Ministério do Turismo	82	303	462	171	1.018	9,99
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	1	5	9	14	29	4,06
Ministério das Cidades	40	15	25	80	160	4,30
Ministério da Pesca e Aquicultura	11	22	66	71	170	9,91
Total	1.065	1.992	2.060	1.362	6.479	9,40

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Ver Tabelas C.2 e C.3 do Anexo C para análises por órgão concedente da administração direta e indireta e evolução histórica.

Seção 2.23 Tabela 4.4.1 - Distribuição das Despesas por Categoria de Despesa: Quantidade de Parcerias, Montantes Totais e Valores Médios, 2008-2012

Categoria de Despesa *	Quantidade de parcerias com a despesa apontada	Valor Total (R\$ mil)	Valor Médio (R\$ mil)
Pessoal e Encargos Sociais	455	145.912,5	320,7
Custeio Administrativo	4.863	1.430.844,1	294,2
Serviços Prestados por Terceiros	5.644	4.989.840,3	884,1
Tributos	853	122.564,3	143,7
Equipamentos, Imóveis e Obras	3.500	1.935.934,8	553,1
Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	344	87.662,6	254,8
Total	9.471	8.712.758,6	919,9

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Notas: * Ver Tabelas D.1 e D.2 do Anexo D para análises por elementos de despesa e evolução histórica dos valores nominais.

Seção 2.24 Tabela 4.4.2 - Distribuição das Despesas por Categoria: Montantes Totais por Modalidade de Parceria, 2008-2012

Categoria de Despesa	Convênio		Contrato de Repasse		Termo de Parceria		Total	
	Valor Total (R\$ mil)	% do Total	Valor Total (R\$ mil)	% do Total	Valor Total (R\$ mil)	% do Total	Valor Total (R\$ mil)	% do Total
Pessoal e Encargos Sociais	128.269	1,8%	11.627	1,8%	6.016	0,7%	145.912	1,7%
Custeio Administrativo	1.179.755	16,5%	179.414	27,0%	71.674	8,1%	1.430.844	16,4%
Serviços Prestados por Terceiros	4.340.131	60,6%	263.369	39,7%	386.339	43,6%	4.989.840	57,3%
Tributos	76.566	1,1%	6.437	1,0%	39.561	4,5%	122.564	1,4%
Equipamentos, Imóveis e Obras	1.360.013	19,0%	197.639	29,8%	378.282	42,6%	1.935.935	22,2%
Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	77.569	1,1%	4.939	0,7%	5.154	0,6%	87.663	1,0%
Total	7.162.305	100%	663.426	100%	887.027	100%	8.712.759	100%

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

**Seção 2.25 Tabela 4.4.3 - Distribuição das Despesas por Categoria:
Quantidade de Parcerias e Valores Médios por Modalidade, 2008-2012**

Categoria de Despesa	Convênio		Contrato de Repasse		Termo de Parceria		Total	
	Qtde. de Parcerias	Valor Médio (R\$ mil)	Qtde. de Parcerias	Valor Médio (R\$ mil)	Qtde. de Parcerias	Valor Médio (R\$ mil)	Qtde. de Parcerias	Valor Médio (R\$ mil)
Pessoal e Encargos Sociais	411	312,1	34	342,0	10	601,6	455	320,7
Custeio Administrativo	4.397	268,3	378	474,6	88	814,5	4.863	294,2
Serviços Prestados por Terceiros	5.052	859,1	491	536,4	101	3.825,1	5.644	884,1
Tributos	747	102,5	75	85,8	31	1.276,2	853	143,7
Equipamentos, Imóveis e Obras	3.124	435,3	341	579,6	35	10.808,1	3.500	553,1
Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	332	233,6	7	705,6	5	1.030,9	344	254,8
Total	8.442	848,4	914	725,8	115	7.713,3	9.471	919,9

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.26 Tabela 4.4.4 - Distribuição das Despesas por Categoria: Montantes Totais (em R\$ mil) por UF de origem do Proponente, 2008-2012

Unidade da Federação	Pessoal e Encargos Sociais		Custeio Administrativo		Serviços Prestados por Terceiros		Tributos		Equipamentos, Imóveis e Obras		Empréstimos e Outras Inversões Financeiras		Total	
	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total
Rondônia	209,7	1%	9.793,1	36%	12.428,9	45%	136,4	0%	4.821,5	18%	0,0	0%	27.389,7	100%
Acre	0,0	0%	4.716,0	41%	5.639,0	49%	410,3	4%	795,2	7%	0,0	0%	11.560,6	100%
Amazonas	338,0	0%	13.580,3	10%	55.695,4	39%	2.083,6	1%	70.158,2	49%	71,9	0%	141.927,4	100%
Roraima	1.366,2	7%	8.442,2	43%	7.613,3	39%	1.284,6	7%	728,6	4%	0,0	0%	19.434,8	100%
Pará	1.289,7	2%	13.157,6	24%	27.213,4	51%	1.579,0	3%	10.395,9	19%	242,4	0%	53.878,1	100%
Amapá	563,4	7%	2.198,7	25%	5.289,5	61%	9,9	0%	600,0	7%	0,0	0%	8.661,5	100%
Tocantins	561,6	1%	9.846,0	23%	22.801,3	54%	483,4	1%	7.518,4	18%	1.284,0	3%	42.494,7	100%
Maranhão	6.358,3	13%	9.076,4	18%	24.935,8	49%	4.923,9	10%	4.678,8	9%	666,7	1%	50.639,9	100%
Piauí	6,5	0%	10.884,9	15%	49.222,3	68%	206,9	0%	7.845,1	11%	4.398,7	6%	72.564,4	100%
Ceará	6.727,1	3%	77.620,4	36%	83.647,6	39%	1.733,4	1%	40.912,8	19%	2.731,3	1%	213.372,6	100%
Rio Grande do Norte	149,7	0%	34.623,9	53%	23.976,7	37%	340,5	1%	5.527,4	9%	112,1	0%	64.730,2	100%
Paraíba	305,0	1%	7.878,1	24%	11.343,5	35%	558,0	2%	12.101,5	38%	26,9	0%	32.212,9	100%
Pernambuco	2.620,6	0%	95.685,0	10%	316.906,1	35%	24.639,5	3%	465.708,6	51%	5.822,8	1%	911.382,5	100%
Alagoas	23,2	0%	7.740,1	22%	12.992,2	37%	19,1	0%	14.439,4	41%	255,1	1%	35.469,0	100%
Sergipe	6.618,6	6%	22.718,0	19%	67.050,1	56%	1.742,4	1%	20.965,2	18%	32,6	0%	119.126,9	100%
Bahia	5.935,7	3%	53.624,9	23%	102.317,6	44%	3.284,5	1%	62.546,0	27%	6.630,0	3%	234.338,9	100%
Minas Gerais	11.583,0	2%	125.331,0	16%	388.206,9	51%	12.617,0	2%	210.078,9	28%	15.059,1	2%	762.875,9	100%
Espírito Santo	0,0	0%	7.849,0	13%	17.855,4	30%	149,4	0%	32.800,7	56%	69,5	0%	58.723,9	100%
Rio de Janeiro	31.734,8	3%	150.093,2	15%	616.200,3	63%	27.270,0	3%	144.963,1	15%	11.028,0	1%	981.289,6	100%
São Paulo	18.382,9	1%	259.586,5	16%	988.438,4	60%	6.938,0	0%	363.293,4	22%	11.642,0	1%	1.648.281,2	100%
Paraná	10.704,9	2%	70.272,9	15%	260.175,0	56%	8.903,0	2%	113.745,7	24%	1.549,5	0%	465.350,9	100%
Santa Catarina	2.786,7	1%	57.425,1	21%	139.903,6	52%	6.453,2	2%	57.541,7	21%	4.672,1	2%	268.782,4	100%
Rio Grande do Sul	25.156,4	3%	156.906,5	21%	364.426,8	49%	10.011,4	1%	192.897,1	26%	1.374,9	0%	750.773,1	100%
Mato Grosso do Sul	2.532,6	0%	33.287,8	4%	762.352,5	92%	1.064,8	0%	24.676,8	3%	397,3	0%	824.311,8	100%

Unidade da Federação	Pessoal e Encargos Sociais		Custeio Administrativo		Serviços Prestados por Terceiros		Tributos		Equipamentos, Imóveis e Obras		Empréstimos e Outras Inversões Financeiras		Total	
	Valor	% do	Valor	% do	Valor	% do	Valor	% do	Valor	% do	Valor	% do	Valor	% do
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Mato Grosso	1.401,1	2%	10.550,9	15%	53.209,7	75%	656,5	1%	5.071,7	7%	33,0	0%	70.922,9	100%
Goiás	3.150,4	2%	41.102,4	26%	73.597,3	47%	1.315,5	1%	34.275,8	22%	4.221,5	3%	157.662,8	100%
Distrito Federal	5.406,5	1%	136.853,0	20%	496.401,7	73%	3.750,1	1%	26.847,5	4%	15.341,2	2%	684.600,0	100%
Total	145.912,5	2%	1.430.844,1	16%	4.989.840,3	57%	122.564,3	1%	1.935.934,8	22%	87.662,6	1%	8.712.758,6	100%

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.27 Tabela 4.4.5 - Distribuição das Despesas por Categoria: Quantidade de Parcerias e Valores Médios (R\$ mil) por UF de origem do Proponente, 2008-2012

Unidade da Federação	Pessoal e Encargos Sociais		Custeio Administrativo		Serviços Prestados por Terceiros		Tributos		Equipamentos, Imóveis e Obras		Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	
	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio
	Rondônia	2	104,9	32	306,0	38	327,1	2	68,2	12	401,8	0
Acre	0	0,0	25	188,6	20	282,0	10	41,0	6	132,5	0	0,0
Amazonas	4	84,5	44	308,6	57	977,1	10	208,4	30	2.338,6	1	71,9
Roraima	4	341,5	13	649,4	13	585,6	3	428,2	4	182,1	0	0,0
Pará	11	117,2	62	212,2	73	372,8	17	92,9	30	346,5	4	60,6
Amapá	1	563,4	11	199,9	14	377,8	1	9,9	1	600,0	0	0,0
Tocantins	1	561,6	32	307,7	44	518,2	6	80,6	21	358,0	2	642,0
Maranhão	7	908,3	48	189,1	49	508,9	17	289,6	16	292,4	2	333,3
Piauí	1	6,5	24	453,5	25	1.968,9	3	69,0	12	653,8	1	4.398,7
Ceará	15	448,5	164	473,3	216	387,3	39	44,4	83	492,9	19	143,8
Rio Grande do Norte	6	24,9	106	326,6	73	328,4	14	24,3	36	153,5	4	28,0
Paraíba	6	50,8	63	125,0	62	183,0	12	46,5	41	295,2	1	26,9

Unidade da Federação	Pessoal e Encargos Sociais		Custeio Administrativo		Serviços Prestados por Terceiros		Tributos		Equipamentos, Imóveis e Obras		Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	
	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio
Pernambuco	19	137,9	235	407,2	287	1.104,2	62	397,4	249	1.870,3	27	215,7
Alagoas	4	5,8	40	193,5	44	295,3	5	3,8	26	555,4	2	127,5
Sergipe	9	735,4	85	267,3	125	536,4	12	145,2	36	582,4	2	16,3
Bahia	25	237,4	236	227,2	240	426,3	50	65,7	165	379,1	16	414,4
Minas Gerais	35	330,9	413	303,5	497	781,1	57	221,4	471	446,0	31	485,8
Espírito Santo	0	0,0	55	142,7	61	292,7	6	24,9	114	287,7	3	23,2
Rio de Janeiro	57	556,8	559	268,5	679	907,5	133	205,0	198	732,1	50	220,6
São Paulo	84	218,8	908	285,9	928	1.065,1	113	61,4	829	438,2	77	151,2
Paraná	19	563,4	289	243,2	265	981,8	25	356,1	278	409,2	18	86,1
Santa Catarina	12	232,2	180	319,0	193	724,9	42	153,6	156	368,9	12	389,3
Rio Grande do Sul	50	503,1	451	347,9	596	611,5	90	111,2	438	440,4	14	98,2
Mato Grosso do Sul	13	194,8	107	311,1	124	6.148,0	14	76,1	30	822,6	4	99,3
Mato Grosso	7	200,2	48	219,8	53	1.004,0	6	109,4	22	230,5	3	11,0
Goiás	11	286,4	156	263,5	196	375,5	22	59,8	91	376,7	14	301,5
Distrito Federal	52	104,0	477	286,9	672	738,7	82	45,7	105	255,7	37	414,6
Total	455	320,7	4.863	294,2	5.644	884,1	853	143,7	3.500	553,1	344	254,8
Desvio-Padrão		1.074,6		1.381,0		4.117,5		644,1		2.881,6		586,3

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.28 Tabela 4.4.6 - Distribuição das Despesas por Categoria: Montantes Totais(em R\$ mil) por Órgão Superior Concedente, 2008-2012

Órgão Superior Concedente *	Pessoal e Encargos Sociais		Custeio Administrativo		Serviços Prestados por Terceiros		Tributos		Equipamentos, Imóveis e Obras		Empréstimos e Outras Inversões Financeiras		Total	
	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total
Presidência da República	21.863,31	8%	47.026,53	17%	201.691,35	71%	6.420,21	2%	1.689,39	1%	4.720,31	2%	283.411,11	100%
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	17.000,05	58%	3.161,10	11%	8.762,81	30%	4,15	0%	134,24	0%	203,23	1%	29.265,59	100%
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	2.188,19	1%	31.472,99	19%	125.541,67	75%	6.086,72	4%	846,24	1%	2.361,20	1%	168.497,01	100%
SECR. ESP. DE POLÍTICAS P/ AS MULHERES	1.111,52	3%	8.027,07	18%	33.950,67	77%	159,49	0%	340,11	1%	438,81	1%	44.027,66	100%
SECR. POLÍT. DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	490,92	2%	4.201,17	15%	21.073,98	77%	169,85	1%	268,90	1%	1.200,07	4%	27.404,89	100%
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	1.052,63	21%	72,65	1%	3.934,75	78%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	5.060,03	100%
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	20,00	0%	91,55	1%	8.427,47	92%	0,00	0%	99,90	1%	517,00	6%	9.155,93	100%
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	530,54	13%	465,56	11%	3.141,74	76%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	4.137,84	100%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.774,65	2%	20.685,79	28%	49.288,52	67%	0,00	0%	408,88	1%	1.510,63	2%	73.668,47	100%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	4.583,09	1%	68.666,48	14%	258.821,78	54%	180,55	0%	138.082,02	29%	5.108,45	1%	475.442,37	100%
Ministério da Educação	18.240,89	2%	227.338,90	27%	479.190,23	58%	19.526,31	2%	85.167,36	10%	2.683,84	0%	832.147,54	100%
Ministério do Desenvolv., Indústria e Comércio Exterior	7.150,79	5%	11.388,71	8%	119.186,59	80%	2.745,46	2%	8.419,48	6%	11,52	0%	148.902,55	100%
Ministério da Justiça	14.284,81	12%	13.469,73	12%	62.909,70	54%	5.185,21	4%	19.811,14	17%	140,96	0%	115.801,55	100%
Ministério de Minas e Energia	1.814,38	3%	2.202,91	3%	12.788,89	18%	11,36	0%	53.817,95	76%	47,10	0%	70.682,59	100%
Ministério da Saúde	2.224,84	0%	262.926,21	9%	1.559.781,96	56%	1.188,78	0%	971.121,67	35%	1.569,95	0%	2.798.813,41	100%

Órgão Superior Concedente *	Pessoal e Encargos Sociais		Custeio Administrativo		Serviços Prestados por Terceiros		Tributos		Equipamentos, Imóveis e Obras		Empréstimos e Outras Inversões Financeiras		Total	
	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total	Valor Total	% do Total
Ministério do Trabalho e Emprego	2.557,67	0%	70.094,54	13%	467.994,61	85%	7.835,82	1%	4.221,93	1%	657,71	0%	553.362,27	100%
Ministério dos Transportes	40,60	0%	94,11	0%	12.442,87	65%	4.100,24	21%	0,00	0%	2.453,79	13%	19.131,61	100%
Ministério das Comunicações	6.484,91	34%	4.241,00	22%	5.364,49	28%	2.323,85	12%	648,25	3%	0,00	0%	19.062,50	100%
Ministério da Cultura	14.164,33	3%	73.459,63	16%	314.429,45	70%	3.993,17	1%	35.364,77	8%	8.921,24	2%	450.332,59	100%
Ministério do Meio Ambiente	0,00	0%	4.894,43	15%	13.828,67	43%	73,73	0%	13.384,62	42%	0,00	0%	32.181,45	100%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	17.326,59	3%	292.845,02	53%	216.491,09	39%	16.636,28	3%	9.067,28	2%	1.599,37	0%	553.965,63	100%
Ministério do Esporte	13.705,27	2%	178.787,25	28%	337.728,64	54%	13.538,99	2%	67.400,03	11%	16.647,99	3%	627.808,16	100%
Ministério da Defesa	3.419,67	2%	7.154,91	4%	154.194,39	86%	13.559,60	8%	5,00	0%	0,00	0%	178.333,57	100%
Ministério da Integração Regional	0,00	0%	2.344,03	18%	4.069,60	30%	18,86	0%	6.925,09	52%	0,00	0%	13.357,58	100%
Ministério do Turismo	2.664,79	0%	52.923,81	9%	527.420,23	85%	404,54	0%	572,88	0%	35.502,55	6%	619.488,81	100%
Ministério do Desenvolv. Social e Combate a Fome	1.145,47	0%	44.110,96	8%	94.169,03	17%	21.853,71	4%	394.232,93	71%	0,00	0%	555.512,10	100%
Ministério das Cidades	5.962,79	4%	14.507,63	9%	29.254,85	17%	334,74	0%	112.587,95	67%	4.853,96	3%	167.501,93	100%
Ministério da Pesca e Aquicultura	5.973,07	5%	31.215,94	26%	65.651,67	55%	2.632,88	2%	13.006,14	11%	1.233,28	1%	119.712,98	100%
Total	145.912,46	2%	1.430.844,09	16%	4.989.840,34	57%	122.564,30	1%	1.935.934,78	22%	87.662,62	1%	8.712.758,59	100%

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Notas: * Ver Tabela D.3 do Anexo D para análises por órgãos da administração direta e indireta.

**Seção 2.29 Tabela 4.4.7 - Distribuição das Despesas por Categoria: Quantidade de Parcerias e Valores Médios (R\$ mil)
por Órgão Superior Concedente, 2008-2012**

Órgão Superior Concedente *	Pessoal e Encargos Sociais		Custeio Administrativo		Serviços Prestados por Terceiros		Tributos		Equipamentos, Imóveis e Obras		Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	
	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio
Presidência da República	65	336,36	522	90,09	583	345,95	142	45,21	86	19,64	37	127,58
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	4	4.250,01	13	243,16	14	625,91	1	4,15	3	44,75	4	50,81
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	33	66,31	279	112,81	282	445,18	117	52,02	48	17,63	20	118,06
SECR. ESP. DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	19	58,50	138	58,17	160	212,19	9	17,72	17	20,01	4	109,70
SECR. DE POLÍT DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	6	81,82	84	50,01	100	210,74	15	11,32	14	19,21	8	150,01
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	2	526,32	3	24,22	17	231,46	0	0,00	0	0,00	0	0,00
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	1	20,00	5	18,31	10	842,75	0	0,00	4	24,98	1	517,00
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2	265,27	7	66,51	10	314,17	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14	126,76	178	116,21	320	154,03	0	0,00	11	37,17	4	377,66
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	16	286,44	162	423,87	203	1.274,98	4	45,14	146	945,77	4	1.277,11
Ministério da Educação	23	793,08	243	935,55	394	1.216,22	71	275,02	92	925,73	2	1.341,92
Ministério do Desenvolv., Indústria e Comércio Exterior	9	794,53	47	242,31	70	1.702,67	2	1.372,73	12	701,62	1	11,52
Ministério da Justiça	29	492,58	158	85,25	176	357,44	73	71,03	41	483,20	4	35,24
Ministério de Minas e Energia	5	362,88	16	137,68	32	399,65	1	11,36	8	6.727,24	2	23,55
Ministério da Saúde	9	247,20	1.025	256,51	500	3.119,56	29	40,99	2.432	399,31	11	142,72
Ministério do Trabalho e Emprego	12	213,14	316	221,82	325	1.439,98	79	99,19	25	168,88	5	131,54
Ministério dos Transportes	1	40,60	2	47,06	3	4.147,62	3	1.366,75	0	0,00	1	2.453,79
Ministério das Comunicações	15	432,33	17	249,47	17	315,56	11	211,26	4	162,06	0	0,00
Ministério da Cultura	99	143,07	673	109,15	981	320,52	157	25,43	186	190,13	69	129,29
Ministério do Meio Ambiente	0	0,00	27	181,28	31	446,09	3	24,58	13	1.029,59	0	0,00
Ministério do Desenvolvimento Agrário	37	468,29	540	542,31	330	656,03	105	158,44	43	210,87	10	159,94
Ministério do Esporte	60	228,42	443	403,58	426	792,79	109	124,21	175	385,14	72	231,22
Ministério da Defesa	1	3.419,67	3	2.384,97	4	38.548,60	1	13.559,60	1	5,00	0	0,00
Ministério da Integração Regional	0	0,00	19	123,37	20	203,48	4	4,72	13	532,70	0	0,00

Órgão Superior Concedente *	Pessoal e Encargos Sociais		Custeio Administrativo		Serviços Prestados por Terceiros		Tributos		Equipamentos, Imóveis e Obras		Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	
	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio
Ministério do Turismo	20	133,24	266	198,96	913	577,68	7	57,79	12	47,74	107	331,80
Ministério do Desenvolv, Social e Combate a Fome	4	286,37	34	1.297,38	37	2.545,11	17	1.285,51	23	17.140,56	0	0,00
Ministério das Cidades	3	1.987,60	16	906,73	131	223,32	3	111,58	77	1.462,18	4	1.213,49
Ministério da Pesca e Aquicultura	31	192,68	149	209,50	138	475,74	32	82,28	100	130,06	11	112,12
Total	455	320,69	4.863	294,23	5.644	884,10	853	143,69	3.500	553,12	344	254,83
Desvio-padrão		1.074,56		1.381,03		4.117,48		644,09		2.881,61		586,30

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Notas: * Ver Tabela D.4 do Anexo D para análises por órgãos da administração direta e indireta.

**Seção 2.30 Tabela 4.5.1 - Vigência por Faixa de Tempo e Tempo Médio:
Quantidade de Parcerias por Modalidade, 2008-2012**

Faixa de Tempo	Convênio		Contrato de Repasse		Termo de Parceria		Total	
	Qtde. de Parcerias	% do Total	Qtde. de Parcerias	% do Total	Qtde. de Parcerias	% do Total	Qtde. de Parcerias	% do Total
até 6 meses	1.680	19,9%	2	0,2%	6	5,2%	1.688	17,8%
entre 6 meses e 1 ano	1.629	19,3%	68	7,4%	35	30,4%	1.732	18,3%
entre 1 ano e 2 anos	2.818	33,4%	284	31,1%	41	35,7%	3.143	33,2%
entre 2 anos e 3 anos	1.600	19,0%	320	35,0%	23	20,0%	1.943	20,5%
acima de 3 anos	715	8,5%	240	26,3%	10	8,7%	965	10,2%
Total	8.442	100%	914	100%	115	100%	9.471	100%
Tempo médio de vigência da parceria (em meses)	19,5		29,0		19,9		20,4	

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

**Seção 2.31 Tabela 4.5.2 - Tempo de Vigência por Faixa de Tempo:
Evolução da Quantidade de Parcerias, 2008-2012**

Faixa de Tempo	2008		2009		2010		2011		2012		Total	
	Qtde.	% do Total	Qtde.	% do Total	Qtde.	% do Total	Qtde.	% do Total	Qtde.	% do Total	Qtde.	% do Total
até 6 meses	215	26,0%	738	27,3%	597	18,8%	98	6,4%	40	3,3%	1.688	17,8%
entre 6 meses e 1 ano	158	19,1%	268	9,9%	374	11,7%	115	7,5%	817	67,6%	1.732	18,3%
entre 1 ano e 2 anos	212	25,6%	657	24,3%	852	26,8%	1.167	75,6%	255	21,1%	3.143	33,2%
entre 2 anos e 3 anos	124	15,0%	413	15,3%	1.187	37,3%	141	9,1%	78	6,5%	1.943	20,5%
acima de 3 anos	119	14,4%	632	23,3%	174	5,5%	22	1,4%	18	1,5%	965	10,2%
Total	828	100%	2.708	100%	3.184	100%	1.543	100%	1.208	100%	9.471	100%

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Ver Tabela E.1 do Anexo E para análises por modalidade de parceria.

Seção 2.32 Tabela 4.5.3 - Vigência por Faixa de Tempo: Quantidade de Parcerias por UF de origem do Proponente e Tempo Médio de Vigência, 2008-2012

Unidade da Federação *	até 6 meses	entre 6 meses e 1 ano	entre 1 ano e 2 anos	entre 2 anos e 3 anos	acima de 3 anos	Total	Tempo médio de vigência da parceria (em meses)
Rondônia	21	11	14	6	6	58	16,3
Acre	3	3	13	5	6	30	24,4
Amazonas	4	7	23	13	20	67	26,6
Roraima	2	3	3	5	3	16	24,2
Pará	8	17	33	17	11	86	21,0
Amapá	4	4	6	1	3	18	17,3
Tocantins	9	5	22	15	11	62	23,6
Maranhão	11	13	16	7	17	64	23,0
Piauí	4	8	10	7	8	37	23,0
Ceará	65	58	97	43	31	294	18,4
Rio Grande do Norte	14	25	51	42	18	150	23,2
Paraíba	19	13	42	18	18	110	22,7
Pernambuco	88	92	172	157	65	574	22,3
Alagoas	17	26	15	12	3	73	15,9
Sergipe	73	19	64	24	16	196	16,7
Bahia	82	83	110	104	52	431	21,2
Minas Gerais	153	228	343	181	96	1.001	20,4
Espírito Santo	16	44	53	52	17	182	22,8
Rio de Janeiro	168	160	290	133	57	808	17,5
São Paulo	231	344	681	468	164	1.888	21,8
Paraná	70	108	220	144	85	627	23,3
Santa Catarina	38	72	129	71	41	351	22,1
Rio Grande do Sul	127	160	380	218	129	1.014	22,5
Mato Grosso do Sul	40	25	37	30	16	148	18,3
Mato Grosso	12	17	18	14	9	70	20,5
Goiás	85	56	81	71	32	325	18,8
Distrito Federal	324	131	220	85	31	791	13,2
Total	1.688	1.732	3.143	1.943	965	9.471	20,4

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Ver Tabela E.2 do Anexo E para análises para a evolução histórica do tempo médio de vigência por UF.

Seção 2.33 Tabela 4.5.4 - Vigência por Faixa de Tempo: Quantidade de Parcerias por Órgão Superior Concedente e Tempo Médio de Vigência, 2008-2012

Órgão Superior Concedente *	até 6 meses	entre 6 meses e 1 ano	entre 1 ano e 2 anos	entre 2 anos e 3 anos	acima de 3 anos	Total	Tempo médio de vigência da parceria (em meses)
Presidência da República	79	168	302	55	5	609	15,4
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	4	6	6	2	0	18	12,6
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	22	77	162	32	2	295	16,8
SECRETARIA ESP.L DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	10	54	83	15	2	164	16,0
SECRETARIA DE POL. DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	43	29	33	0	0	105	9,1
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	0	0	14	3	0	17	22,1
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	0	2	4	3	1	10	20,6
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	0	3	4	3	0	10	19,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	212	59	52	16	4	343	8,2
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	42	41	83	64	40	270	23,6
Ministério da Educação	16	101	205	76	29	427	20,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2	18	25	18	12	75	23,5
Ministério da Justiça	9	54	97	24	3	187	17,3
Ministério de Minas e Energia	12	5	7	6	3	33	19,1
Ministério da Saúde	3	633	1.318	1.149	433	3.536	26,9
Ministério do Trabalho e Emprego	0	21	164	110	31	326	25,3
Ministério dos Transportes	1	0	2	1	0	4	18,8
Ministério das Comunicações	0	6	7	4	0	17	17,5
Ministério da Cultura	445	282	215	77	49	1.068	11,4
Ministério do Meio Ambiente	5	11	12	4	0	32	15,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	5	65	79	175	258	582	33,0
Ministério do Esporte	148	67	244	38	11	508	13,4
Ministério da Defesa	0	0	1	2	1	4	29,4
Ministério da Integração Regional	2	11	11	5	3	32	18,9
Ministério do Turismo	687	148	173	24	8	1.040	7,4
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	0	20	13	3	1	37	15,2
Ministério das Cidades	5	5	72	39	40	161	27,4
Ministério da Pesca e Aquicultura	15	14	57	50	34	170	24,6
Total	1.688	1.732	3.143	1.943	965	9.471	20,4

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Ver Tabelas E.3 e E.4 do Anexo E para análises por órgãos concedentes da administração direta e indireta.

Seção 2.34 Tabela 4.6.1 - Distribuição dos Municípios-Sede de Entidades com Parcerias por IDHM, 2008-2012

Unidades da Federação	Municípios que sediam entidades com parcerias					Total
	IDHM Muito Baixo	IDHM Baixo	IDHM Médio	IDHM Alto	IDHM Muito Alto	
Rondônia	0	2	8	6	0	16
Acre	0	0	3	1	0	4
Amazonas	0	1	6	1	0	8
Roraima	0	0	1	1	0	2
Pará	0	4	10	2	0	16
Amapá	0	2	0	1	0	3
Tocantins	0	0	6	7	0	13
Maranhão	0	5	5	3	0	13
Piauí	0	4	4	2	0	10
Ceará	0	1	33	4	0	38
Rio Grande do Norte	0	1	15	3	0	19
Paraíba	0	8	9	4	0	21
Pernambuco	0	5	13	3	0	21
Alagoas	0	9	7	1	0	17
Sergipe	0	9	8	1	0	18
Bahia	0	14	38	6	0	58
Minas Gerais	0	1	73	108	2	184
Espírito Santo	0	0	6	14	2	22
Rio de Janeiro	0	0	11	28	1	40
São Paulo	0	0	6	178	21	205
Paraná	0	2	13	49	2	66
Santa Catarina	0	0	5	61	11	77
Rio Grande do Sul	0	0	25	105	1	131
Mato Grosso do Sul	0	0	5	15	0	20
Mato Grosso	0	0	3	10	0	13
Goiás	0	1	8	22	0	31
Distrito Federal	0	0	0	0	1	1
Brasil	0	69	321	636	41	1.067

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios e Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/PNUD. Elaboração: FGV.

**Seção 2.35 Tabela 4.7.1 - Entidades Privadas por Natureza Jurídica:
Quantidade de Parcerias e Valor Global por Natureza Jurídica, 2008-2012**

Código	Natureza Jurídica	Número de Entidades	% do Total	Qtde. de Parcerias	% do Total	Valor Global das Parcerias (R\$ mil)	% do Total
1.	Administração Pública	3	0,08%	4	0,04%	11.036,3	0,13%
1104	Autarquia Federal	1	0,03%	1	0,01%	613,0	0,01%
1147	Fundação Estadual ou do Distrito Federal	1	0,03%	2	0,02%	8.823,3	0,10%
1210	Associação Pública	1	0,03%	1	0,01%	1.600,0	0,02%
2.	Entidades Empresariais	168	4,66%	231	2,44%	143.290,3	1,65%
2054	Sociedade Anônima Fechada	2	0,06%	2	0,02%	154,9	0,00%
2143	Cooperativa	166	4,60%	229	2,42%	143.135,4	1,64%
3.	Entidades sem Fins Lucrativos	3.438	95,26%	9.236	97,52%	8.552.493,5	98,23%
3069	Fundação Privada	304	8,42%	1.587	16,76%	2.047.622,9	23,52%
3077	Serviço Social Autônomo	33	0,91%	76	0,80%	197.113,6	2,26%
3131	Entidade Sindical	112	3,10%	178	1,88%	150.908,6	1,73%
3204	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras	1	0,03%	6	0,06%	1.091,6	0,01%
3220	Organização Religiosa	5	0,14%	6	0,06%	1.051,6	0,01%
3247	Fundo Privado	1	0,03%	3	0,03%	2.438,2	0,03%
3999	Associação Privada	2.982	82,63%	7.380	77,92%	6.152.266,9	70,66%
Total		3.609	100,00%	9.471	100,00%	8.706.820,1	100,00%

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

**Seção 2.36 Tabela 4.7.2 - Entidades Privadas por Natureza Jurídica:
Evolução da Quantidade de Parcerias, 2008-2012**

Código	Natureza Jurídica	2008	2009	2010	2011	2012	Total
1.	Administração Pública	1	2	0	1	0	4
1104	Autarquia Federal	0	1	0	0	0	1
1147	Fundação Estadual ou do Distrito Federal	1	1	0	0	0	2
1210	Associação Pública	0	0	0	1	0	1
2.	Entidades Empresariais	30	56	107	30	8	231
2054	Sociedade Anônima Fechada	0	2	0	0	0	2
2143	Cooperativa	30	54	107	30	8	229
3.	Entidades sem Fins Lucrativos	797	2.650	3.077	1.512	1.200	9.236
3069	Fundação Privada	84	385	494	308	316	1.587
3077	Serviço Social Autônomo	25	19	16	10	6	76
3131	Entidade Sindical	17	64	69	19	9	178
3204	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeira	0	1	3	0	2	6
3220	Organização Religiosa	2	1	2	1	0	6
3247	Fundo Privado	0	3	0	0	0	3
3999	Associação Privada	669	2.177	2.493	1.174	867	7.380
Total		828	2.708	3.184	1.543	1.208	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

**Seção 2.37 Tabela 4.7.3 - Entidades Privadas por Natureza Jurídica:
Quantidade de Parcerias por Modalidade, 2008-2012**

Código	Natureza Jurídica	Convênio	Contrato de Repasse	Termo de Parceria	Total
1.	Administração Pública	4	0	0	4
1104	Autarquia Federal	1	0	0	1
1147	Fundação Estadual ou do Distrito Federal	2	0	0	2
1210	Associação Pública	1	0	0	1
2.	Entidades Empresariais	173	58	0	231
2054	Sociedade Anônima Fechada	2	0	0	2
2143	Cooperativa	171	58	0	229
3.	Entidades sem Fins Lucrativos	8.265	856	115	9.236
3069	Fundação Privada	1.486	91	10	1.587
3077	Serviço Social Autônomo	74	2	0	76
3131	Entidade Sindical	142	36	0	178
3204	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeira	6	0	0	6
3220	Organização Religiosa	6	0	0	6
3247	Fundo Privado	3	0	0	3

3999	Associação Privada	6.548	727	105	7.380
Total		8.442	914	115	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.38 Tabela 4.7.4 - Entidades Privadas por Natureza Jurídica:

Quantidade de Parcerias por Órgão Superior Concedente, 2008-2012

Órgão Superior Concedente	Associação Privada	Fundação Privada	Cooperativa	Entidade Sindical	Outras Naturezas Jurídicas	Total
Presidência da República	536	53	0	9	11	609
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	9	8	0	0	1	18
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	262	32	0	1	0	295
SECRETARIA ESP. DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	139	9	0	7	9	164
SECRETARIA DE POL. DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	101	4	0	0	0	105
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	16	0	0	0	1	17
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	9	0	0	1	0	10
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	10	0	0	0	0	10
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	239	18	21	61	4	343
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	209	45	6	3	7	270
Ministério da Educação	34	393	0	0	0	427
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	51	5	0	0	19	75
Ministério da Justiça	145	39	1	1	1	187
Ministério de Minas e Energia	21	12	0	0	0	33
Ministério da Saúde	2.779	678	74	1	4	3.536
Ministério do Trabalho e Emprego	249	40	7	8	22	326
Ministério dos Transportes	1	3	0	0	0	4
Ministério das Comunicações	15	2	0	0	0	17
Ministério da Cultura	935	113	12	2	6	1.068
Ministério do Meio Ambiente	28	3	1	0	0	32
Ministério do Desenvolvimento Agrário	434	36	62	43	7	582
Ministério do Esporte	473	26	3	1	5	508
Ministério da Defesa	1	3	0	0	0	4
Ministério da Integração Regional	29	0	2	0	1	32
Ministério do Turismo	922	74	7	29	8	1.040
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	36	0	0	0	1	37
Ministério das Cidades	124	5	17	14	1	161
Ministério da Pesca e Aquicultura	109	39	16	6	0	170
Total	7.380	1.587	229	178	97	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

**Seção 2.39 Tabela 4.7.5 - Entidades Privadas por Natureza Jurídica:
Evolução do Número de Entidades Considerando o Ano da Primeira
Parceria no SICONV, 2008-2012**

Código	Natureza Jurídica	2008	2009	2010	2011	2012	Total
1.	Administração Pública	1	1	0	1	0	3
1104	Autorquia Federal	0	1	0	0	0	1
1147	Fundação Estadual ou do Distrito Federal	1	0	0	0	0	1
1210	Associação Pública	0	0	0	1	0	1
2.	Entidades Empresariais	27	40	80	17	4	168
2054	Sociedade Anônima Fechada	0	2	0	0	0	2
2143	Cooperativa	27	38	80	17	4	166
3.	Entidades sem Fins Lucrativos	618	1.292	1.020	324	184	3.438
3069	Fundação Privada	65	132	61	29	17	304
3077	Serviço Social Autônomo	20	5	5	2	1	33
3131	Entidade Sindical	14	49	40	7	2	112
3204	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras	0	1	0	0	0	1
3220	Organização Religiosa	2	0	2	1	0	5
3247	Fundo Privado	0	1	0	0	0	1
3999	Associação Privada	517	1.104	912	285	164	2.982
	Total	646	1.333	1.100	342	188	3.609

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

**Seção 2.40 Tabela 4.7.6 - Entidades Privadas por Natureza Jurídica:
Quantidade de Parcerias por Unidade da Federação, 2008-2012**

Unidade da Federação	Associação Privada	Fundação Privada	Cooperativa	Entidade Sindical	Outras Naturezas Jurídicas	Total
Rondônia	33	1	1	0	0	35
Acre	15	1	1	1	0	18
Amazonas	22	6	0	2	2	32
Roraima	2	1	0	3	0	6
Pará	46	3	1	2	2	54
Amapá	8	0	1	1	0	10
Tocantins	23	1	3	3	2	32
Maranhão	43	3	4	1	0	51
Piauí	20	3	1	0	1	25
Ceará	135	10	1	2	4	152
Rio Grande do Norte	58	2	6	2	1	69
Paraíba	34	10	1	2	1	48
Pernambuco	111	10	4	1	1	127
Alagoas	31	4	3	1	1	40
Sergipe	50	1	1	0	0	52
Bahia	133	11	20	3	1	168
Minas Gerais	341	52	10	15	1	419
Espírito Santo	47	7	1	7	0	62
Rio de Janeiro	258	29	11	2	3	303
São Paulo	628	53	33	10	5	729
Paraná	163	14	6	6	4	193
Santa Catarina	134	23	18	8	2	185
Rio Grande do Sul	252	27	26	18	3	326
Mato Grosso do Sul	44	10	2	9	3	68
Mato Grosso	29	4	0	3	3	39
Goiás	79	8	2	5	2	96
Distrito Federal	243	10	9	5	3	270
Total	2.982	304	166	112	45	3.609

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

**Seção 2.41 Tabela 1.A - Esquema de Transferência de Recursos:
Evolução dos Valores, 2008-2013 (R\$ mil)**

Modalidades	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (até 05/09/2013)	Total
Valor Liberado (R\$)							
Transferência de Recursos (Total)	203.766.062	209.364.794	232.587.289	265.087.732	250.308.352	164.915.485	1.326.029.713
Entidades sem fins lucrativos (Modalidade 50)	3.452.959	3.844.951	5.390.873	4.394.470	6.022.348	4.141.750	27.247.351
Valor Empenhado (R\$)							
Total de Parcerias com Entidades sem fins Lucrativos	1.017.674	2.936.509	3.315.949	3.626.858	4.029.120	1.494.105	16.420.215
Fora do Siconv	650.725	1.756.964	1.481.807	2.172.056	2.391.108	1.368.297	9.820.955
Dentro do Siconv	366.950	1.179.545	1.834.142	1.454.802	1.638.012	125.809	6.599.260

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios e Portal da Transparência, com base nos dados fornecidos pelo SIAFI e SICONV. Elaboração: FGV.

Nota: * Os valores liberados de transferências de recursos em 2013 referem-se à data-base de extração, no Portal da Transparência, em 05/09/2013.

**Seção 2.42 Tabela 1.B - Esquema de Transferência de Recursos:
Comparação entre parcerias dentro e fora do SICONV, 2008-2013**

Ano	Parcerias fora do Siconv		Parcerias dentro do Siconv	
	Valor Empenhado (R\$ mil)	Qtde. de Parcerias empenhadas	Valor Empenhado (R\$ mil)	Qtde. de Parcerias empenhadas
2008	650.724,61	1.360	366.949,72	663
2009	1.756.963,52	2.240	1.179.545,00	2.359
2010	1.481.806,52	896	1.834.142,00	2.970
2011	2.172.056,17	610	1.454.802,15	1.531
2012	2.391.107,87	766	1.638.011,86	1.490
2013	1.368.296,61	193	125.808,86	34
Parcerias ainda não empenhadas	0,00	316	0,00	189
Total	9.820.955,29	6.381	6.599.259,58	9.236

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios e Portal da Transparência, com base nos dados fornecidos pelo SIAFI e SICONV. Elaboração: FGV.

Seção 2.43 Tabela 1.C - Parcerias com Entidades Privadas sem Fins

Lucrativos: Resumo por Órgão Concedente, 2008-2013

Órgão Concedente	Parcerias Fora do Siconv		Parcerias Dentro do Siconv	
	Valor Empenhado (R\$ mil)	Qtde. de Parcerias empenhadas	Valor Empenhado (R\$ mil)	Qtde. de Parcerias empenhadas
Senado Federal	2.398,32	9	0,00	0
Justiça Eleitoral	394,19	1	0,00	0
Presidência da República	234.921,95	338	250.560,31	609
COORDENAÇÃO-GERAL RECURSOS HUMANOS/SG/AGU	500,50	1	0,00	0
SECRETARIA ESPEC.DE DIREITOS HUMANOS REC. EXT	287,29	1	437,79	2
SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE	28.320,13	2	0,00	0
FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	26.375,76	43	64.996,53	115
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	3.313,45	17	465,08	3
SPCI/ODP/RECURSOS EXTERNOS	43,05	1	0,00	0
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS/PR	1.400,00	1	18.266,32	4
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS - OBRAS	0,00	0	2.560,00	2
AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	42.974,98	2	0,00	0
SECRETARIA GERAL/PR	0,00	0	452,48	1
SECRETARIA DE ARTICULACAO INSTITUCIONAL E PAR	0,00	0	6.686,05	17
IPEA-INSTIT.DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA/DF	30,00	1	600,00	2
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	1.646,77	3	8.031,70	10
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	0,00	0	100,00	1
COORD-GERAL DE PLANEJ. E ORCAMENTO/DGI/SE/CGU	19.049,67	5	0,00	0
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS	87.662,26	123	83.336,70	183
SECRETARIA ESP. DE POLITICAS PARA AS MULHERES	13.058,02	83	38.852,08	164
SEC.ESPEC.DE POLIT.DE PROM.DA IGUALD RACIAL	10.259,87	54	25.775,57	105
INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO ITI	0,20	1	0,00	0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	4.169,28	2	3.952,30	10
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	34.848,14	31	60.473,09	322
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.787.587,87	1.966	363.612,55	264
Ministério da Fazenda	130.028,66	45	0,00	0
Ministério da Educação	1.198.364,00	778	705.000,61	427
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	111.872,97	23	119.281,61	75
Ministério da Justiça	163.405,89	107	136.551,13	185
Ministério de Minas e Energia	29.627,85	24	19.095,35	33
Ministério das Relações Exteriores	572,92	3	0,00	0
Ministério da Saúde	3.090.407,36	1.504	2.017.237,88	3.461
Ministério do Trabalho e Emprego	91.430,20	36	453.357,34	319
Ministério dos Transportes	133.424,45	12	15.342,53	4
Ministério das Comunicações	335.371,96	43	14.377,90	17
Ministério da Cultura	214.645,69	433	333.988,98	1.055
Ministério do Meio Ambiente	19.240,25	56	27.295,78	31
Ministério do Desenvolvimento Agrário	362.480,42	397	388.395,44	520
Ministério do Esporte	87.290,90	75	509.661,05	503
Ministério da Defesa	496.683,81	74	31.281,33	4
Ministério da Integração Regional	94.243,24	65	11.076,43	30
Ministério do Turismo	137.211,27	313	513.501,26	1.033
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	51.477,80	9	492.277,77	37
Ministério das Cidades	2.149,58	16	51.118,71	143
Ministério da Pesca e Aquicultura	6.706,32	21	81.820,25	154
Total	9.820.955,29	6.381	6.599.259,58	9.236

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios e Portal da Transparência, com base nos dados fornecidos pelo SIAFI e SICONV.
Elaboração: FGV.

**Seção 2.44 Tabela 3.A - Localização das 100 Maiores Parcerias por
Unidade da Federação: Quantidade de parcerias e Montante de Valor
Global**

Unidade da Federação	Quantidade de Parcerias	Valor Total (R\$ mil)
Amazonas	3	67.619,9
Piauí	1	47.210,8
Ceará	1	43.236,3
Pernambuco	11	596.148,4
Minas Gerais	8	226.488,1
Rio de Janeiro	7	353.667,9
São Paulo	26	586.651,7
Paraná	4	175.226,5
Santa Catarina	4	84.131,3
Rio Grande do Sul	9	170.983,7
Mato Grosso do Sul	20	722.747,2
Goiás	1	13.496,2
Distrito Federal	5	198.766,1
Total	100	3.286.374,1

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

**Seção 2.45 Tabela 3.B - Localização das 100 Maiores Parcerias por
Unidade da Federação: Quantidade de parcerias e Montante de Valor
Global**

Órgão Superior Concedente	Quantidade de Parcerias	Valor Total (R\$ mil)
Presidência da República	4	67.647,5
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	1	20.623,2
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	3	47.024,4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1	13.496,2
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	6	226.989,0
Ministério da Educação	15	423.958,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1	55.000,0
Ministério da Justiça	1	20.036,9
Ministério de Minas e Energia	1	59.276,3
Ministério da Saúde	49	1.415.276,3
Ministério do Trabalho e Emprego	3	113.665,4
Ministério dos Transportes	1	15.540,8
Ministério da Cultura	1	13.657,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2	55.517,3
Ministério do Esporte	3	68.593,5
Ministério da Defesa	1	169.417,1
Ministério do Turismo	4	70.027,5
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	7	498.274,7
Total	100	3.286.374,1

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.46 Tabela A.1 - Características Gerais: Evolução das Parcerias por Modalidade, 2008-2012

Modalidade	Características	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Convênio	Total	812	2.411	2.780	1.357	1.082	8.442
	Em Execução	5%	18%	35%	82%	98%	43%
	Aditivados	33%	32%	29%	25%	2%	26%
	Prorrogas de Ofício	45%	62%	73%	67%	4%	57%
	Chamamento Público	37%	18%	19%	21%	29%	22%
Contratos de Repasse	Total	0	258	370	177	109	914
	Em Execução	0	55%	61%	94%	100%	70%
	Aditivados	0	85%	66%	28%	1%	56%
	Prorrogas de Ofício	0	8%	9%	3%	1%	7%
	Chamamento Público	0	13%	4%	2%	27%	9%
Termo de Parceria	Total	16	39	34	9	17	115
	Em Execução	0%	21%	15%	56%	82%	28%
	Aditivados	25%	64%	38%	44%	12%	42%
	Prorrogas de Ofício	31%	64%	32%	22%	6%	38%
	Chamamento Público	50%	59%	41%	89%	59%	55%

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.47 Tabela A.2 - Situação das Parcerias: Evolução das Parcerias por Modalidade, 2008-2012

Modalidade	Situação	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Convênio	Em Execução	40	426	986	1.112	1.057	3.621
	Finalizados:	772	1.985	1.794	245	25	4.821
	Aguardando Prestação de Contas	429	1.119	779	90	10	2.427
	Prestação de Contas Enviada para Análise	180	456	533	54	5	1.228
	Prestação de Contas em Análise	32	99	137	23	4	295
	Prestação de Contas em Complementação	58	107	89	12	4	270
	Prestação de Contas Aprovada	65	174	240	61	2	542
	Prestação de Contas Aprovada c/ Ressalvas	8	24	12	3	0	47
	Prestação de Contas Rejeitada	0	6	4	2	0	12
	Total		812	2.411	2.780	1.357	1.082
Contrato de Repasse	Em Execução	0	141	227	166	109	643
	Finalizados:	0	117	143	11	0	271
	Aguardando Prestação de Contas	0	100	121	11	0	232
	Prestação de Contas Enviada para Análise	0	3	7	0	0	10
	Prestação de Contas em Análise	0	2	0	0	0	2
	Prestação de Contas em Complementação	0	1	2	0	0	3
	Prestação de Contas Aprovada	0	11	13	0	0	24
	Prestação de Contas Aprovada c/ Ressalvas	0	0	0	0	0	0
	Prestação de Contas Rejeitada	0	0	0	0	0	0
	Total		0	258	370	177	109
Termo de Parceria	Em Execução	0	8	5	5	14	32
	Finalizados:	16	31	29	4	3	83
	Aguardando Prestação de Contas	12	17	15	4	3	51
	Prestação de Contas Enviada para Análise	3	7	8	0	0	18
	Prestação de Contas em Análise	0	4	4	0	0	8
	Prestação de Contas em Complementação	0	1	1	0	0	2
	Prestação de Contas Aprovada	1	2	1	0	0	4
	Prestação de Contas Aprovada c/ Ressalvas	0	0	0	0	0	0
	Prestação de Contas Rejeitada	0	0	0	0	0	0
	Total		16	39	34	9	17

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.48 Tabela A.3 - Qualificação da Proposta: Evolução das Parcerias por Modalidade, 2008-2012

Modalidade	Qualificação da Proposta	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Convênio	Repassé Voluntário	812	2.410	1.706	412	462	5.802
	Beneficiário - Emenda Parlamentar	0	1	936	719	480	2.136
	Beneficiário Específico	0	0	138	226	140	504
	Total	812	2.411	2.780	1.357	1.082	8.442
Contrato de Repasse	Repassé Voluntário	0	258	280	61	56	655
	Beneficiário - Emenda Parlamentar	0	0	86	92	44	222
	Beneficiário Específico	0	0	4	24	9	37
	Total	0	258	370	177	109	914
Termo de Parceria	Repassé Voluntário	16	39	31	8	10	104
	Beneficiário - Emenda Parlamentar	0	0	0	0	0	0
	Beneficiário Específico	0	0	3	1	7	11
	Total	16	39	34	9	17	115

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.49 Tabela A.4 - Órgãos Concedentes: Quantidade de Parcerias por Modalidade, 2008-2012

Órgão Concedente	Convênio	Contrato de Repasse	Termo de Parceria	Total
Presidência da República				
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	18	0	0	18
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	271	0	24	295
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	164	0	0	164
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	105	0	0	105
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	17	0	0	17
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	10	0	0	10
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão				
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	10	0	0	10
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	339	0	0	339
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	4	0	0	4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação				
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	132	80	4	216
COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	1	0	0	1
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	9	0	0	9
CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO	42	0	0	42
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS/MCT	2	0	0	2
Ministério da Educação				
MINISTERIO DA EDUCACAO	5	0	0	5
INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	4	0	0	4

Órgão Concedente	Convênio	Contrato de Repasse	Termo de Parceria	Total
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	3	0	0	3
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	1	0	0	1
UNIVERSIDADES FEDERAIS	410	0	0	410
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCACAO	3	0	1	4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior				
MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	60	0	0	60
SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	12	0	0	12
INST.NAC. DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	3	0	0	3
Ministério da Justiça				
MINISTERIO DA JUSTICA	100	0	21	121
FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	3	0	0	3
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	63	0	0	63
Ministério de Minas e Energia				
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	21	0	1	22
AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	10	0	0	10
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	1	0	0	1
Ministério da Saúde				
MINISTERIO DA SAUDE	2.976	335	0	3.311
FUNDACAO OSWALDO CRUZ	11	0	1	12
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	205	0	7	212
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	1	0	0	1
Ministério do Trabalho e Emprego				
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	316	0	10	326
Ministério dos Transportes				
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	2	0	0	2
DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	2	0	0	2
Ministério das Comunicações				
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	17	0	0	17
Ministério da Cultura				
MINISTERIO DA CULTURA	783	0	2	785
AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	1	0	0	1
FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	31	0	0	31
FUNDACAO CULTURAL PALMARES	53	0	1	54
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	86	0	0	86
FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	100	0	0	100
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	11	0	0	11
Ministério do Meio Ambiente				
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	14	3	0	17
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	7	0	0	7
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	1	0	0	1
FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	7	0	0	7
Ministério do Desenvolvimento Agrário				
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	179	324	3	506
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	70	0	6	76
Ministério do Esporte				
MINISTERIO DO ESPORTE	502	6	0	508
Ministério da Defesa				
MINISTERIO DA DEFESA	1	0	0	1
COMANDO DA AERONAUTICA	1	0	1	2
COMANDO DO EXERCITO	1	0	0	1
Ministério da Integração Nacional				
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	3	0	3	6
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DA AMAZONIA	4	0	0	4

Órgão Concedente	Convênio	Contrato de Repasse	Termo de Parceria	Total
COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	14	0	0	14
DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	4	0	0	4
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	4	0	0	4
Ministério do Turismo				
MINISTERIO DO TURISMO	966	0	22	988
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	52	0	0	52
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome				
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	19	10	8	37
Ministério das Cidades				
MINISTERIO DAS CIDADES	4	156	0	160
FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	1	0	0	1
Ministério da Pesca e Aquicultura				
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	170	0	0	170
Total	8.442	914	115	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.50 Tabela B.1 - Faixa de Valores Globais dos Contratos:

Evolução das Parcerias por Modalidade, 2008-2012

Modalidade	Faixa de Valor Global	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Convênio	Até 100 mil	100	636	502	275	184	1.697
	de 100 mil a 200 mil	241	650	967	381	237	2.476
	de 200 mil a 600mil	266	715	855	376	352	2.564
	Acima de 600 mil	205	410	456	325	309	1.705
	Total	812	2.411	2.780	1.357	1.082	8.442
Contrato de Repasse	Até 100 mil	0	32	108	48	12	200
	de 100 mil a 200 mil	0	52	94	40	13	199
	de 200 mil a 600mil	0	92	79	58	41	270
	Acima de 600 mil	0	82	89	31	43	245
	Total	0	258	370	177	109	914
Termo de Parceria	Até 100 mil	1	1	1	0	0	3
	de 100 mil a 200 mil	3	5	2	0	1	11
	de 200 mil a 600mil	7	16	10	6	7	46
	Acima de 600 mil	5	17	21	3	9	55
	Total	16	39	34	9	17	115

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.51 Tabela B.2 - Evolução das Parcerias: Valor Global Histórico por Modalidade (Valor Total e Médio em R\$ mil), 2008-2012

Modalidade	2008		2009		2010		2011		2012	
	Valor Total (R\$ mil)	Valor Médio (R\$ mil)	Valor Total (R\$ mil)	Valor Médio (R\$ mil)	Valor Total (R\$ mil)	Valor Médio (R\$ mil)	Valor Total (R\$ mil)	Valor Médio (R\$ mil)	Valor Total (R\$ mil)	Valor Médio (R\$ mil)
Convênio	696.773,3	858,1	1.554.915,6	644,9	1.650.204,1	593,6	1.971.837,5	1.453,1	1.282.659,6	1.185,5
Contrato de Repasse	0,0	0,0	198.736,9	770,3	232.355,6	628,0	91.978,9	519,7	140.363,8	1.287,7
Termo de Parceria	12.581,4	786,3	70.860,4	1.816,9	235.063,3	6.913,6	64.444,4	7.160,5	504.045,3	29.649,7
Total	709.354,7	856,7	1.824.512,9	673,7	2.117.622,9	665,1	2.128.260,9	1.379,3	1.927.068,7	1.595,3

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.52 Tabela B.3 - Evolução das Parcerias: Valor Global Histórico por UF de origem do Proponente (Valor Total e Médio em R\$ mil), 2008-2012

Unidade da Federação	2008		2009		2010		2011		2012	
	Valor Total (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)	Valor Total (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)	Valor Total (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)	Valor Total (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)	Valor Total (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)
Rondônia	4.650,9	664,4	8.888,7	683,7	4.770,4	265,0	2.442,3	174,4	6.637,3	1.106,2
Acre	1.804,1	451,0	3.746,3	416,3	2.406,6	240,7	1.581,0	395,3	2.022,5	674,2
Amazonas	6.068,1	1.011,3	68.072,0	3.241,5	42.403,6	1.367,9	13.510,7	4.503,6	11.873,0	1.978,8
Total	281,1	140,5	863,0	287,7	4.026,5	1.342,2	12.358,2	3.089,6	1.906,1	476,5
Pará	13.846,0	923,1	19.862,4	763,9	11.479,5	425,2	3.874,9	352,3	4.815,3	687,9
Amapá	3.526,1	881,5	937,7	187,5	3.597,7	449,7	600,0	600,0	0,0	0,0
Tocantins	7.912,1	879,1	9.876,4	897,9	15.944,9	637,8	3.040,7	337,9	5.720,6	715,1
Maranhão	25.572,2	1.420,7	12.585,9	786,6	10.127,4	506,4	941,1	235,3	1.413,2	235,5

Unidade da Federação	2008		2009		2010		2011		2012	
	Valor Total (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)	Valor Total (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)	Valor Total (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)	Valor Total (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)	Valor Total (R\$ Mil)	Valor Médio (R\$ Mil)
Piauí	736,9	184,2	14.897,0	1.064,1	52.802,1	4.400,2	1.718,3	572,8	2.410,1	602,5
Ceará	27.273,7	665,2	96.058,8	828,1	42.719,9	508,6	11.391,1	517,8	35.929,1	1.159,0
Rio Grande do Norte	15.743,4	874,6	17.689,4	361,0	20.699,3	470,4	4.815,0	253,4	5.782,9	289,1
Paraíba	3.042,4	217,3	9.758,2	244,0	12.233,9	330,6	4.202,1	350,2	2.976,3	425,2
Pernambuco	30.326,4	739,7	108.728,3	587,7	332.481,9	1.504,4	95.484,6	1.097,5	344.253,9	8.606,3
Alagoas	2.135,3	305,0	13.363,4	668,2	8.824,8	315,2	2.927,0	585,4	8.232,1	633,2
Sergipe	10.366,7	647,9	28.200,4	447,6	44.946,8	583,7	24.642,8	1.120,1	10.970,3	609,5
Bahia	21.648,7	656,0	67.440,1	576,4	78.191,9	485,7	27.683,8	461,4	39.374,4	656,2
Minas Gerais	38.033,5	567,7	186.493,2	773,8	196.160,2	614,9	102.652,2	508,2	234.905,8	1.365,7
Espírito Santo	956,6	191,3	15.911,4	353,6	17.512,3	265,3	16.421,8	497,6	7.921,8	240,1
Rio de Janeiro	79.058,1	767,6	153.204,0	627,9	189.925,6	683,2	142.587,9	1.620,3	416.464,1	4.383,8
São Paulo	155.024,2	1.336,4	279.172,3	600,4	397.694,6	599,8	576.872,2	1.420,9	239.150,9	1.004,8
Paraná	26.967,6	674,2	64.397,5	368,0	89.698,9	509,7	149.200,2	1.332,1	135.086,8	1.089,4
Santa Catarina	38.617,1	1.135,8	106.374,8	1.119,7	63.304,7	575,5	19.035,1	312,1	41.360,5	811,0
Rio Grande do Sul	32.635,3	639,9	95.789,0	425,7	184.552,1	595,3	188.807,7	764,4	248.352,5	1.372,1
Mato Grosso do Sul	5.086,6	339,1	117.043,1	2.388,6	38.373,8	892,4	648.205,5	20.256,4	15.602,9	1.733,7
Mato Grosso	3.179,0	454,1	41.253,0	1.473,3	20.537,6	978,0	877,4	292,5	5.075,9	461,4
Goiás	15.390,1	496,5	66.999,1	511,4	47.208,5	449,6	8.676,8	309,9	19.388,3	646,3
Distrito Federal	139.472,4	1.162,3	216.907,9	718,2	184.997,3	644,6	63.710,4	1.249,2	79.442,1	2.562,6
Total	709.354,7	856,7	1.824.512,9	673,7	2.117.622,9	665,1	2.128.260,9	1.379,3	1.927.068,7	1.595,3

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

**Seção 2.53 Tabela B.5 - Valores Globais por Órgão Concedente:
Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor (R\$) e Valores Firmados,
2008-2012**

Órgão Concedente	Até 100 mil mil	de 100 mil a 200 mil	de 200 mil a 600mil	Acima de 600 mil	Total	Valor Global das Parcerias (R\$ mil)	Valor Global Médio por Parceria (R\$ mil)
Presidência da República							
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	2	3	9	4	18	29.266	1.626
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	27	101	114	53	295	167.828	569
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	20	66	68	10	164	44.028	268
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	19	47	36	3	105	27.405	261
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	5	4	6	2	17	5.060	298
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	1	2	4	3	10	9.156	916
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	3	0	4	3	10	4.138	414
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	162	100	62	15	339	58.835	174
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	0	0	2	2	4	14.834	3.708
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	100	39	47	30	216	114.062	528
COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	1	0	0	0	1	15	15
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	0	0	0	9	9	181.619	20.180
CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO	0	2	2	38	42	179.219	4.267
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS/MCT	0	0	2	0	2	537	268
Ministério da Educação							
MINISTERIO DA EDUCACAO	0	3	1	1	5	2.012	402
INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	0	1	2	1	4	1.866	467
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	0	0	1	2	3	2.133	711
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	0	0	0	1	1	2.435	2.435
UNIVERSIDADES FEDERAIS	54	68	135	153	410	762.754	1.860
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCACAO	0	0	0	4	4	56.256	14.064
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior							
MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	1	7	26	26	60	102.324	1.705
SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	0	0	2	10	12	26.262	2.189
INST.NAC. DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	0	0	0	3	3	20.301	6.767
Ministério da Justiça							

Órgão Concedente	Até 100 mil	de 100 mil a 200 mil	de 200 mil a 600mil	Acima de 600 mil	Total	Valor Global das Parcerias (R\$ mil)	Valor Global Médio por Parceria (R\$ mil)
MINISTERIO DA JUSTICA	9	28	81	3	121	40.359	334
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO	0	1	1	1	3	1.380	460
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	21	4	25	13	63	74.063	1.176
Ministério de Minas e Energia							
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	6	4	5	7	22	68.363	3.107
AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	8	0	0	2	10	2.164	216
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL	0	1	0	0	1	155	155
Ministério da Saúde							
MINISTERIO DA SAUDE	927	1.123	820	441	3.311	2.521.905	762
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	3	3	2	4	12	8.434	703
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE	2	122	65	23	212	267.708	1.263
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	0	0	0	1	1	698	698
Ministério do Trabalho e Emprego							
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	6	30	75	215	326	553.362	1.697
Ministério dos Transportes							
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	0	0	1	1	2	1.137	569
DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	0	0	0	2	2	17.995	8.997
Ministério das Comunicações							
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	0	0	11	6	17	19.062	1.121
Ministério da Cultura							
MINISTERIO DA CULTURA	232	186	251	116	785	368.787	470
AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	0	0	1	0	1	272	272
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	7	8	5	11	31	21.826	704
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	14	13	18	9	54	19.179	355
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	4	47	30	5	86	25.084	292
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES	61	30	8	1	100	11.999	120
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	0	4	6	1	11	3.122	284
Ministério do Meio Ambiente							
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	2	4	6	5	17	17.891	1.052
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	0	0	7	0	7	2.185	312
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	0	0	0	1	1	4.070	4.070
FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	0	0	3	4	7	8.036	1.148
Ministério do Desenvolvimento Agrário							
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	15	152	209	130	506	363.122	718
INSTIT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA	2	7	22	45	76	190.797	2.510
Ministério do Esporte							
MINISTERIO DO ESPORTE	50	118	123	217	508	627.713	1.236
Ministério da Defesa							
MINISTERIO DA DEFESA	0	0	0	1	1	3.000	3.000
COMANDO DA AERONAUTICA	0	0	0	2	2	171.034	85.517
COMANDO DO EXERCITO	0	0	0	1	1	4.300	4.300
Ministério da Integração Nacional							

Órgão Concedente	Até 100 mil	de 100 mil a 200 mil	de 200 mil a 600mil	Acima de 600 mil	Total	Valor Global das Parcerias (R\$ mil)	Valor Global Médio por Parceria (R\$ mil)
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	1	3	2	0	6	1.036	173
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DA AMAZONIA	0	2	2	0	4	937	234
COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	1	4	5	4	14	8.489	606
DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	0	0	3	1	4	2.078	520
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	0	3	1	0	4	817	204
Ministério do Turismo							
MINISTERIO DO TURISMO	56	299	459	174	988	593.240	600
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	26	4	10	12	52	26.039	501
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome							
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	1	5	9	22	37	555.512	15.014
Ministério das Cidades							
MINISTERIO DAS CIDADES	40	16	25	79	160	165.033	1.031
FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	0	0	0	1	1	2.469	2.469
Ministério da Pesca e Aquicultura							
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	11	22	66	71	170	119.623	704
Total	1.900	2.686	2.880	2.005	9.471	8.706.820	919

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.54 Tabela C.2 - Parcerias com Contrapartidas por Órgão

Concedente: Quantidade de Parcerias por Faixa de Valor e Participação

Média de Contrapartidas, 2008-2012

Órgão Concedente	Até 100 mil	de 100 mil a 200 mil	de 200 mil a 600mil	Acima de 600 mil	Total de Parcerias com Contrapartidas	Participação Média de Contrapartidas sobre o Valor Global (%)
Presidência da República						
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	2	3	9	4	18	12,49
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	7	78	86	37	208	6,52
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	20	66	67	10	163	11,30
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	19	47	36	3	105	4,81
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	5	4	6	2	17	8,01
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	1	2	4	3	10	6,45
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	2	0	0	3	5	7,05
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	162	100	62	15	339	10,57
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	0	0	2	2	4	17,00
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação						
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	52	35	41	24	152	7,59
COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	0	0	0	0	0	-
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	0	0	0	3	3	3,13
CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO	0	0	2	38	40	9,12
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS/MCT	0	0	2	0	2	5,56
Ministério da Educação						
MINISTERIO DA EDUCACAO	0	3	1	1	5	16,67
INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	0	1	2	1	4	15,96
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	0	0	0	0	0	-
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	0	0	0	1	1	2,00
UNIVERSIDADES FEDERAIS	0	0	0	2	2	4,62
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCACAO	0	0	0	0	0	-
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior						
MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	1	7	26	26	60	23,54
SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	0	0	2	10	12	5,97
INST.NAC. DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	0	0	0	3	3	6,09
Ministério da Justiça						
MINISTERIO DA JUSTICA	6	24	54	3	87	7,37

Órgão Concedente	Até 100 mil	de 100 mil a 200 mil	de 200 mil a 600mil	Acima de 600 mil	Total de Parcerias com Contrapartidas	Participação Média de Contrapartidas sobre o Valor Global (%)
FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	0	1	1	1	3	5,49
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	2	0	2	6	10	32,65
Ministério de Minas e Energia						
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	6	4	5	7	22	16,95
AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	7	0	0	2	9	20,09
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	0	1	0	0	1	39,84
Ministério da Saúde						
MINISTERIO DA SAUDE	297	571	311	82	1.261	6,09
FUNDACAO OSWALDO CRUZ	0	0	0	1	1	8,20
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	2	122	65	12	201	1,44
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	0	0	0	1	1	14,32
Ministério do Trabalho e Emprego						
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	3	29	69	200	301	6,10
Ministério dos Transportes						
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	0	0	0	0	0	-
DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	0	0	0	2	2	10,00
Ministério das Comunicações						
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	0	0	0	6	6	7,55
Ministério da Cultura						
MINISTERIO DA CULTURA	186	157	201	101	645	18,79
AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	0	0	1	0	1	8,09
FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	2	7	3	4	16	41,20
FUNDACAO CULTURAL PALMARES	13	13	18	8	52	8,54
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	4	47	30	5	86	16,25
FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	61	30	8	1	100	19,89
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	0	4	6	1	11	17,03
Ministério do Meio Ambiente						
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	2	4	4	5	15	12,15
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	0	0	7	0	7	9,48
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	0	0	0	1	1	7,89
FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	0	0	3	4	7	7,34
Ministério do Desenvolvimento Agrário						
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	15	152	209	130	506	6,84
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	2	6	21	43	72	4,38
Ministério do Esporte						
MINISTERIO DO ESPORTE	50	118	123	206	497	9,44
Ministério da Defesa						
MINISTERIO DA DEFESA	0	0	0	1	1	13,33
COMANDO DA AERONAUTICA	0	0	0	0	0	-
COMANDO DO EXERCITO	0	0	0	1	1	5,35
Ministério da Integração Nacional						
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	1	3	2	0	6	4,04
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DA AMAZONIA	0	2	2	0	4	11,75
COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO	1	3	2	3	9	5,95

Órgão Concedente	Até 100 mil	de 100 mil a 200 mil	de 200 mil a 600mil	Acima de 600 mil	Total de Parcerias com Contrapartidas	Participação Média de Contrapartidas sobre o Valor Global (%)
FRANCISCO						
DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	0	0	2	1	3	5,65
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	0	3	1	0	4	4,00
Ministério do Turismo						
MINISTERIO DO TURISMO	56	299	452	159	966	9,99
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	26	4	10	12	52	10,02
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome						
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	1	5	9	14	29	4,06
Ministério das Cidades						
MINISTERIO DAS CIDADES	40	15	25	79	159	4,19
FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	0	0	0	1	1	22,50
Ministério da Pesca e Aquicultura						
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	11	22	66	71	170	9,91
Total	1.065	1.992	2.060	1.362	6.479	9,40

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

**Seção 2.55 Tabela C.3 - Evolução das Parcerias: Participação Média de
Contrapartidas sobre o Valor Global das Parcerias por Órgão
Concedente, 2008-2012**

Órgão Concedente	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Presidência da República						
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	12,69	16,21	11,08	6,26	-	12,49
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	7,64	5,38	2,69	6,04	8,63	6,52
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	-	11,30	14,17	11,08	7,99	11,30
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	7,41	4,44	5,37	5,06	2,13	4,81
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	-	7,54	10,19	-	-	8,01
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	-	8,47	5,95	-	-	6,45
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	8,40	5,03	-	-	-	7,05
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	12,63	9,75	11,51	8,80	10,51	10,57
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	-	8,00	20,00	-	-	17,00
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação						
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	10,00	7,01	7,67	2,07	6,81	7,59
COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	-	-	-	-	-	-
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	-	3,89	-	1,61	-	3,13
CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO	24,07	3,74	22,23	10,12	10,25	9,12
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS/MCT	6,35	-	4,76	-	-	5,56
Ministério da Educação						
MINISTERIO DA EDUCACAO	16,67	-	-	-	-	16,67
INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	-	-	15,96	-	-	15,96
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	-	-	-	-	2,00	2,00
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	-	-	-	-	2,00	2,00
UNIVERSIDADES FEDERAIS	-	-	5,04	4,19	-	4,62
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCACAO	-	-	-	-	-	-
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior						
MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	26,88	25,64	27,88	20,76	18,12	23,54
SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	3,07	4,28	11,19	4,03	5,39	5,97
INST.NAC. DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	-	9,09	-	4,58	-	6,09
Ministério da Justiça						
MINISTERIO DA JUSTICA	8,31	10,85	6,53	5,84	5,38	7,37
FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	-	10,71	2,88	-	-	5,49
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	36,56	39,15	20,08	-	-	32,65
Ministério de Minas e Energia						
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	10,98	18,36	23,34	10,71	18,97	16,95
AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	25,00	15,91	22,45	-	11,76	20,09
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	-	39,84	-	-	-	39,84
Ministério da Saúde						
MINISTERIO DA SAUDE	-	7,06	6,07	4,62	6,40	6,09
FUNDACAO OSWALDO CRUZ	-	-	-	8,20	-	8,20
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	-	5,18	1,07	1,35	1,42	1,44
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	-	14,32	-	-	-	14,32
Ministério do Trabalho e Emprego						

Órgão Concedente	2008	2009	2010	2011	2012	Total
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	6,28	5,77	7,23	5,06	2,66	6,10
Ministério dos Transportes						
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES						
DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	-	10,00	10,00	-	-	10,00
Ministério das Comunicações						
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	-	-	2,65	-	32,03	7,55
Ministério da Cultura						
MINISTERIO DA CULTURA	17,84	18,70	19,37	11,45	-	18,79
AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	-	-	8,09	-	-	8,09
FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	-	23,01	-	-	52,11	41,20
FUNDACAO CULTURAL PALMARES	17,50	5,98	8,69	-	7,39	8,54
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	20,72	18,28	13,60	19,28	7,59	16,25
FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	20,00	19,73	20,01	-	-	19,89
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	-	-	14,80	-	18,30	17,03
Ministério do Meio Ambiente						
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	15,52	8,93	10,52	21,71	-	12,15
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	-	-	8,43	15,57	8,50	9,48
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	-	-	-	7,89	-	7,89
FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	-	-	-	7,34	-	7,34
Ministério do Desenvolvimento Agrário						
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	9,26	7,13	5,69	6,64	7,13	6,84
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	4,62	5,33	5,33	1,63	2,61	4,38
Ministério do Esporte						
MINISTERIO DO ESPORTE	9,36	11,81	10,39	6,09	3,86	9,44
Ministério da Defesa						
MINISTERIO DA DEFESA	13,33	-	-	-	-	13,33
COMANDO DA AERONAUTICA						
COMANDO DO EXERCITO	-	-	5,35	-	-	5,35
Ministério da Integração Nacional						
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	3,50	6,22	4,00	-	-	4,04
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DA AMAZONIA	-	20,00	2,00	-	5,00	11,75
COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	3,23	8,29	5,27	1,78	-	5,95
DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	-	5,00	-	5,98	-	5,65
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	-	4,00	4,01	-	-	4,00
Ministério do Turismo						
MINISTERIO DO TURISMO	11,65	10,09	9,16	10,00	-	9,99
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	10,12	10,00	9,99	10,00	10,00	10,02
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome						
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	6,90	5,67	5,82	-	0,51	4,06
Ministério das Cidades						
MINISTERIO DAS CIDADES	-	8,86	2,71	2,20	1,00	4,19
FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	22,50	-	-	-	-	22,50
Ministério da Pesca e Aquicultura						
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	11,69	10,50	7,40	9,44	7,61	9,91
Total	11,69	10,59	8,56	6,32	8,20	9,40

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.56 Tabela D.2 - Evolução das Parcerias: Quantidade e Valor Histórico (Total e Médio em R\$ mil) das Despesas por Elemento de Despesa - 2008-2012

Elementos de Despesa	2008			2009			2010			2011			2012		
	Qtde	Valor Total	Valor Médio	Qtde.	Valor Total	Valor Médio	Qtde.	Valor Total	Valor Médio	Qtde.	Valor Total	Valor Médio	Qtde.	Valor Total	Valor Médio
Pessoal e Encargos Sociais	70	13.162,1	188,0	151	30.735,5	203,5	138	52.445,0	380,0	39	32.255,4	827,1	57	17.314,5	303,8
Aposentadorias e Pensões	3	2,0	0,7	19	2.055,4	108,2	6	413,9	69,0	6	683,1	113,9	5	88,3	17,7
Vencimentos e Salários	20	4.875,1	243,8	45	9.372,8	208,3	79	42.528,7	538,3	26	16.908,4	650,3	19	7.583,5	399,1
Contratação por Tempo Determinado	20	5.782,4	289,1	45	9.866,6	219,3	23	3.857,9	167,7	3	46,9	15,6	4	243,5	60,9
Obrigações Patronais	30	2.502,5	83,4	67	9.440,8	140,9	58	5.644,5	97,3	19	14.617,0	769,3	39	9.399,1	241,0
Custeio Administrativo	625	171.806,9	274,9	1.517	422.474,7	278,5	1.601	384.243,9	240,0	575	191.296,8	332,7	545	261.021,9	478,9
Auxílios a Pessoas Físicas	21	266,2	12,7	20	763,4	38,2	4	87,0	21,8	19	15.963,0	840,2	3	399,7	133,2
Auxílios a Estudantes e Pesquisadores	19	11.181,8	588,5	54	27.912,2	516,9	39	32.214,2	826,0	26	27.162,2	1.044,7	51	48.012,0	941,4
Diárias	192	9.448,6	49,2	342	24.964,6	73,0	377	24.660,6	65,4	148	11.147,4	75,3	194	24.305,7	125,3
Passagens e Despesas com Locomoção	306	29.146,8	95,3	644	48.892,2	75,9	834	73.401,7	88,0	287	34.248,0	119,3	350	92.202,1	263,4
Premiações	4	148,3	37,1	39	8.678,6	222,5	90	12.603,2	140,0	8	748,2	93,5	8	3.518,1	439,8
Outras Despesas Administrativas	182	52.600,6	289,0	359	189.343,2	527,4	90	57.797,3	642,2	4	3.236,3	809,1	38	10.201,8	268,5
Material de Consumo	418	54.724,6	130,9	999	113.099,1	113,2	1.086	175.154,2	161,3	454	96.397,3	212,3	366	82.146,8	224,4
Material de Distribuição Gratuita	74	14.289,9	193,1	148	8.821,4	59,6	198	8.325,8	42,0	34	2.394,4	70,4	15	235,7	15,7
Serviços Prestados por Terceiros	662	461.857,8	697,7	1.696	1.012.817,0	597,2	1.999	1.144.791,7	572,7	669	1.461.739,7	2.185,0	618	908.634,2	1.470,3
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	395	121.589,2	307,8	875	379.539,3	433,8	1.103	349.137,3	316,5	388	1.144.487,3	2.949,7	444	437.624,1	985,6
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	614	325.210,6	529,7	1.614	576.094,6	356,9	1.865	749.785,7	402,0	600	300.950,0	501,6	572	438.704,4	767,0
Locação de Mão de Obra	23	1.231,5	53,5	56	4.152,0	74,1	125	6.523,2	52,2	45	6.903,7	153,4	34	16.535,2	486,3
Serviços de Consultoria	71	13.826,4	194,7	175	53.031,1	303,0	223	39.345,5	176,4	59	9.398,7	159,3	86	15.770,6	183,4

Elementos de Despesa	2008			2009			2010			2011			2012		
	Qtde	Valor Total	Valor Médio	Qtde.	Valor Total	Valor Médio	Qtde.	Valor Total	Valor Médio	Qtde.	Valor Total	Valor Médio	Qtde.	Valor Total	Valor Médio
Tributos	65	9.393,7	144,5	151	10.426,6	69,1	338	35.114,0	103,9	150	18.286,2	121,9	149	49.343,8	331,2
Obrigações Tributária e Contributivas	65	9.393,7	144,5	151	10.426,6	69,1	338	35.114,0	103,9	150	18.286,2	121,9	149	49.343,8	331,2
Equipamentos, Imóveis e Obras	131	21.359,7	163,1	793	312.023,9	393,5	1.144	487.046,1	425,7	807	424.750,6	526,3	625	690.754,4	1.105,2
Equipamentos e Material Permanente	122	16.757,3	137,4	680	234.879,7	345,4	966	212.611,5	220,1	750	390.235,8	520,3	591	382.910,6	647,9
Aquisição de Imóveis, Obras e Instalações	11	3.849,1	349,9	94	71.626,6	762,0	157	264.695,2	1.686,0	53	32.792,4	618,7	37	307.115,1	8.300,4
Arrendamento Mercantil	12	753,3	62,8	52	5.517,7	106,1	91	9.739,4	107,0	19	1.722,4	90,7	7	728,7	104,1
Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	109	31.922,1	292,9	197	41.366,9	210,0	38	14.373,6	378,3	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Empréstimos, Financiamentos e Encargos	21	4.649,1	221,4	33	7.096,4	215,0	6	3.005,7	500,9	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Outras Inversões Financeiras	98	27.128,6	276,8	171	34.270,5	200,4	31	10.967,9	353,8	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Reserva de Contingência	1	144,5	144,5	0	0,0	0,0	1	400,0	400,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0

Fonte: SICONV. Elaboração: FGV.

Seção 2.57 Tabela D.3 - Distribuição das Despesas por Categoria: Montantes Totais (em R\$ mil) por Órgão Concedente, 2008-2012

Órgão Concedente	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio Administrativo	Serviços Prestados por Terceiros	Tributos	Equipamentos, Imóveis e Obras	Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	Total
Presidência da República							
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	17.000,1	3.161,1	8.762,8	4,2	134,2	203,2	29.265,6
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	2.188,2	31.473,0	125.541,7	6.086,7	846,2	2.361,2	168.497,0
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	1.111,5	8.027,1	33.950,7	159,5	340,1	438,8	44.027,7

Órgão Concedente	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio Administrativo	Serviços Prestados por Terceiros	Tributos	Equipamentos, Imóveis e Obras	Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	Total
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	490,9	4.201,2	21.074,0	169,9	268,9	1.200,1	27.404,9
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	1.052,6	72,6	3.934,8	0,0	0,0	0,0	5.060,0
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	20,0	91,6	8.427,5	0,0	99,9	517,0	9.155,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	530,5	465,6	3.141,7	0,0	0,0	0,0	4.137,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	427,4	9.499,8	46.988,0	0,0	408,9	1.510,6	58.834,8
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	1.347,2	11.185,9	2.300,6	0,0	0,0	0,0	14.833,7
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	737,7	8.324,2	76.002,1	180,6	28.800,8	7,7	114.053,1
COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	0,0	0,0	15,0	0,0	0,0	0,0	15,0
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	2.443,9	21.360,7	100.113,1	0,0	57.701,5	0,0	181.619,2
CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO	1.401,4	38.607,9	82.533,8	0,0	51.574,8	5.100,7	179.218,5
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS/MCT	0,0	373,8	157,8	0,0	5,0	0,0	536,6
Ministério da Educação							
MINISTERIO DA EDUCACAO	0,0	426,8	1.534,4	0,0	50,6	0,0	2.011,8
INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	20,1	135,2	1.562,8	30,4	117,7	0,0	1.866,2
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	0,0	1.470,8	562,7	27,5	72,0	0,0	2.133,0
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	0,0	2.434,6	0,0	0,0	0,0	0,0	2.434,6
UNIVERSIDADES FEDERAIS	18.220,8	221.688,6	423.134,4	17.096,0	84.622,2	2.683,8	767.445,8
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCACAO	0,0	1.182,9	52.395,9	2.372,4	304,9	0,0	56.256,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior							
MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	1.812,9	7.776,6	92.489,3	0,0	248,5	11,5	102.338,9
SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	0,0	1.760,6	16.342,8	3,9	8.154,9	0,0	26.262,3
INST.NAC. DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	5.337,9	1.851,5	10.354,5	2.741,5	16,0	0,0	20.301,4
Ministério da Justiça							

Órgão Concedente	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio Administrativo	Serviços Prestados por Terceiros	Tributos	Equipamentos, Imóveis e Obras	Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	Total
MINISTERIO DA JUSTICA	3.198,0	5.523,1	29.621,3	1.621,4	394,8	0,0	40.358,7
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO	0,0	92,8	126,9	0,0	1.160,0	0,0	1.379,8
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	11.086,8	7.853,8	33.161,5	3.563,8	18.256,3	141,0	74.063,1
Ministério de Minas e Energia							
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	1.722,0	791,1	12.077,2	0,0	53.772,9	0,0	68.363,3
AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	92,4	1.405,5	569,6	11,4	45,1	40,0	2.163,9
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL	0,0	6,3	142,1	0,0	0,0	7,1	155,4
Ministério da Saúde							
MINISTERIO DA SAUDE	830,8	245.862,5	1.338.305,7	186,0	935.217,8	1.569,9	2.521.972,8
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	15,8	3.570,6	4.167,9	413,9	265,5	0,0	8.433,8
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE	1.378,2	13.350,6	216.752,3	588,9	35.638,4	0,0	267.708,5
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	0,0	142,4	556,0	0,0	0,0	0,0	698,4
Ministério do Trabalho e Emprego							
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	2.557,7	70.094,5	467.994,6	7.835,8	4.221,9	657,7	553.362,3
Ministério dos Transportes							
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	40,6	94,1	913,2	89,2	0,0	0,0	1.137,0
DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	0,0	0,0	11.529,7	4.011,1	0,0	2.453,8	17.994,6
Ministério das Comunicações							
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	6.484,9	4.241,0	5.364,5	2.323,8	648,3	0,0	19.062,5
Ministério da Cultura							
MINISTERIO DA CULTURA	13.220,1	60.269,3	257.770,0	2.590,6	27.165,6	7.834,5	368.850,0
AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	0,0	0,0	272,0	0,0	0,0	0,0	272,0
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	807,9	5.431,1	14.325,0	210,1	1.052,4	0,0	21.826,4
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	6,3	2.847,1	15.522,0	273,0	349,0	181,5	19.178,9
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	13,3	3.505,7	13.940,4	877,6	6.747,4	0,0	25.084,4
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES	116,8	1.262,5	9.678,3	36,1	0,0	905,2	11.998,8

Órgão Concedente	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio Administrativo	Serviços Prestados por Terceiros	Tributos	Equipamentos, Imóveis e Obras	Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	Total
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	0,0	144,0	2.921,7	5,9	50,4	0,0	3.122,1
Ministério do Meio Ambiente							
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	0,0	2.254,4	3.827,4	0,0	11.808,9	0,0	17.890,7
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	0,0	621,9	1.378,7	11,6	172,6	0,0	2.184,7
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	0,0	216,4	3.729,4	0,0	124,2	0,0	4.070,1
FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	0,0	1.801,7	4.893,2	62,2	1.278,9	0,0	8.036,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário							
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	5.349,8	211.659,3	139.314,1	5.402,5	630,3	765,8	363.121,8
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	11.976,8	81.185,7	77.177,0	11.233,8	8.437,0	833,5	190.843,9
Ministério do Esporte							
MINISTERIO DO ESPORTE	13.705,3	178.787,2	337.728,6	13.539,0	67.400,0	16.648,0	627.808,2
Ministério da Defesa							
MINISTERIO DA DEFESA	0,0	900,0	2.100,0	0,0	0,0	0,0	3.000,0
COMANDO DA AERONAUTICA	0,0	6.123,3	151.350,7	13.559,6	0,0	0,0	171.033,6
COMANDO DO EXERCITO	3.419,7	131,6	743,7	0,0	5,0	0,0	4.300,0
Ministério da Integração Nacional							
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	0,0	485,8	313,8	0,0	236,7	0,0	1.036,2
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DA AMAZONIA	0,0	300,0	294,0	0,0	342,8	0,0	936,8
COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	0,0	1.304,5	2.351,8	7,5	4.825,6	0,0	8.489,4
DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	0,0	0,0	558,0	0,0	1.520,0	0,0	2.078,0
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	0,0	253,8	552,0	11,4	0,0	0,0	817,1
Ministério do Turismo							
MINISTERIO DO TURISMO	2.664,8	47.168,7	507.505,1	179,8	572,9	35.358,4	593.449,7
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	0,0	5.755,1	19.915,1	224,8	0,0	144,1	26.039,1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome							
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	1.145,5	44.111,0	94.169,0	21.853,7	394.232,9	0,0	555.512,1

Órgão Concedente	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio Administrativo	Serviços Prestados por Terceiros	Tributos	Equipamentos, Imóveis e Obras	Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	Total
Ministério das Cidades							
MINISTERIO DAS CIDADES	5.962,8	12.038,5	29.254,8	334,7	112.588,0	4.854,0	165.032,8
FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	0,0	2.469,1	0,0	0,0	0,0	0,0	2.469,1
Ministério da Pesca e Aquicultura							
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	5.973,1	31.215,9	65.651,7	2.632,9	13.006,1	1.233,3	119.713,0
Total	145.912,5	1.430.844,1	4.989.840,3	122.564,3	1.935.934,8	87.662,6	8.712.758,6

**Seção 2.58 Tabela D.4 - Distribuição das Despesas por Categoria: Quantidade de Parcerias e Valores Médios (R\$ mil)
por Órgão Concedente, 2008-2012**

Órgão Concedente	Pessoal e Encargos Sociais		Custeio Administrativo		Serviços Prestados por Terceiros		Tributos		Equipamentos, Imóveis e Obras		Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	
	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio
Presidência da República												
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	4	4.250,0	13	243,2	14	625,9	1	4,2	3	44,7	4	50,8
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	33	66,3	279	112,8	282	445,2	117	52,0	48	17,6	20	118,1
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	19	58,5	138	58,2	160	212,2	9	17,7	17	20,0	4	109,7
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	6	81,8	84	50,0	100	210,7	15	11,3	14	19,2	8	150,0
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	2	526,3	3	24,2	17	231,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	1	20,0	5	18,3	10	842,7	0	0,0	4	25,0	1	517,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	2	265,3	7	66,5	10	314,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	10	42,7	174	54,6	316	148,7	0	0,0	11	37,2	4	377,7
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	4	336,8	4	2.796,5	4	575,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	6	123,0	115	72,4	154	493,5	4	45,1	109	264,2	2	3,9
COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	0	0,0	0	0,0	1	15,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	1	2.443,9	9	2.373,4	9	11.123,7	0	0,0	7	8.243,1	0	0,0
CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO	9	155,7	36	1.072,4	37	2.230,6	0	0,0	29	1.778,4	2	2.550,4
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS/MCT	0	0,0	2	186,9	2	78,9	0	0,0	1	5,0	0	0,0
Ministério da Educação		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
MINISTERIO DA EDUCACAO	0	0,0	2	213,4	4	383,6	0	0,0	1	50,6	0	0,0
INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	1	20,1	4	33,8	4	390,7	1	30,4	4	29,4	0	0,0
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	0	0,0	3	490,3	3	187,6	1	27,5	2	36,0	0	0,0

Órgão Concedente	Pessoal e Encargos Sociais		Custeio Administrativo		Serviços Prestados por Terceiros		Tributos		Equipamentos, Imóveis e Obras		Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	
	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	0	0,0	1	2.434,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
UNIVERSIDADES FEDERAIS	22	828,2	231	959,7	380	1.113,5	67	255,2	83	1.019,5	2	1.341,9
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCACAO	0	0,0	2	591,4	3	17.465,3	2	1.186,2	2	152,4	0	0,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	7	259,0	36	216,0	56	1.651,6	0	0,0	3	82,8	1	11,5
SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	0	0,0	8	220,1	11	1.485,7	1	3,9	8	1.019,4	0	0,0
INST.NAC. DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	2	2.668,9	3	617,2	3	3.451,5	1	2.741,5	1	16,0	0	0,0
Ministério da Justiça		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DA JUSTICA	18	177,7	99	55,8	121	244,8	64	25,3	13	30,4	0	0,0
FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	0	0,0	2	46,4	2	63,5	0	0,0	2	580,0	0	0,0
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	11	1.007,9	57	137,8	53	625,7	9	396,0	26	702,2	4	35,2
Ministério de Minas e Energia		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	3	574,0	12	65,9	22	549,0	0	0,0	7	7.681,8	0	0,0
AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	2	46,2	3	468,5	9	63,3	1	11,4	1	45,1	1	40,0
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	0	0,0	1	6,3	1	142,1	0	0,0	0	0,0	1	7,1
Ministério da Saúde		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DA SAUDE	6	138,5	951	258,5	411	3.256,2	18	10,3	2.248	416,0	11	142,7
FUNDACAO OSWALDO CRUZ	1	15,8	12	297,6	11	378,9	5	82,8	4	66,4	0	0,0
FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	2	689,1	61	218,9	77	2.815,0	6	98,2	180	198,0	0	0,0
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	0	0,0	1	142,4	1	556,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ministério do Trabalho e Emprego		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	12	213,1	316	221,8	325	1.440,0	79	99,2	25	168,9	5	131,5
Ministério dos Transportes		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	1	40,6	2	47,1	2	456,6	2	44,6	0	0,0	0	0,0
DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	0	0,0	0	0,0	1	11.529,7	1	4.011,1	0	0,0	1	2.453,8
Ministério das Comunicações		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0

Órgão Concedente	Pessoal e Encargos Sociais		Custeio Administrativo		Serviços Prestados por Terceiros		Tributos		Equipamentos, Imóveis e Obras		Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	
	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	15	432,3	17	249,5	17	315,6	11	211,3	4	162,1	0	0,0
Ministério da Cultura		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DA CULTURA	89	148,5	496	121,5	711	362,5	76	34,1	134	202,7	54	145,1
AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	0	0,0	0	0,0	1	272,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	4	202,0	22	246,9	29	494,0	6	35,0	3	350,8	0	0,0
FUNDACAO CULTURAL PALMARES	1	6,3	43	66,2	54	287,4	18	15,2	9	38,8	3	60,5
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	1	13,3	72	48,7	86	162,1	49	17,9	37	182,4	0	0,0
FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	4	29,2	31	40,7	89	108,7	7	5,2	0	0,0	12	75,4
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	0	0,0	9	16,0	11	265,6	1	5,9	3	16,8	0	0,0
Ministério do Meio Ambiente		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	0	0,0	12	187,9	16	239,2	0	0,0	6	1.968,2	0	0,0
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	0	0,0	7	88,8	7	197,0	1	11,6	3	57,5	0	0,0
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	0	0,0	1	216,4	1	3.729,4	0	0,0	1	124,2	0	0,0
FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	0	0,0	7	257,4	7	699,0	2	31,1	3	426,3	0	0,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	26	205,8	470	450,3	264	527,7	69	78,3	29	21,7	7	109,4
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	11	1.088,8	70	1.159,8	66	1.169,3	36	312,1	14	602,6	3	277,8
Ministério do Esporte		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DO ESPORTE	60	228,4	443	403,6	426	792,8	109	124,2	175	385,1	72	231,2
Ministério da Defesa		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DA DEFESA	0	0,0	1	900,0	1	2.100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
COMANDO DA AERONAUTICA	0	0,0	1	6.123,3	2	75.675,3	1	13.559,6	0	0,0	0	0,0
COMANDO DO EXERCITO	1	3.419,7	1	131,6	1	743,7	0	0,0	1	5,0	0	0,0
Ministério da Integração Nacional		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	0	0,0	6	81,0	3	104,6	0	0,0	2	118,3	0	0,0
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DA AMAZONIA	0	0,0	3	100,0	3	98,0	0	0,0	2	171,4	0	0,0

Órgão Concedente	Pessoal e Encargos Sociais		Custeio Administrativo		Serviços Prestados por Terceiros		Tributos		Equipamentos, Imóveis e Obras		Empréstimos e Outras Inversões Financeiras	
	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio	Qtde.	Valor Médio
COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	0	0,0	6	217,4	9	261,3	3	2,5	6	804,3	0	0,0
DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	0	0,0	0	0,0	2	279,0	0	0,0	3	506,7	0	0,0
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	0	0,0	4	63,4	3	184,0	1	11,4	0	0,0	0	0,0
Ministério do Turismo		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DO TURISMO	20	133,2	247	191,0	869	584,0	6	30,0	12	47,7	103	343,3
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	0	0,0	19	302,9	44	452,6	1	224,8	0	0,0	4	36,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	4	286,4	34	1.297,4	37	2.545,1	17	1.285,5	23	17.140,6	0	0,0
Ministério das Cidades		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTERIO DAS CIDADES	3	1.987,6	15	802,6	131	223,3	3	111,6	77	1.462,2	4	1.213,5
FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	0	0,0	1	2.469,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ministério da Pesca e Aquicultura		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	31	192,7	149	209,5	138	475,7	32	82,3	100	130,1	11	112,1
Total	455	320,7	4.863	294,2	5.644	884,1	853	143,7	3.500	553,1	344	254,8

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV

**Seção 2.59 Tabela E.1 - Vigência das Parcerias por Faixa de Tempo:
Evolução da Quantidade de Parcerias por Modalidade, 2008-2012**

Modalidade	Faixa de Tempo	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Convênio	até 6 meses	211	738	594	98	39	1.680
	entre 6 meses e 1 ano	154	255	353	109	758	1.629
	entre 1 ano e 2 anos	208	605	756	1.029	220	2.818
	entre 2 anos e 3 anos	120	335	985	104	56	1.600
	acima de 3 anos	119	478	92	17	9	715
	Total		812	2.411	2.780	1.357	1.082
Contrato de Repasse	até 6 meses	0	0	1	0	1	2
	entre 6 meses e 1 ano	0	6	12	4	46	68
	entre 1 ano e 2 anos	0	36	81	133	34	284
	entre 2 anos e 3 anos	0	70	195	35	20	320
	acima de 3 anos	0	146	81	5	8	240
	Total		0	258	370	177	109
Termo de Parceria	até 6 meses	4	0	2	0	0	6
	entre 6 meses e 1 ano	4	7	9	2	13	35
	entre 1 ano e 2 anos	4	16	15	5	1	41
	entre 2 anos e 3 anos	4	8	7	2	2	23
	acima de 3 anos	0	8	1	0	1	10
	Total		16	39	34	9	17

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.60 Tabela E.2 - Evolução das Parcerias: Prazo Médio de Vigência das Parcerias (em meses) por UF de origem do Proponente, 2008-2012

Unidade da Federação	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Rondônia	20,8	20,3	14,9	8,2	25,3	16,3
Acre	38,6	27,7	21,3	19,9	11,5	24,4
Amazonas	34,0	30,5	24,7	21,4	17,5	26,6
Roraima	22,0	36,6	17,4	34,3	10,8	24,2
Pará	26,7	23,1	20,2	16,3	12,0	21,0
Amapá	10,5	11,1	23,8	23,9	0,0	17,3
Tocantins	29,5	30,0	22,9	16,7	18,1	23,6
Maranhão	34,9	19,4	19,2	18,0	13,1	23,0
Piauí	15,4	25,1	27,9	17,9	12,0	23,0
Ceará	20,0	18,8	18,4	19,4	14,2	18,4
Rio Grande do Norte	31,4	27,2	22,6	17,2	12,8	23,2
Paraíba	19,7	24,7	23,4	23,0	12,8	22,7
Pernambuco	17,1	25,6	22,3	21,9	13,8	22,3
Alagoas	19,3	15,1	16,1	20,8	12,9	15,9

Sergipe	15,5	16,0	16,5	22,5	13,9	16,7
Bahia	22,0	23,9	21,8	20,8	14,4	21,2
Minas Gerais	18,4	23,6	21,5	22,1	12,9	20,4
Espírito Santo	17,8	25,6	26,7	23,0	11,9	22,8
Rio de Janeiro	13,6	19,5	18,1	17,6	14,7	17,5
São Paulo	18,6	23,4	23,9	21,6	14,5	21,8
Paraná	20,0	27,4	25,7	22,1	16,0	23,3
Santa Catarina	28,9	24,6	22,6	20,5	13,5	22,1
Rio Grande do Sul	21,2	27,0	23,3	22,0	16,6	22,5
Mato Grosso do Sul	18,3	16,3	17,6	22,6	16,9	18,3
Mato Grosso	18,8	20,3	21,9	16,9	20,3	20,5
Goiás	16,0	15,7	24,4	19,9	14,7	18,8
Distrito Federal	14,0	13,1	12,1	16,3	15,6	13,2
Total	19,0	21,9	21,3	21,1	14,7	20,4

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

**Seção 2.61 Tabela E.3 - Vigência das Parcerias por Faixa de Tempo:
Quantidade de Parcerias por Órgão Concedente e Tempo Médio de
Vigência (2008-2012)**

Órgão Concedente	até 6 meses	entre 6 meses e 1 ano	entre 1 ano e 2 anos	entre 2 anos e 3 anos	acima de 3 anos	Total	Tempo médio de vigência da parceria (em meses)
Presidência da República							
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	4	6	6	2	0	18	12,6
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	22	77	162	32	2	295	16,8
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	10	54	83	15	2	164	16,0
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	43	29	33	0	0	105	9,1
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	0	0	14	3	0	17	22,1
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	0	2	4	3	1	10	20,6
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão							
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	0	3	4	3	0	10	19,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento							
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	212	59	51	14	3	339	8,0
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	0	0	1	2	1	4	30,3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação							
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	37	37	79	60	3	216	18,2
COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	1	0	0	0	0	1	1,5
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	1	0	3	2	3	9	34,2
CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO	3	3	0	2	34	42	50,3
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS/MCT	0	1	1	0	0	2	15,2
Ministério da Educação							
MINISTERIO DA EDUCACAO	1	1	2	1	0	5	15,9
INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	0	0	1	3	0	4	26,6

Órgão Concedente	até 6 meses	entre 6 meses e 1 ano	entre 1 ano e 2 anos	entre 2 anos e 3 anos	acima de 3 anos	Total	Tempo médio de vigência da parceria (em meses)
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	0	0	0	3	0	3	27,6
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	0	0	1	0	0	1	13,0
UNIVERSIDADES FEDERAIS	15	99	201	67	28	410	20,3
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCACAO	0	1	0	2	1	4	31,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior							
MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	2	16	22	15	5	60	20,9
SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	0	2	3	2	5	12	32,6
INST.NAC. DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	0	0	0	1	2	3	39,0
Ministério da Justiça							
MINISTERIO DA JUSTICA	4	45	62	10	0	121	15,6
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO	1	1	1	0	0	3	9,8
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	4	8	34	14	3	63	21,0
Ministério de Minas e Energia							
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	5	3	7	6	1	22	18,5
AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	7	1	0	0	2	10	21,7
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	0	1	0	0	0	1	6,4
Ministério da Saúde							
MINISTERIO DA SAUDE	2	623	1.220	1.040	426	3.311	26,8
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	0	3	2	5	2	12	24,4
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE	1	7	95	104	5	212	28,4
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	0	0	1	0	0	1	20,9
Ministério do Trabalho e Emprego							
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	0	21	164	110	31	326	25,3
Ministério dos Transportes							
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	1	0	1	0	0	2	12,7
DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	0	0	1	1	0	2	24,9
Ministério das Comunicações							
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	0	6	7	4	0	17	17,5
Ministério da Cultura							
MINISTERIO DA CULTURA	311	207	155	64	48	785	12,3
AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	1	0	0	0	0	1	5,9
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	8	14	5	3	1	31	11,9
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	27	18	8	1	0	54	7,7
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	3	30	45	8	0	86	15,3
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES	95	5	0	0	0	100	2,6
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	0	8	2	1	0	11	15,2
Ministério do Meio Ambiente							
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	5	7	3	2	0	17	11,9
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	0	3	4	0	0	7	15,7
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	0	0	0	1	0	1	36,0
FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	0	1	5	1	0	7	20,5
Ministério do Desenvolvimento Agrário							
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	3	55	64	156	228	506	33,3
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	2	10	15	19	30	76	30,9
Ministério do Esporte							

Órgão Concedente	até 6 meses	entre 6 meses e 1 ano	entre 1 ano e 2 anos	entre 2 anos e 3 anos	acima de 3 anos	Total	Tempo médio de vigência da parceria (em meses)
MINISTERIO DO ESPORTE	148	67	244	38	11	508	13,4
Ministério da Defesa							
MINISTERIO DA DEFESA	0	0	0	1	0	1	36,0
COMANDO DA AERONAUTICA	0	0	1	0	1	2	27,5
COMANDO DO EXERCITO	0	0	0	1	0	1	26,8
Ministério da Integração Nacional							
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	0	1	2	2	1	6	25,8
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DA AMAZONIA	0	2	1	1	0	4	16,3
COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	2	5	5	1	1	14	16,0
DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	0	3	0	1	0	4	16,9
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	0	0	3	0	1	4	23,1
Ministério do Turismo							
MINISTERIO DO TURISMO	651	136	169	24	8	988	7,6
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	36	12	4	0	0	52	5,1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome							
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	0	20	13	3	1	37	15,2
Ministério das Cidades							
MINISTERIO DAS CIDADES	4	5	72	39	40	160	27,5
FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	1	0	0	0	0	1	6,0
Ministério da Pesca e Aquicultura							
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	15	14	57	50	34	170	24,6
Total	1.688	1.732	3.143	1.943	965	9.471	20,4

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.62 Tabela E.4 - Evolução das Parcerias: Prazo Médio de Vigência das Parcerias (em meses) por Órgão Concedente, 2008-2012

Órgão Concedente	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Presidência da República						
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	13,0	6,3	16,7	17,5	0,0	12,6
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	15,2	18,1	17,0	18,1	14,2	16,8
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	0,0	16,9	16,7	14,6	14,9	16,0
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROM. DA IGUALDADE RACIAL	6,9	8,2	10,1	7,1	10,2	9,1
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	0,0	22,0	22,8	0,0	0,0	22,1
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	0,0	25,8	19,3	0,0	0,0	20,6
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	25,4	12,0	0,0	15,1	0,0	19,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	15,0	6,2	8,7	4,3	9,1	8,0
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	0,0	48,3	24,2	0,0	0,0	30,3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação						
MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO	20,1	15,9	19,6	14,4	16,3	18,2
COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	1,5

Órgão Concedente	2008	2009	2010	2011	2012	Total
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	0,0	51,7	32,8	18,0	29,3	34,2
CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO	53,5	56,9	59,0	45,2	15,1	50,3
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS/MCT	12,0	0,0	18,4	0,0	0,0	15,2
Ministério da Educação						
MINISTERIO DA EDUCACAO	15,9	0,0	0,0	0,0	0,0	15,9
INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	0,0	0,0	26,6	0,0	0,0	26,6
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	0,0	0,0	0,0	0,0	27,6	27,6
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	0,0	0,0	0,0	0,0	13,0	13,0
UNIVERSIDADES FEDERAIS	24,1	23,1	23,1	21,5	17,6	20,3
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCACAO	60,0	0,0	28,6	18,1	0,0	31,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior						
MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	21,7	27,9	14,3	17,0	19,5	20,9
SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	26,6	44,4	25,7	23,7	29,9	32,6
INST.NAC. DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	0,0	39,0	0,0	39,0	0,0	39,0
Ministério da Justiça						
MINISTERIO DA JUSTICA	18,0	18,1	15,8	15,5	13,0	15,6
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO	0,0	4,0	12,7	0,0	0,0	9,8
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	34,8	18,3	21,6	16,3	0,0	21,0
Ministério de Minas e Energia						
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	21,7	18,6	2,7	0,4	28,3	18,5
AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	6,5	48,0	20,6	0,0	4,8	21,7
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL	0,0	6,4	0,0	0,0	0,0	6,4
Ministério da Saúde						
MINISTERIO DA SAUDE	0,0	38,2	31,1	23,1	13,6	26,8
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	0,0	0,0	31,0	26,3	10,8	24,4
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE	0,0	29,0	29,5	26,4	23,7	28,4
AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	0,0	20,9	0,0	0,0	0,0	20,9
Ministério do Trabalho e Emprego						
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	27,7	23,2	22,5	35,6	30,3	25,3
Ministério dos Transportes						
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	0,0	0,0	0,0	20,5	4,9	12,7
DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	0,0	25,7	24,0	0,0	0,0	24,9
Ministério das Comunicações						
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	0,0	0,0	19,4	13,3	24,0	17,5
Ministério da Cultura						
MINISTERIO DA CULTURA	11,2	10,8	13,5	31,6	0,0	12,3
AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	0,0	0,0	5,9	0,0	0,0	5,9
FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL	0,0	14,9	1,6	14,9	12,1	11,9
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	5,4	7,3	7,6	0,0	12,5	7,7
INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	17,6	14,3	18,0	17,6	11,5	15,3
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES	1,4	2,6	3,2	0,0	0,0	2,6
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	0,0	0,0	20,9	0,0	12,0	15,2
Ministério do Meio Ambiente						
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	11,1	17,0	7,6	12,2	12,0	11,9
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	0,0	0,0	18,7	18,0	12,0	15,7
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	0,0	0,0	0,0	36,0	0,0	36,0
FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	0,0	0,0	0,0	20,5	0,0	20,5
Ministério do Desenvolvimento Agrário						
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	43,3	36,5	31,5	18,3	10,9	33,3

Órgão Concedente	2008	2009	2010	2011	2012	Total
INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	36,8	23,1	23,4	29,3	43,5	30,9
Ministério do Esporte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
MINISTERIO DO ESPORTE	14,2	15,0	12,7	10,5	13,3	13,4
Ministério da Defesa						
MINISTERIO DA DEFESA	36,0	0,0	0,0	0,0	0,0	36,0
COMANDO DA AERONAUTICA	0,0	0,0	13,0	0,0	42,0	27,5
COMANDO DO EXERCITO	0,0	0,0	26,8	0,0	0,0	26,8
Ministério da Integração Nacional						
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	26,7	12,0	36,0	0,0	0,0	25,8
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DA AMAZONIA	0,0	21,0	11,4	0,0	12,0	16,3
COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	24,3	14,3	15,5	17,7	12,0	16,0
DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	0,0	22,1	0,0	11,8	0,0	16,9
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	0,0	27,5	18,7	0,0	0,0	23,1
Ministério do Turismo						
MINISTERIO DO TURISMO	9,6	6,6	7,9	1,8	0,0	7,6
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	9,2	2,7	5,8	2,2	2,5	5,1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome						
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	15,4	24,0	15,3	0,0	10,1	15,2
Ministério das Cidades						
MINISTERIO DAS CIDADES	0,0	33,9	29,2	20,3	18,1	27,5
FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	6,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0
Ministério da Pesca e Aquicultura						
MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	30,4	27,8	17,7	13,8	11,8	24,6
Total	19,0	21,9	21,3	21,1	14,7	20,4

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 2.63 Tabela F.1 - Características das Parcerias com Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Fora do Siconv (Portal da Transparência), 2008-2013, por Órgão Superior Concedente

Órgão Superior Concedente	2008		2009		2010		2011		2012		2013		Parcerias ainda não empenhadas		Total	
	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.
Senado Federal	673	2	250	1	709	2	200	1	566	2	0	0	0	1	2.398	9
Justiça Eleitoral	0	0	394	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	394	1
Presidência da República	25.161	147	68.178	94	77.666	43	30.011	17	29.133	11	4.772	3	0	23	234.922	338
COORD.GERAL REC. HUM./SG/AGU	0	0	0	0	0	0	501	1	0	0	0	0	0	0	501	1
SECR. ESP. DIR. HUMANOS REC. EXT	287	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	287	1
SECR. NACIONAL DE JUVENTUDE	0	0	21.305	1	0	0	0	0	7.015	1	0	0	0	0	28.320	2
FDO. NAC. P/ CRIANCA E O ADOLESC.	8.386	17	8.532	15	6.651	9	2.808	2	0	0	0	0	0	0	26.376	43
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	626	14	2.688	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3.313	17
SPCI/ODP/RECURSOS EXTERNOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43	1	0	0	43	1
SECRETARIA DE PORTOS/PR	0	0	0	0	0	0	1.400	1	0	0	0	0	0	0	1.400	1
AGENCIA NAC. DE AVIACAO CIVIL	0	0	0	0	42.975	2	0	0	0	0	0	0	0	0	42.975	2
INST. DE PESQ. ECON. APLICADA	30	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	1
EMPR. BRASIL DE COMUNICACAO S.A	0	0	1.647	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.647	3
COORD.GERAL PLAN. ORC./DGI/SE	0	0	1.744	2	8.566	1	0	0	8.739	2	0	0	0	0	19.050	5
SECR. DE DIREITOS HUMANOS/PR	8.686	63	20.694	22	14.973	15	25.303	13	13.277	6	4.729	2	0	2	87.662	123
SECR. ESP POLIT. P/ AS MULHERES	2.865	28	7.673	38	2.419	14	0	0	102	1	0	0	0	2	13.058	83
SECR. POLIT. PROM.IGUALD.RACIAL	4.282	23	3.896	11	2.082	2	0	0	0	0	0	0	0	18	10.260	54
INST. NAC. TECN. DA INFORM.- ITI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Ministério do Planej., Orçamento e Gestão	0	0	1.798	1	2.371	1	0	0	0	0	0	0	0	0	4.169	2
Ministério da Agric., Pecuária e Abast.	2.020	12	833	5	6.758	5	1.122	3	24.115	3	0	0	0	3	34.848	31
Ministério da Ciência, Tecn. e Inovação	147.942	170	454.059	374	479.885	337	510.029	348	904.202	493	291.472	130	0	114	2.787.588	1.966
Ministério da Fazenda	252	9	14.562	22	2.392	5	32.048	1	80.526	6	249	2	0	0	130.029	45
Ministério da Educação	113.707	141	114.032	218	170.977	162	284.345	64	268.990	130	246.313	25	0	38	1.198.364	778
Ministério do Desenv., Ind. e Com.	1.845	6	35.940	6	1.150	1	25.566	3	4.272	3	43.100	1	0	3	111.873	23

Órgão Superior Concedente	2008		2009		2010		2011		2012		2013		Parcerias ainda não empenhadas		Total	
	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.
Exterior																
Ministério da Justiça	8.092	30	22.743	25	25.028	28	98.690	12	8.852	9	0	0	0	3	163.406	107
Ministério de Minas e Energia	459	6	13.523	11	3.998	4	0	0	9.891	2	1.757	1	0	0	29.628	24
Ministério das Relações Exteriores	0	0	287	1	0	0	95	1	192	1	0	0	0	0	573	3
Ministério da Saúde	187.848	299	430.983	914	478.402	132	1.018.821	57	308.532	34	665.821	13	0	55	3.090.407	1.504
Ministério do Trabalho e Emprego	3.230	1	16.691	14	5.029	6	51.778	13	14.702	1	0	0	0	1	91.430	36
Ministério dos Transportes	1	1	123.237	2	6.567	4	2.420	2	17	1	1.182	2	0	0	133.424	12
Ministério das Comunicações	0	0	95.998	5	28.709	5	17.564	10	103.684	15	89.417	6	0	2	335.372	43
Ministério da Cultura	16.452	152	46.548	151	16.551	59	15.973	18	118.508	17	615	3	0	33	214.646	433
Ministério do Meio Ambiente	391	2	5.548	21	5.548	16	4.349	8	2.873	7	530	1	0	1	19.240	56
Ministério do Desenvolvimento Agrário	38.203	56	149.443	258	87.775	33	53.199	25	26.477	11	7.383	2	0	12	362.480	397
Ministério do Esporte	23.094	54	41.986	14	0	0	9.182	3	13.028	2	0	0	0	2	87.291	75
Ministério da Defesa	7.041	12	9.914	15	25.284	14	6.644	12	437.475	12	10.326	2	0	7	496.684	74
Ministério da Integração Regional	3.547	11	42.412	24	3.250	10	4.799	8	34.876	3	5.360	2	0	7	94.243	65
Ministério do Turismo	61.063	235	26.040	44	46.648	22	3.459	3	1	1	0	0	0	8	137.211	313
Ministério do Desenv. Social e Comb. Fome	8.352	2	35.553	3	5.809	1	1.764	1	0	0	0	0	0	2	51.478	9
Ministério das Cidades	0	0	1.291	9	667	5	0	0	192	2	0	0	0	0	2.150	16
Ministério da Pesca e Aquicultura	1.352	12	4.720	7	635	1	0	0	0	0	0	0	0	1	6.706	21
Total	650.725	1.360	1.756.964	2.240	1.481.807	896	2.172.056	610	2.391.108	766	1.368.297	193	0	316	9.820.955	6.381

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios e Portal da Transparência, com base nos dados fornecidos pelo SIAFI e SICONV.

Seção 2.64 Tabela F.2 - Características das Parcerias com Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Dentro do Siconv, 2008-2013, por Órgão Superior Concedente

Órgão Superior Concedente	2008		2009		2010		2011		2012		2013		Parcerias ainda não empenhadas		Total	
	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.
Presidência da República	19.698	63	52.010	151	82.793	201	45.071	86	50.989	104	0	0	0	4	250.560	609
SECR. ESP. DIR. HUMANOS REC. EXT	438	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	438	2
FDO. NAC. P/ CRIANCA E O ADOLESC	12.002	20	13.697	30	23.743	31	9.886	19	5.669	15	0	0	0	0	64.997	115
FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	78	1	387	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	465	3
SECR. ESPECIAL DE PORTOS/PR	0	0	519	2	1.779	1	0	0	15.968	1	0	0	0	0	18.266	4
SECR. ESP. DE PORTOS - OBRAS	0	0	0	0	1.280	1	1.280	1	0	0	0	0	0	0	2.560	2
SECRETARIA GERAL/PR	0	0	0	0	452	1	0	0	0	0	0	0	0	0	452	1
SECR. DE ARTIC. INSTITUCIONAL	0	0	2.622	10	2.133	4	1.932	3	0	0	0	0	0	0	6.686	17
INST. DE PESQ. ECON. APLICADA	300	1	300	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	600	2
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	0	0	350	1	2.929	6	140	1	4.613	2	0	0	0	0	8.032	10
PRES. DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	100	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	1
SECR. DOS DIREITOS HUMANOS	6.139	35	14.376	39	26.552	51	24.858	27	11.412	31	0	0	0	0	83.337	183
SECR. ESP. DE POLIT P/ MULHERES	0	0	8.004	37	13.971	61	5.400	23	11.478	43	0	0	0	0	38.852	164
SECR. ESP. PROM. IGUALD RACIAL	641	3	11.756	29	9.953	45	1.576	12	1.849	12	0	0	0	4	25.776	105
Ministério do Planej., Orçamento e Gestão	600	0	2.266	0	986	0	100	0	0	0	0	0	0	0	3.952	10
Ministério da Agric., Pecuária e Abast.	11.479	0	15.043	0	13.825	0	13.251	0	6.390	0	484	0	0	0	60.473	322
Ministério da Ciência, Tecn. e Inovação	56.084	0	49.800	0	113.403	0	32.082	0	112.243	0	0	0	0	27	363.613	264
Ministério da Educação	4.692	0	47.521	0	141.156	0	259.314	0	207.243	0	45.075	0	0	3	705.001	427
Ministério do Desenv., Ind. e Com. Exterior	7.722	0	60.016	0	10.358	0	15.751	0	25.435	0	0	0	0	1	119.282	75
Ministério da Justiça	5.195	0	4.121	0	75.722	0	34.727	0	16.787	0	0	0	0	2	136.551	185
Ministério de Minas e Energia	1.509	0	2.727	0	2.690	0	25	0	12.144	0	0	0	0	0	19.095	33
Ministério da Saúde	0	0	302.817	1	341.558	1	662.750	1	673.759	1	36.354	0	0	55	2.017.238	3.461
Ministério do Trabalho e Emprego	62.578	0	111.214	0	187.687	0	55.996	0	28.632	0	7.250	0	0	4	453.357	319
Ministério dos Transportes	0	0	2.208	0	11.997	0	0	0	1.137	0	0	0	0	0	15.343	4

Órgão Superior Concedente	2008		2009		2010		2011		2012		2013		Parcerias ainda não empenhadas		Total	
	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.	Vlr. Emp. (R\$ Mil)	Qtde. Parc.
Ministério das Comunicações	0	0	0	0	9.947	0	2.392	0	2.039	0	0	0	0	0	14.378	17
Ministério da Cultura	29.005	0	92.117	0	172.283	0	24.577	0	16.007	0	0	0	0	4	333.989	1.055
Ministério do Meio Ambiente	460	0	1.586	0	13.372	0	9.282	0	2.596	0	0	0	0	2	27.296	31
Ministério do Desenvolvimento Agrário	35.154	0	113.100	0	147.741	0	35.141	0	51.935	0	5.324	0	0	4	388.395	520
Ministério do Esporte	65.859	0	63.324	0	161.660	0	91.559	0	118.053	0	9.206	0	0	20	509.661	503
Ministério da Defesa	2.600	0	0	0	0	0	6.564	0	0	0	22.117	0	0	0	31.281	4
Ministério da Integração Regional	898	0	5.691	0	1.741	0	1.218	0	1.529	0	0	0	0	2	11.076	30
Ministério do Turismo	54.982	0	206.978	0	232.534	0	18.954	0	53	0	0	0	0	13	513.501	1.033
Ministério do Desenv. Social e Comb. Fome	579	0	200	0	66.281	0	122.768	0	302.449	0	0	0	0	3	492.278	37
Ministério das Cidades	0	0	14.402	0	14.735	0	17.380	0	4.602	0	0	0	0	35	51.119	143
Ministério da Pesca e Aquicultura	7.855	0	32.402	0	31.673	0	5.900	0	3.990	0	0	0	0	10	81.820	154
Total	366.950	1	1.179.545	2	1.834.142	3	1.454.802	2	1.638.012	1	125.809	0	0	189	6.599.260	9.236

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios e Portal da Transparência, com base nos dados fornecidos pelo SIAFI e SICONV.

Artigo III. Tabelas do Produto 8

Seção 3.01 Tabela 1.1.1 Características Gerais das Ações Orçamentárias: Evolução 2008 a 2012

Características das Ações Orçamentárias	Ano de disponibilização da Ação Orçamentária						Total
	2008	2009	2010	2011	2012	Não informado	
Total de ações disponibilizadas	258	855	522	278	352	7	2.272
Exige critério de seleção	75,2%	91,1%	79,3%	80,9%	79,3%	n.d.	83,2%
Exige chamamento público	28,7%	12,2%	17,2%	24,5%	32,1%	n.d.	19,8%
Requer bens e serviços	72,9%	8,8%	0,0%	0,0%	0,0%	n.d.	11,6%
Requer cronograma físico	85,7%	9,2%	0,0%	0,4%	0,0%	n.d.	13,2%
Aceita proponente sem cadastro	1,9%	0,2%	0,6%	0,0%	0,3%	n.d.	0,5%
Emenda parlamentar	0,8%	55,0%	20,5%	7,6%	8,0%	n.d.	27,6%

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: n.d.: não disponível.

Seção 3.02 Tabela 1.2.1 Quantidades e valor global das parcerias por natureza jurídica das proponentes, 2008-2012

Natureza Jurídica	Número de Entidades	% do Total	Quantidade de Parcerias	% do Total	Valor Global das Parcerias (R\$ mil)	% do Total
Organizações da Sociedade Civil	3.292	91,2%	8.979	94,8%	8.202.033,1	94,2%
Fundação Privada	304	8,4%	1.587	16,8%	2.047.622,9	23,5%
Fundação ou Assoc. Estrangeiras com sede no Brasil	1	0,0%	6	0,1%	1.091,6	0,0%
Organização Religiosa	5	0,1%	6	0,1%	1.051,6	0,0%
Associação Privada	2.982	82,6%	7.380	77,9%	6.152.266,9	70,7%
Org. da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)	403	11,2%	984	10,4%	1.678.567,5	19,3%
Outras formas de associação privada	2.579	71,5%	6.396	67,5%	4.473.699	51,4%
Outras EPSFLs	317	8,8%	492	5,2%	504.787,0	5,8%
Serviço Social Autônomo	33	0,9%	76	0,8%	197.113,6	2,3%
Entidade Sindical	112	3,1%	178	1,9%	150.908,6	1,7%
Fundo Privado	1	0,0%	3	0,0%	2.438,2	0,0%
Cooperativa	166	4,6%	229	2,4%	143.135,4	1,6%
Entidades mal classificadas quanto à natureza jurídica *	5	0,1%	6	0,0%	11.191,2	0,1%
Total	3.609	100,0%	9.471	100,0%	8.706.820,1	100,0%

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Notas: * As 05 entidades "mal classificadas" (01 Autarquia Federal, 01 Fundação Estadual, 01 Associação Pública e 02 Sociedades Anônimas Fechadas) referem-se à possibilidade de, durante o período analisado, ter alterado sua natureza jurídica ou sua classificação como EPSFLs ter sido equivocada no SICONV.

Seção 3.03 Tabela 1.3.1 Programas Orçamentários acessados por Órgão Superior Concedente, 2008-2012

Órgão Superior Concedente	Nº. de Programas Acessados *	Nº. de Parcerias
Presidência da República	28	609
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	9	18
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	14	295
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	5	164
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	2	105
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	1	17
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	1	10
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2	10
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	9	343
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	19	270
Ministério da Educação	304	427
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	12	75
Ministério da Justiça	9	187
Ministério de Minas e Energia	11	33
Ministério da Saúde	19	3.536
Ministério do Trabalho e Emprego	6	326
Ministério dos Transportes	3	4
Ministério das Comunicações	1	17
Ministério da Cultura	14	1.068
Ministério do Meio Ambiente	12	32
Ministério do Desenvolvimento Agrário	15	582
Ministério do Esporte	7	508
Ministério da Defesa	3	4
Ministério da Integração Nacional	7	32
Ministério do Turismo	5	1.040
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	3	37
Ministério das Cidades	4	161
Ministério da Pesca e Aquicultura	5	170
Total	447	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Nota: * Alguns programas foram acessados por mais de um órgão superior concedente.

Seção 3.04 Tabela 2.1 Chamamento Público: Quantidades de Parcerias por Natureza Jurídica do Proponente, exclusive programas orçamentários vinculados ao SUS, 2008-2012

Natureza Jurídica	Parcerias com Chamamento Público	% do Total	Parcerias sem Chamamento Público	% do Total	Total
Organizações da Sociedade Civil	1.797	31,7%	3.880	68,3%	5.677
Fundação Privada	190	21,3%	704	78,7%	894
Brasil	3	50,0%	3	50,0%	6
Fundação ou Associação Estrangeiras com sede no	3	50,0%	3	50,0%	6
Organização Religiosa	3	60,0%	2	40,0%	5
Associação Privada	1.601	33,5%	3.171	66,5%	4.772
(Oscip)	300	32,9%	613	67,1%	913
Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público	300	32,9%	613	67,1%	913
Outras formas de associação privada	1.301	33,7%	2.558	66,3%	3.859
Outras EPSFLs	183	37,4%	306	62,6%	489
Serviço Social Autônomo	29	39,2%	45	60,8%	74
Entidade Sindical	42	23,7%	135	76,3%	177
Fundo Privado	0	0,0%	3	100,0%	3
Cooperativa	109	47,6%	120	52,4%	229
Entidades mal classificadas quanto à natureza jurídica	3	50,0%	3	50,0%	6
Total	1.980	32,1%	4.186	67,9%	6.166

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.05 Tabela 2.2 Chamamento Público: Quantidades de Parcerias por Situação, exclusive programas orçamentários vinculados ao SUS, 2008-2012

Situação da Parceria	Parcerias com Chamamento Público	% do Total	Parcerias sem Chamamento Público	% do Total	Total
Em Execução	799	49,7%	808	50,3%	1.607
Finalizados:	1.181	25,9%	3.378	74,1%	4.559
Aguardando Prestação de Contas	516	22,4%	1.788	77,6%	2.304
Prestação de Contas Enviada para Análise	424	37,8%	699	62,2%	1.123
Prestação de Contas em Análise	74	25,1%	221	74,9%	295
Prestação de Contas em Complementação	99	37,8%	163	62,2%	262
Prestação de Contas Aprovada	59	11,0%	478	89,0%	537
Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas	5	17,9%	23	82,1%	28
Prestação de Contas Rejeitada	4	40,0%	6	60,0%	10
Total	1.980	32,1%	4.186	67,9%	6.166

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.06 Tabela 2.4 Chamamento Público: Quantidades de Parcerias por Órgão Superior Concedente, exclusive programas orçamentários vinculados ao SUS, 2008-12

Órgão Superior Concedente	Parcerias com Chamamento Público	% do Total	Parcerias sem Chamamento Público	% do Total	Total
Presidência da República	420	69,0%	189	31,0%	609
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	7	38,9%	11	61,1%	18
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	265	89,8%	30	10,2%	295
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	108	65,9%	56	34,1%	164
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	23	21,9%	82	78,1%	105
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	17	100,0%	0	0,0%	17
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	0	0,0%	10	100,0%	10
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2	20,0%	8	80,0%	10
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	26	7,6%	317	92,4%	343
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	8	3,0%	259	97,0%	267
Ministério da Educação	44	11,1%	351	88,9%	395
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	11	14,7%	64	85,3%	75
Ministério da Justiça	104	55,6%	83	44,4%	187
Ministério de Minas e Energia	1	3,0%	32	97,0%	33
Ministério da Saúde	221	83,1%	45	16,9%	266
Ministério do Trabalho e Emprego	278	85,3%	48	14,7%	326
Ministério dos Transportes	1	25,0%	3	75,0%	4
Ministério das Comunicações	12	70,6%	5	29,4%	17
Ministério da Cultura	184	17,2%	884	82,8%	1.068
Ministério do Meio Ambiente	15	46,9%	17	53,1%	32
Ministério do Desenvolvimento Agrário	245	42,1%	337	57,9%	582
Ministério do Esporte	299	58,9%	209	41,1%	508
Ministério da Defesa	0	0,0%	4	100,0%	4
Ministério da Integração Nacional	3	9,4%	29	90,6%	32
Ministério do Turismo	68	6,5%	972	93,5%	1.040
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	12	32,4%	25	67,6%	37
Ministério das Cidades	1	0,6%	160	99,4%	161
Ministério da Pesca e Aquicultura	25	14,7%	145	85,3%	170
Total	1.980	32,1%	4.186	67,9%	6.166

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.07 Tabela 3.1 Qualificação da Proposta: Quantidades de Parcerias por Natureza Jurídica do Proponente, 2008-2012

Natureza Jurídica	Repasso Voluntário	% do Total	Beneficiário - Emenda Parlamentar	% do Total	Beneficiário Específico	% do Total	Total
Organizações da Sociedade Civil	6.112	68,1%	2.346	26,1%	521	5,8%	8.979
Fundação Privada	983	61,9%	387	24,4%	217	13,7%	1.587
Brasil	6	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	6
Fundação ou Assoc. Estrangeiras com sede no							
Organização Religiosa	5	83,3%	1	16,7%	0	0,0%	6
Associação Privada	5.118	69,3%	1.958	26,5%	304	4,1%	7.380
Org. da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)	919	93,5%	36	3,7%	28	2,8%	983
Outras formas de associação privada	4.199	65,6%	1.922	30,0%	276	4,3%	6.397
Outras EPSFLs	449	91,3%	12	2,4%	31	6,3%	492
Serviço Social Autônomo	71	93,4%	2	2,6%	3	3,9%	76
Entidade Sindical	152	85,4%	6	3,4%	20	11,2%	178
Fundo Privado	3	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	3
Cooperativa	217	94,8%	4	1,7%	8	3,5%	229
Entidades mal classificadas quanto à natureza jurídica	6	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	6
Total	6.561	69,3%	2.358	24,9%	552	5,8%	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.08 Tabela 3.2 Qualificação da Proposta: Quantidades de Parcerias por Órgão Superior Concedente, 2008-2012

Órgão Superior Concedente	Repasse Voluntário	% do Total	Beneficiário - Emenda Parlamentar	% do Total	Beneficiário Específico	% do Total	Total
Presidência da República	566	92,9%	37	6,1%	6	1,0%	609
PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ADM. DIRETA	15	83,3%	0	0,0%	3	16,7%	18
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	284	96,3%	8	2,7%	3	1,0%	295
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	152	92,7%	12	7,3%	0	0,0%	164
SECR DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	88	83,8%	17	16,2%	0	0,0%	105
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	17	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	17
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	10	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	10
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	9	90,0%	0	0,0%	1	10,0%	10
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	245	71,4%	21	6,1%	77	22,4%	343
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	261	96,7%	0	0,0%	9	3,3%	270
Ministério da Educação	289	67,7%	0	0,0%	138	32,3%	427
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	70	93,3%	0	0,0%	5	6,7%	75
Ministério da Justiça	163	87,2%	11	5,9%	13	7,0%	187
Ministério de Minas e Energia	32	97,0%	0	0,0%	1	3,0%	33
Ministério da Saúde	1.100	31,1%	2.206	62,4%	230	6,5%	3.536
Ministério do Trabalho e Emprego	307	94,2%	19	5,8%	0	0,0%	326
Ministério dos Transportes	3	75,0%	0	0,0%	1	25,0%	4
Ministério das Comunicações	7	41,2%	0	0,0%	10	58,8%	17
Ministério da Cultura	1.051	98,4%	2	0,2%	15	1,4%	1.068
Ministério do Meio Ambiente	31	96,9%	0	0,0%	1	3,1%	32
Ministério do Desenvolvimento Agrário	572	98,3%	4	0,7%	6	1,0%	582
Ministério do Esporte	437	86,0%	46	9,1%	25	4,9%	508
Ministério da Defesa	2	50,0%	0	0,0%	2	50,0%	4
Ministério da Integração Nacional	25	78,1%	2	6,3%	5	15,6%	32
Ministério do Turismo	1.037	99,7%	3	0,3%	0	0,0%	1.040
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	26	70,3%	7	18,9%	4	10,8%	37
Ministério das Cidades	159	98,8%	0	0,0%	2	1,2%	161
Ministério da Pesca e Aquicultura	169	99,4%	0	0,0%	1	0,6%	170
Total Geral	6.561	69,3%	2.358	24,9%	552	5,8%	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.09 Tabela 3.3 Qualificação da Proposta: Quantidades de Parcerias por Programa Orçamentário SUS, 2008-2012

Modalidade de Parceria	Ação Orçamentária não vinculada ao SUS	% do Total	Ação Orçamentária vinculada ao SUS	% do Total	Total
Repasso Voluntário	5.657	86,2%	904	13,8%	6.561
Beneficiário - Emenda Parlamentar	153	6,5%	2.205	93,5%	2.358
Beneficiário Específico	356	64,5%	196	35,5%	552
Total	6.166	65,1%	3.305	34,9%	9.471

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.10 Tabela 4.1 Distribuição de parcerias celebradas pelo Governo Federal (2008-2012) por faixa de vínculos formais ativos das proponentes em 2011. *

Faixa de Vínculos em 2011 *	Quantidade de Entidades	Quantidade de Parcerias	Montante de Valor Global Contratado (R\$ 1.000)	Valor Médio das Parcerias (R\$ 1.000)
0 a 9	1.600	3.127	2.066.472	1.303
10 a 19	204	494	305.671	1.498
20 a 49	306	657	607.027	1.984
50 a 99	229	542	894.475	3.906
100 a 249	249	806	721.379	2.897
250 a 499	166	940	926.523	5.581
500 ou mais	195	1.624	2.531.824	12.984
Total	2.949 **	8.190	8.053.371	2.731

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios e MTE/RAIS. Elaboração: FGV.

Seção 3.11 Tabela 5.1 Situação das Parcerias que Aguardam Prestação de Contas, 2008-2012

Faixa de Tempo Após o Fim da Vigência	Quantidade de Parcerias	Participação (%)
até 3 meses	338	12,5%
acima de 3 meses:	2.372	87,5%
entre 3 e 6 meses	231	8,5%
entre 6 meses e 1 ano	209	7,7%
entre 1 ano e 2 anos	540	19,9%
acima de 2 anos	1.392	51,4%
Total	2.710	100,0%

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.12 Tabela 5.2 Parcerias em Execução: Situação da Entidade em relação à Prestação de Contas, Total do Período (2008-2012) e parcerias efetuadas apenas em 2012

Situação da Entidade em relação à Prestação de contas	Parcerias em Execução					
	Total			2012		
	nº de parcerias	nº de entidades	Valor Global (R\$ 1.000)	nº de parcerias	nº de entidades	Valor Global (R\$ 1.000)
Sem atrasos	2.477	1.267	3.215.925,2	727	448	837.899,8
atrasos até 3 meses	452	82	410.199,3	134	40	167.374,4
atrasos até 6 meses	435	65	176.918,8	72	24	32.211,0
atrasos até 1 ano	213	42	222.813,7	47	16	95.772,0
atrasos até 2 anos	436	81	548.324,1	111	35	300.231,6
atrasos acima de 2 anos	283	82	567.442,1	89	26	307.122,6
Total	4.296	1.619	5.141.623,2	1.180	589	1.740.611,4

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.13 Tabela 5.3 Parcerias em Execução: Situação da Entidade em relação à Prestação de Contas e Órgão Superior Concedente, 2008-2012.

Órgão Superior Concedente	Situação da Parceria em relação à Prestação de contas				Total
	atrasos até 6 meses	atrasos até 1 ano	atrasos até 2 anos	atrasos acima de 2 anos	
Presidência da República	3	3	16	23	45
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	0	0	1	0	1
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	0	1	7	13	21
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	3	2	8	6	19
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	0	0	0	2	2
EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	0	0	0	2	2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	1	1	4	6
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	0	4	12	2	18
Ministério da Educação	4	19	39	113	175
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1	2	0	2	5
Ministério da Justiça	1	1	3	6	11
Ministério de Minas e Energia	0	0	3	1	4
Ministério da Saúde	402	160	309	49	920
Ministério do Trabalho e Emprego	2	2	11	4	19
Ministério dos Transportes	0	1	0	0	1
Ministério das Comunicações	0	0	0	0	0
Ministério da Cultura	2	0	8	23	33
Ministério do Meio Ambiente	0	0	1	2	3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	8	12	20	37	77
Ministério do Esporte	1	0	0	4	5
Ministério da Defesa	0	0	0	0	0
Ministério da Integração Regional	0	0	0	1	1
Ministério do Turismo	0	1	2	3	6
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	0	0	1	2	3
Ministério das Cidades	11	6	5	4	26
Ministério da Pesca e Aquicultura	0	1	5	3	9
Total	435	213	436	283	1.367

Fonte: SICONV/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.14 Tabela 3.1.1 Parcerias selecionadas para análise por modalidade, 2009-2012

Ano	Termo de Parceria			Contrato de Repasse			Convênio			Total		
	Total da Amostra	Selecionado para Análise	Sub-amostra 100	Total da Amostra	Selecionado para Análise	Sub-amostra 100	Total da Amostra	Selecionado para Análise	Sub-amostra 100	Total da Amostra	Selecionado para Análise	Sub-amostra 100
2009	29	21	9	259	28	13	2.215	39	15	2.503	88	37
2010	32	18	7	370	25	11	2.440	41	15	2.842	84	33
2011	8	6	4	177	14	6	1.154	34	13	1.339	54	23
2012	15	8	3	109	9	2	854	20	7	978	37	12
Total	84	53	23	915	76	32	6.663	134	50	7.662	263	105

Fonte: Siconv/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.15 Tabela 4.1 Aproveitamento das Parcerias para Fins de Análise

Modalidade	Examinados	Selecionados	Índice de descarte
Geral	219	97	44%
Contratos de repasse	34	18	53%
Convênios	133	50	38%
Termos de parceria	52	29	56%

Fonte: Siconv/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.16 Tabela 4.1 Distribuição da Amostra por Órgão Concedente - Convênios

Concedente	Quantidade
Ministério das Comunicações	1
Ministério do Turismo	1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	3
Ministério da Justiça	3
Ministério da Pesca e Aquicultura	4
Ministério do Esporte	4
Presidência da República	5
Ministério do Trabalho e Emprego	6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	6
Ministério da Cultura	6
Ministério da Saúde	9
Total Geral	50

Fonte: Siconv/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.17 Tabela 4.2 Distribuição da Amostra por Órgão Concedente - Termos de Parceria

Concedente	Quantidade
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	1
Ministério da Cultura	1
Ministério da Defesa	1
Presidência da República	3
Ministério do Trabalho e Emprego	7
Ministério do Turismo	7
Ministério da Justiça	9
Total Geral	29

Fonte: Siconv/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

Seção 3.18 Tabela 4.3 Distribuição da amostra por órgão concedente - contratos de repasse

Concedente	Quantidade
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1
Ministério do Esporte	1
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	1
Ministério das Cidades	3
Ministério da Saúde	4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	8
Total Geral	18

Fonte: Siconv/Portal dos Convênios. Elaboração: FGV.

